

KÁRITA RACHEL PEDROSO BASTOS

**DAS LAMENTAÇÕES À REALIZAÇÃO DOS SONHOS?  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MUDANÇAS SOCIAIS**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo, 2004.

KÁRITA RACHEL PEDROSO BASTOS

**DAS LAMENTAÇÕES À REALIZAÇÃO DOS SONHOS?  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MUDANÇAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lucia Rodrigues.

São Paulo, 2004.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Maria Lucia Rodrigues  
Orientadora

---

Profa. Dra. Helena Ribeiro Sobral

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Brant de Carvalho

## O Homem, as Viagens

*Carlos Drummond de Andrade*

O homem, bicho da Terra tão pequeno  
chateia-se na Terra  
lugar de muita miséria e pouca diversão,  
faz um foquete,  
uma cápsula, um módulo  
toca para a Lua  
pisa na Lua  
planta bandeirola na Lua  
experimenta a Lua  
civiliza a Lua  
humaniza a Lua

Lua humanizada, tão igual a Terra.  
O homem chateia-se na Lua.  
Vamos para Marte – ordena a suas  
máquinas. Elas obedecem,  
o homem desce em Marte, pisa em Marte  
experimenta  
coloniza  
civiliza  
humaniza Marte com engenho e arte.  
Marte humanizado, que lugar quadrado.  
Vamos a outra parte?  
Claro – diz o engenho sofisticado e dócil.  
Vamos a Vênus.  
O homem põe o pé em Vênus  
vê o visto – é isto?  
idem  
idem  
idem.  
O homem funde a cuca se não for a Júpiter  
proclamar justiça junto com injustiça

repetir a fossa  
repetir o inquieto  
repetitório.

Outros planetas restam para outras  
colônias.  
O espaço todo vira Terra-a-terra.  
O homem chega ao Sol ou dá uma volta  
só para tever?  
Não-vê que ele inventa  
roupa insiderável de viver no Sol.  
Põe o pé,  
mas que chato é o Sol, falso touro  
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora do solar a  
colonizar.

Ao acabarem todos só resta ao homem  
(estará equipado?)  
a difícilíssima dengerosíssima viagem  
de si a si mesmo  
pôr o pé no chão  
do seu coração  
experimentar  
colonizar  
civilizar  
humanizar o homem  
descobrimdo em suas próprias  
inexploradas  
entranhas  
a perene, insuspeitada alegria  
de con-viver.

*Aos meus pais Clezo e Lucy.*

## Agradecimentos

À Deus, minha fortaleza.

Aos meus pais, Clezo e Lucy, e à minha irmã, Karinne, que durante esses dois anos de estudo, distante de casa, me amaram e me apoiaram em todos os momentos. Vocês são a minha vida!

Ao meu amorzinho, Nelson, pelo “ponta-pé” inicial e pelo importante convívio durante essa jornada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Lucia Rodrigues, por contribuir com a minha formação pessoal e acadêmica. Pela paciência nos meus momentos de insegurança e, em especial, por me fazer sentir capaz de sempre fazer um bom trabalho.

Às professoras Carminha e Helena Ribeiro, pelas preciosas contribuições no exame de qualificação, bem como em todo o meu percurso na PUC.

À querida professora e amiga Walderez Loureiro Miguel, que por primeiro me apresentou ao mundo da Pesquisa Científica, pelo qual venho me apaixonando sempre mais.

Ao Instituto Ecoar e a toda sua equipe de trabalho, aqui representada por Mirian Dualibi, Christianne Godoy, Bárbara Junqueira, Lila e Luciano, que não colocaram obstáculos em me receber com atenção e disponibilidade. Ter a oportunidade de conhecer e estudar o projeto de “Convivência e Parceria” foi, sem dúvida, uma experiência ímpar. Através do Ecoar, agradeço também ao Álvaro Bufarah, à Kátia Pestana e ao Reginaldo Forti, que tornaram possível o acesso a importantes dados referentes ao duto e ao projeto estudado.

Aos moradores da Vila Clara, que me acolheram com simplicidade e afeto. Sem eles, essa pesquisa não seria possível.

Às amigas Adriana, Ana Livia, Anita, Estrelinha, Lila e Liliane. Obrigada por todo o carinho, pelo apoio, pela troca de experiências, pela presença em minha vida. Sem dúvida, tudo que vivemos está escrito nas estrelas! Vocês marcaram a minha história.

Às demais amigas do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social/NEMESS, pela rica convivência.

Em especial, às amigas do coração, Gláucia e Lucimara, que dividiram comigo todas as tristezas e angústias, todas as alegrias e sorrisos. Mais que amigas, foram minhas irmãs. Vocês deram cor aos meus dias cinzentos em São Paulo. A amizade de vocês é uma graça divina!

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

## Lista de Tabelas

Tabela 01: Evolução da taxa de crescimento médio anual (a.a.%) da população residente – Brasil, Estado de São Paulo/ESP, Grande São Paulo/GSP e município de São Paulo/MSP – 1960-2000.....	38
Tabela 02: Evolução da população residente na abrangência do Obati segundo distritos de São Paulo – 1980/1999 .....	40

## Lista de Gráficos

- Gráfico 01: Evolução da taxa de crescimento médio anual na grande São Paulo e municípios de abrangência do Obati – 1960-2000 ..... 39
- Gráfico 02: Evolução da população residente na abrangência do Obati, por distritos no município de São Paulo – 1980 – 1999 ..... 40

## Lista de Mapas

Mapa 01: Duto de Obati .....	33
Mapa 02: Áreas urbanizadas no município de São Paulo.....	34
Mapa 03: Pólos de Irradiação do Projeto Convivência e Parceria.....	54

## Sumário

Lista de Tabelas .....	vii
Lista de Gráficos.....	viii
Lista de Mapas.....	ix
Resumo .....	xii
Abstract .....	xiii
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
Capítulo I	
<b>Educação Ambiental</b> .....	<b>8</b>
1.1 Nas Trilhas da História.....	8
1.2 Educação Ambiental e suas Concepções.....	17
1.3 Educação Ambiental e Políticas Públicas no Brasil.....	25
Capítulo II	
<b>São Paulo: a cidade dos Contrastes</b> .....	<b>30</b>
2.1 O Processo de Urbanização da Região do Poliduto de Obati: caracterizando a população e o espaço.....	36
2.2 De São Paulo à Vila Clara .....	42
Capítulo III	
<b>“As pessoas já não vêm a gente com aqueles olhos de antigamente”:</b> <b>Educação Ambiental e Mudanças Sociais</b> .....	<b>44</b>
3.1 Projeto Convivência e Parceria: uma interlocução entre técnicos e moradores .....	48
3.2 A concepção de Educação Ambiental adotada no projeto .....	60
3.3 Repercussões do projeto na comunidade.....	64
3.3.1 Motivações que levaram as pessoas a morarem na Vila Clara.....	64
3.3.2 Conhecimentos sobre o duto .....	65
3.3.3 Atitudes e novas práticas de enfrentamento cotidiano do risco.....	67

3.4	Para além do duto: questões emergentes .....	72
3.4.1	Lazer .....	72
3.4.2	Continuidade do projeto .....	74
3.4.3	Valor à informação .....	75
3.5	Dos limites às possibilidades: lições aprendidas .....	76
<b>Conclusões</b> .....		<b>82</b>
<b>Bibliografia</b> .....		<b>88</b>
<b>Anexos</b> .....		<b>94</b>
	Anexo 01 .....	95
	Anexo 02 .....	96
	Anexo 03 .....	97

## Resumo

Título: Das lamentações à realização dos sonhos? Educação Ambiental e Mudanças Sociais

O presente estudo consiste na avaliação dos resultados do Projeto de Educação Ambiental intitulado Convivência e Parceria, implementado pelo Instituto Ecoar e pelo Instituto Crescer, ambos organizações não-governamentais. Trata-se de um projeto financiado pela Petrobrás e desenvolvido em bairros por onde passa um poliduto da referida empresa. Nosso objetivo foi verificar as possíveis mudanças de conhecimento, as atitudes e as práticas de enfrentamento do risco cotidiano dos moradores da Vila Clara, um dos bairros-alvo do projeto, localizado no distrito de Cidade Ademar, município de São Paulo. Também procuramos conhecer o processo de implementação e suas dificuldades, bem como identificar a linha de Educação Ambiental adotada pelo projeto e sua contribuição na formação dos cidadãos. Consideramos que a avaliação é um importante instrumento de acompanhamento das políticas, programas e projetos sociais. Utilizamos como metodologia a realização de pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semi-estruturadas com três técnicos implementadores do projeto e grupos de discussão temática, envolvendo quinze moradores do bairro em estudo. Constatamos que as principais mudanças ocorridas na vida da população voltaram-se especialmente à ampliação do conhecimento sobre o duto e suas normas de segurança. Quanto à incorporação de novas práticas, observamos que se restringiram ao cuidado com o duto. Verificamos ainda que a concepção de Educação Ambiental adotada no projeto contribuiu para a superação dos objetivos delimitados pela empresa financiadora. Neste sentido, não existe uma prática de Educação Ambiental enquanto Política Pública. Essas ações, assim como muitas outras na área, executadas por órgãos, tanto governamentais como não governamentais, são medidas paliativas e compensatórias que não trazem as mudanças necessárias para diminuir ou eliminar a degradação do meio ambiente.

Palavras-chave: educação ambiental, meio ambiente, política pública, avaliação, risco

## Abstract

Title: From the lamentation to a realization of dreams: environmental education on social changes.

The present study is based on available the results of the environmental education project implemented by Ecoar Institute and Crescer Institute, both, no governmental organization. This is a project financed by Petrobras and development in the towns, where exist a duct of the company above mentioned. Our goal was to check the possible changes of knowledge, the attitude and practice of the confort the inhabitant's risc on everyday of Clara town, one target town of the project that is situated on Ademar city in São Paulo State. Also we searched to know the process of implantation and its difficults as wel as to identify the line of environmental education adopted by the project and its contributin to be the citizen. We consider that the avaliation is an important instrument from accompaniment of social policy teh programs and the projects. We made use as metology the realization of the bibliography search and documental, half structure of interview with three technical who improve the project and focal groups envelopping fifteen inhabitant of Clara town on study. We ascertainced that principals changes occurred on teh population's life returned, particularly, the enlargement of knowledge about the duct and rule of security. As for amplification of new practices, we view that they restricted to be careful with the duct. We checked yet that the conception of the environmental education adopted on the project contributed for a superation of the goals imposed by financial company. On this sense there isn't a practive of environmental education while public politcs. These actions just as many others in the area executed by organization as governmental as not. So they are measure palliatives and compensatory who don't bring the necessary changes to reduce or to eliminate the environmental degradation.

Key words: environmental, environmental education, public politcs, avaliation, risc.

## Introdução

“Que nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz, e pela alegre celebração da Vida”. (**Carta da Terra**)

Falar em preservação do meio ambiente e na importância da natureza para a sobrevivência humana não é novidade. São temas que atualmente correm o mundo.

Foi a partir das décadas de 1960 e 1970 que, com a explosão da crise sócio-ambiental, estes assuntos tornaram-se mais evidentes e generalizados, ganhando maior espaço na agenda política. Segundo diversos autores, essa crise ambiental faz parte de uma crise maior, global, uma crise civilizatória, que atinge todos os continentes, sociedades e ecossistemas, mesmo que de forma desigual. Ademais, o fato de vivermos numa sociedade globalizada, complexa, cheia de riscos e incertezas, na qual um único fato pode ter consequências irreversíveis, faz com que essa crise alcance patamares jamais pensados. Este fato exige que pensemos a vida de forma integral, não fragmentada, numa correlação de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais, psicológicos e científicos.

A questão ambiental não se restringe somente ao crescimento demográfico ou às espécies vegetais e animais em extinção. Refere-se também ao consumo excessivo dos recursos naturais, ao desperdício, à desigualdade social, à pobreza, à qualidade de vida. Sendo assim, envolve a sociedade em sua totalidade, com suas relações econômicas, sociais, relações entre a humanidade e a natureza e entre os próprios homens.

Em especial nestes últimos 40 anos, inúmeras conferências têm ocorrido, reunindo diversos países, no intuito de refletir sobre a relação homem-natureza e sobre o futuro da humanidade. Conjuntamente, livros e documentos têm sido publicados. Vale ressaltar o livro de Rachel Carson, **Primavera silenciosa**, de 1962; a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972; o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado, 1975; a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, 1977; o Relatório **Nosso futuro comum**, de 1987; a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/ Rio-92, no

Brasil, 1992 e a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio+10, em Joanesburgo, 2002. Podemos dizer que, cada vez mais, a questão ambiental tem sido percebida como uma questão social.

Em todo esse contexto, o papel da Educação Ambiental<sup>1</sup> -EA- mostrou-se relevante e ficou reconhecido o seu desenvolvimento como elemento crítico para o combate à crise ambiental. As duas histórias, a do meio ambiente e a da educação ambiental são histórias que caminham juntas, que se inter cruzam e se completam.

No Brasil, a política ambiental teve início no primeiro governo de Getúlio Vargas. Num primeiro momento, preocupava-se apenas com a conservação e o uso dos recursos naturais. A partir de uma intensa luta dos movimentos ambientalistas, nascidos na década de 1970, a questão ambiental tornou-se política, com a promulgação da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (1981). Posteriormente, através da Constituição de 1988, observamos uma significativa abertura da política ambiental brasileira para a problemática do desenvolvimento sustentável, tema colocado em pauta no mundo a partir do relatório intitulado **Nosso Futuro Comum**. Além disso, um capítulo inteiro da Constituição foi dedicado ao meio ambiente. Também a Educação Ambiental, vista como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável e discutida internacionalmente nas diversas conferências ao longo dos anos, tornou-se uma política nacional brasileira, com a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, promulgada em 1999.

Porém, esta trajetória não é só de conquistas. Para Leis (1999), a legislação brasileira consagra claramente o direito de todos os cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado, mas isso fica muito reduzido quando se pensa nos resultados, muito escassos, o que é reforçado pela concepção técnica que até hoje carrega a política ambiental brasileira.

Conforme Viola (1992, p.70),

*as políticas públicas estão a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizados e um comportamento individual-social bastante predatórios: por um lado, as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país, por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental.*

---

<sup>1</sup> Utilizaremos em todo o texto a abreviação EA para referir-se a Educação Ambiental.

No direcionamento financeiro do Ministério da Educação - MEC - não são contemplados recursos para investimentos em cursos de capacitação em educação ambiental, bem como apoio a projetos pedagógicos nas unidades de ensino. No nível estadual e municipal, não existe rubrica neste sentido. (MEC, 2003)

Mediante este panorama, observamos que as iniciativas em EA têm sido realizadas muito mais por organizações não-governamentais, grande parte advindas do movimento ambientalista, do que pelo governo (LEONARDI, 1995). Há muita retórica e poucas ações efetivas e isso tem sido reforçado pelo atual padrão de implementação das políticas sociais, com ações e responsabilidades compartilhadas entre Estado, mercado e sociedade civil.

Entretanto, a intensificação dos debates sobre questões ambientais nestas últimas décadas trouxe uma diversidade de ações e mesmo de leituras teóricas, que são fundamentadas numa ampla variedade de posturas políticas e visões de mundo. Ao mesmo tempo, a ênfase dada às ações depende da formação e da experiência profissional de quem as pratica.

Neste sentido, as indagações que desde o início impulsionaram a realização do presente estudo foram: como as organizações não-governamentais - ONGs - vêm implementando seus projetos de EA? A EA que norteia os projetos é uma EA politizada, vinculada à formação da cidadania e à reformulação de valores éticos e morais, individuais e coletivos, como indica a lei? Quais são os efeitos dos trabalhos de EA nas comunidades? Eles têm produzido mudanças significativas?

Nosso objetivo geral foi o de *realizar um estudo avaliativo dos resultados do Projeto Convivência e Parceria*, implementado pelo Instituto Ecoar e pelo Instituto Crescer, no intuito de verificar as possíveis mudanças/ alterações quanto ao conhecimento, às atitudes e às práticas dos moradores de Vila Clara, um dos bairros-alvo do projeto, localizado no distrito de Cidade Ademar, município de São Paulo. Trata-se de um projeto realizado com financiamento da Petrobrás e desenvolvido em bairros por onde passa um poliduto da referida empresa.

O projeto teve como objetivo principal informar e sensibilizar a população quanto ao duto, seus riscos e as normas de segurança condizentes com a área. Buscamos, então, conhecer o processo de implementação, as dificuldades e os resultados alcançados na execução do projeto, bem como identificar sua repercussão na vida dos moradores

envolvidos e a linha de educação ambiental adotada para a formação dos cidadãos e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Sem dúvida, avaliar programas e projetos socioambientais tem sido um desafio para instituições governamentais ou não, porém, cada vez mais, a avaliação tem-se tornado uma estratégia fundamental no exercício do controle social e no acompanhamento das ações, realimentando decisões de opções políticas programáticas e permitindo aprimorar ações, aferir em que medida estas ações tiveram êxito ou não e levantar os motivos que garantiram o sucesso ou o fracasso do programa/projeto executado (CARVALHO, 2001). Na área ambiental, existe carência nesse sentido.

Nossa metodologia de pesquisa seguiu três eixos: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas individuais com técnicos implementadores e grupos de discussão temática com os moradores do bairro selecionado, possibilitando, assim, a triangulação dos dados. Conjuntamente, procuramos manter um registro contínuo de todas as observações realizadas, bem como os sentimentos e impressões que se manifestaram durante visitas de campo, telefonemas, entrevistas e grupos de discussão.

O projeto em estudo foi implementado em regiões do município de São Paulo e pesquisar qualquer aspecto de São Paulo é sempre uma aventura e um desafio. A cidade, *“(...) apesar de vertiginosamente estática na reprodução das suas injustiças, inconformase com esse ‘status quo’ e teima na pujança dos movimentos populares em reinventar o sonho do desenho contra o pesadelo da sua execução”* (SANTOS apud: SPOSATI, 2001). Por isso, ela se torna instigante e, ao mesmo tempo, encantadora.

Centro de muitos movimentos de vanguarda e também de ações inovadoras, São Paulo guarda em si as mais diversas movimentações a favor do meio ambiente, apesar, e talvez como reflexo, dos intensos problemas ambientais que enfrenta desde os primórdios do seu surgimento. Por isso a cidade foi escolhida como o lugar da pesquisa, no intuito de poder enriquecer os nossos conhecimentos com suas ricas experiências.

Durante toda a investigação, desde a bibliográfica à de campo, buscamos manter uma postura investigativa, de “curiosidade”, estabelecendo conexões entre os conhecimentos aprendidos e as informações adquiridas.

Inicialmente, realizamos um levantamento, via internet, das organizações não-governamentais do município de São Paulo que desenvolvem projetos/programas

ambientais junto aos cadastros existentes nos sites das Secretaria Estadual do Meio Ambiente / Programa de Apoio às Organizações Não-Governamentais, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais e Conselho Nacional do Meio Ambiente. Cruzando os nomes, foram identificadas 149 entidades, entre associações, sociedades e movimentos.

Constatamos também uma grande quantidade de grupos de amigos de defesa de parques e associações de bairro que, porém, não exerciam nenhuma atividade sistematizada em Educação Ambiental e por isso não foram incluídas no total acima. Alguns cadastros eram mais sistematizados e abrangiam maiores informações, então, primeiramente, observamos que as ações desenvolvidas por essas entidades envolvem um rol de temáticas relacionadas ao meio ambiente como aplicação da **Agenda 21 Local**, gerenciamento dos resíduos sólidos, conservação dos recursos naturais, palestras educativas e *lobby* para formulação de leis, dentre os mais citados.

Após alguns contatos, visando buscar mais informações sobre as entidades e mesmo marcar possíveis visitas, muitas das que diziam realizar educação ambiental não tinham nenhum projeto sistematizado ou ação recente neste sentido. Em muitas organizações, a EA se restringia à distribuição de panfletos educativos. Outras não tinham sede em funcionamento, estavam com suas atividades paradas por falta de recursos ou não tinham documentação registrada das ações.<sup>2</sup> Tivemos, assim, dificuldades para encontrar projetos sistematizados, com aporte teórico, voltados para comunidades locais e que trabalhassem diretamente com a população, foco desejado neste estudo. Os projetos mais relevantes estavam direcionados especificamente para trabalhos em escolas, o que vem demonstrar um pouco a situação destas entidades: falta de organização dos trabalhos, a presença de ações esporádicas, fragmentadas, muitas vezes sem um bom planejamento, sem quadro técnico qualificado, indicando que as atividades ambientais, antes “em moda”, hoje encontram dificuldades de continuar ocorrendo. De outra parte, a situação dos

---

<sup>2</sup> Segundo Svirsky (2001), autor de uma publicação do PROAONG sobre o perfil das entidades cadastradas em todo Estado de São Paulo, a grande maioria desenvolve atividades voltadas para a EA (86%), cujos três principais temas trabalhados são lixo, meio ambiente urbano e fauna/flora. Foram identificadas quatro tipos de entidades: pequenas (com sedes na residência do diretor, equipamentos emprestados, muitas em fase de extinção, com dificuldades de crescer ou que são identificadas com o “dono”), médias (conseguiram se especializar em alguma área específica, vendem projetos, têm sede e equipamentos próprios), grandes (profissionalizadas, possuem espaço na mídia, têm trabalho acumulado, equipamentos e infra-estrutura sofisticados, participam de eventos nacionais e internacionais) e as internacionais (têm lógica própria, dedicam-se fundamentalmente a temas de políticas públicas, denúncias, programas de repercussão fora do país). Todas essas características foram encontradas no município de São Paulo.

projetos sugere o lugar que a EA vem ocupando nas políticas públicas, relegada à segundo plano.

Privilegiamos, portanto, as entidades que desenvolviam projetos mais significativos executadas por ONGs de médio e grande porte. Seguindo esses critérios, realizamos visitas a três ONGs e chegamos, então, ao Projeto de EA *Convivência e Parceria*, implementado pelo Instituto Ecoar, em parceria com o Instituto Crescer, então objeto de estudo da presente pesquisa. A opção pelo projeto baseou-se na sua relevância, no fato de ser totalmente sistematizado, implementado por uma equipe qualificada, voltado diretamente para a população em geral (crianças, adolescentes, adultos e idosos) e para a construção de uma **Agenda 21 Local**.

Escolhemos, assim, um projeto que privilegiasse o aspecto não-formal da EA, por acreditarmos que este constitui um espaço essencial, pois representa uma oportunidade concreta de inserção dos conceitos ambientais no cotidiano da população, abrangendo não só crianças e jovens estudantes, mas pessoas de todas as faixas etárias.

Em todo o percurso, tentamos manter um olhar centrado e ao mesmo tempo distraído, procurando os “contínuos” nos “descontínuos” que a realidade porta, dando ênfase aos pequenos relevos. (PAIS, 2003)

Organizamos nosso estudo em três capítulos. No primeiro, apresentamos a EA, nascida no seio das discussões ambientais como um aspecto fundamental na luta pela preservação ambiental. Percorremos toda a trajetória da EA até os dias atuais, refletindo sobre seu significado, sua evolução conceitual, seus princípios, os documentos produzidos, a participação das ONGs na questão ambiental e o Brasil em meio a esse contexto, através de sua legislação. Com base em diversos autores nacionais, especialmente Reigota (2001), Dias (2001) e Lima (2002), entendemos que a EA deve contribuir para a formação de uma nova relação homem/natureza, gerando cidadãos com visão crítica local e planetária. A EA é um ato político, voltado para a transformação social. Em busca de uma perspectiva holística e interdisciplinar, deve valorizar as diversas culturas, etnias e sociedades, bem como todas as formas de conhecimento, promovendo a solidariedade e a igualdade. No Brasil, com a recente promulgação da lei nº 9765, de 1999, que institucionaliza a EA como Política Nacional, as expectativas são animadoras. De acordo com Dias (2001), com a lei, tem-se os instrumentos necessários para impor um ritmo mais intenso ao desenvolvimento do processo de EA no Brasil.

O segundo capítulo tem como norte a cidade de São Paulo e seu contexto, enfocando o processo de urbanização e adensamento da região e suas conseqüências para o meio ambiente, em especial nos bairros periféricos da cidade por onde passa o poliduto Obati. Acreditamos que, para entender a implementação de um projeto e a obtenção de resultados é essencial conhecer a região onde ele foi implementado, sua população e sua história.

No terceiro capítulo detalhamos a metodologia da pesquisa realizada e apresentamos o *Projeto Convivência e Parceria*, nosso alvo de estudo, bem como os resultados da nossa pesquisa. Buscamos reconstituir o processo de implementação das ações através das falas dos próprios técnicos e dos moradores beneficiados pelo projeto. Em seguida, traçamos as repercussões do projeto na vida da população, quanto ao conhecimento adquirido, às atitudes e às novas práticas de enfrentamento do risco cotidiano no bairro.

Foi possível identificar outras repercussões quanto à valorização do espaço e apontar alguns avanços e dificuldades do projeto. Verificamos a importância de serem conhecidas, avaliadas e divulgadas as diferentes experiências de EA, não só aquelas realizadas por organizações da sociedade civil, como as ONGs, mas também as governamentais. Esperamos que o presente estudo possa trazer algumas contribuições neste sentido.

Mesmo sendo este um tema bastante discutido atualmente, observamos que no Serviço Social essa reflexão é ainda incipiente. Nas nossas buscas por São Paulo, nos projetos socioambientais que tivemos contato, foram poucas as vezes que nos deparamos com uma assistente social. Sem dúvida, este é um campo de estudos e de intervenção para a profissão que deve ser aprofundado. Cada vez mais tratar das questões ambientais exige uma visão interdisciplinar para ser capaz de entender a realidade nos seus múltiplos aspectos. E o Serviço Social tem muito a contribuir. A EA está além de aspectos comportamentais e individuais e não busca somente a formação de cidadãos “ecologicamente corretos”. Constitui um campo de conflitos amplos, complexos e multifacetados, sendo uma questão coletiva, política, que envolve a construção de uma nova relação entre sociedade e natureza, com a participação de todos os cidadãos, assegurando condições materiais de igualdade social com bases efetivamente sustentáveis.

## Capítulo I

### Educação Ambiental

#### 1.1 Nas trilhas da história

A relação homem-natureza é construída socialmente ao longo dos tempos de acordo com a maneira como os homens percebem e representam a natureza. Por trás de toda representação há as posturas ideológicas e as visões de mundo correntes de cada época. A luta a favor do meio ambiente, as reflexões sobre a importância da natureza para a sobrevivência humana, hoje, podem não ser novidades, mas são frutos de toda uma caminhada histórica não-linear.

Pelicone (2002, p.24) afirma que, ao final do século XVI e início do século XVII, Bacon e Descartes reforçaram a postura do homem senhor e possuidor da natureza, quando atribuíram às pesquisas científicas a função “*de proporcionar ao homem o conhecimento da fonte inesgotável de recursos*”. Também Diegues (2002) escreve que no século XVIII, nos países ocidentais, o homem tinha poder sobre os animais, sendo considerado o rei da criação. Havia uma desvalorização do mundo selvagem. Mais adiante, com a Revolução Industrial e a precarização da vida nas cidades, a vida campestre passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais urbanas, que passaram a ter uma postura de maravilhamento em relação à natureza, como um lugar de apreciação, meditação e encantamento. Segundo este autor, essa visão romântica da natureza, no século XIX, em especial nos países anglo-saxônicos, teve grande influência na criação de parques e áreas naturais protegidas, que eram consideradas “*como ‘ilhas’ de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada*” (DIEGUES, 2002, p.24). Todas essas idéias e percepções da natureza ainda permeiam a sociedade atual, e delas muitas outras foram surgindo.

Nos EUA, por exemplo, os pensamentos correntes sobre o meio ambiente no fim do século XIX se dividiam em preservacionismo e conservacionismo. Os preservacionistas estavam mais voltados para a “reverência à natureza”, pretendiam protegê-la contra o

desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Esta posição continuou durante o século XX e contribuiu para o avanço da ecologia como ciência, principalmente através da noção de ecossistema. Já os conservacionistas pregavam o uso racional dos recursos naturais. Essas idéias conservacionistas foram as precursoras do que hoje é chamado de “desenvolvimento sustentável”. As duas posturas tiveram grande importância para a questão ambiental de todo o mundo. (DIEGUES, 2002)

De lá pra cá, o progresso sem limites e a dilapidação do capital natural têm trazido uma série de conseqüências negativas, reclamando sempre uma nova relação entre o homem e a natureza. No século XX, com as duas grandes guerras mundiais e o descobrimento da fissão nuclear, surgiram, em todo o mundo, diversas iniciativas voltadas para a busca de um novo modelo de desenvolvimento.

Os desastres sócio-ambientais, na segunda metade do século XX, foram tão alarmantes que geraram muito medo, inspirando novas visões sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente e de sua importância para a sobrevivência humana. Conforme a Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação / MEC (1998), em 1952 uma poluição atmosférica de origem industrial matou milhares de pessoas em Londres. Em Minamata, Japão, outras milhares de pessoas sofreram desde pequenas problemas neurológicos, até mesmo o nascimento de bebês com mutações genéticas, provocadas pela poluição das águas por mercúrio, em decorrência de despejos industriais nos rios. Desde então, cerca de 300 tratados, acordos, convenções e protocolos foram feitos entre Estados e mesmo assim, ainda não foram obtidas as mudanças necessárias em relação à degradação do meio ambiente.

A partir da década de 1960, com a explosão da crise ambiental, a divulgação dos desastres ambientais, juntamente com as denúncias de Rachel Carson sobre o uso de inseticidas em seu livro **Primavera Silenciosa**, possibilitaram uma tomada de consciência a respeito da importância do meio ambiente. A ebulição contestatória deste período, conduzida por grupos dos mais diversos interesses, favoreceu a formação de um amplo movimento ambientalista, inclusive no Brasil.

O ano de 1972 testemunhou um dos mais importantes eventos para a questão ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, à qual estiveram presentes representantes de 113 países com o objetivo de “*estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de*

*inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e a melhoria do ambiente humano*” (DIAS, 2001, p.79). Todo o debate foi influenciado pelas idéias dos conservacionistas, que defendiam o crescimento zero, em contraposição àqueles que queriam o desenvolvimento a qualquer custo. Estes últimos faziam parte especialmente dos países em desenvolvimento e não concordaram com inúmeras recomendações, acusando os países industrializados de quererem limitar seus programas de desenvolvimento com políticas de preservação ambiental. Representantes do Brasil presentes no evento se posicionaram a favor do “desenvolvimentismo”.

Foi estabelecido, nesta conferência, um Plano de Ação Mundial e, em particular, observou-se a importância da educação ambiental, estabelecendo um Programa Internacional de Educação Ambiental.

Em 1975, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a Unesco promoveu um grande encontro internacional, em Belgrado, Iugoslávia, sobre Educação Ambiental, no qual estiveram reunidos especialistas de 65 países. Neste encontro, ficaram traçados os princípios e as orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental, que ficou conhecido como **Carta de Belgrado**. Nela, estabeleceu-se como meta prioritária a formação, nos indivíduos, de uma consciência coletiva capaz de discernir a importância ambiental na preservação do homem. (GUIMARÃES, 2001)

Logo em seguida, em 1977, ocorreu outro evento importante para o desenvolvimento da EA no mundo. A primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada novamente pela Unesco, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, aconteceu em Tbilisi, Geórgia, e constituiu um marco histórico. A partir desta conferência, a EA adotou uma postura mais crítica sobre a realidade, interligando o problema da degradação ambiental ao sistema cultural da sociedade industrial pautada pelo mercado competitivo como regulador da sociedade. A grande relevância da conferência de Tbilisi foi o rompimento paradigmático da idéia reducionista da EA com o pensamento ecológico, ultrapassando a concepção das práticas educativas que buscavam apenas a incorporação de novos conhecimentos sobre estrutura e funcionamento dos ecossistemas (GUIMARÃES, 2001). Assim,

*para o desenvolvimento da EA, foi recomendado que se considerassem todos os aspectos que compõem a questão ambiental, ou seja, os aspectos políticos, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos; que a EA deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente.* (DIAS, 2001, p.108)

Especialmente na década de 1980, a preocupação global com o meio ambiente cresceu ainda mais. A EA ganhou relevância internacional, difundindo-se numa multiplicidade de reflexões e ações promovidas por órgãos internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, comunidade científica etc. Como exemplo, podemos citar o relatório **Nosso Futuro Comum**, produzido pela Comissão de Brundtland,<sup>3</sup> em 1987, que fala da responsabilidade de todos os países na questão ambiental, comprovando que a crise ambiental e a do desenvolvimento se interligam. Surgiu, então, a proposta de desenvolvimento sustentável, entendido como uma alternativa de desenvolvimento que seja capaz de suprir as necessidades atuais sem prejudicar as futuras e na qual o social, o econômico e o ambiental caminham juntos. A EA, dentro desta perspectiva, é uma forma estratégica, um aspecto fundamental para a implantação do desenvolvimento sustentável.

O Brasil, como um país em desenvolvimento, nunca esteve alheio a esses debates e também sofreu muitas influências internacionais. Apesar das contradições, a ampliação dos direitos a um meio ambiente saudável é característica marcante da política ambiental brasileira, surgida durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1930. De início, toda preocupação ambiental voltava-se para os critérios de uso e exploração dos recursos naturais e para a definição de áreas de preservação ambiental. As ações governamentais durante esse primeiro momento correspondem à adoção, em 1934, do **Código das Águas**, do **Código de Minas** (alterado para Código da Mineração em 1967) e do **Código Florestal**, que definiam, respectivamente, de maneira geral, normas de propriedade e uso dos recursos hídricos, critérios para a exploração de jazidas de minérios e critérios para a delimitação de áreas de preservação permanente com sanções penais para exploração ilegal. Em 1938, foi instituído o **Código de Pesca**, com os mesmos propósitos dos anteriores. (SANCHEZ, 2000)

Até a década de 1970, predominava, nas entidades de conservação brasileiras, desde as mais antigas e clássicas, como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, criada em 1958, a postura preservacionista, segundo a qual a natureza selvagem é intocável, sendo impensável unidades de conservação (parques nacionais, reservas

---

<sup>3</sup> Esta comissão foi criada pela ONU em 1983 com o objetivo de reexaminar os principais problemas relativos ao ambiente e desenvolvimento, em âmbito planetário, e formular propostas realistas para solucioná-los. Após anos de estudos e visitas a diferentes países (1984 a 1987), a comissão, formada por membros de diversos países e presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, divulgou, em abril de 1987 o referido relatório. O Brasil foi representado pelo Prof. Dr. Paulo Nogueira Neto.

ecológicas) acolhendo também populações tradicionais. Os grupos que dirigiam o debate ambiental eram constituídos, em geral, por profissionais advindos da área das ciências naturais (DIEGUES, 2002).

A partir de 1970, começa a surgir um ambientalismo mais combativo e denunciador. Conforme Diegues (2002, p. 130)

*O fato de o Brasil, naquele momento, estar sob regime militar, repressor dos movimentos sociais de protesto, favorecia o surgimento de entidades e movimentos de crítica ao modelo econômico brasileiro (...). Os anos 70 apresentaram um crescimento rápido da economia brasileira, sobretudo mediante grandes projetos que geravam graves impactos sobre a natureza.*

Foi em nome da ideologia do “milagre econômico” que diversos centros químicos e petroquímicos foram implantados e que, juntamente com o avanço da agro-indústria e o vasto uso de biocidas e inseticidas, o Brasil vivenciou os mais altos níveis de degradação ambiental. Foram esses fatos que levaram o Brasil a se posicionar a favor do desenvolvimento a qualquer custo na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Conjuntamente à degradação ambiental, houve também uma enorme pauperização social, que foi recoberta por essa mesma ideologia. Neste contexto, os movimentos ambientalistas e também os sociais passaram a ter um caráter mais contestatório.

Na década de 1980, na mesma época em que era lançado o relatório **Nosso Futuro Comum** (1987/1988), o país vivia a euforia da elaboração da nova constituição, na qual se aprovou um capítulo dedicado ao meio ambiente. Segundo capítulo VI, artigo 225, da Constituição Federal de 1988, cabe ao poder público “*promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”. Muitos dos aspectos confirmados nesta Constituição atenderam a várias novas reivindicações do movimento ambientalista brasileiro e consolidou princípios já adotados pela Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981<sup>4</sup>. Um dos aspectos inovadores foi colocar entre as finalidades da ação popular a defesa do meio

---

<sup>4</sup> A Lei da Política Nacional Brasileira, de 1981, foi regulamentada em 1983. Foi a primeira lei que definiu meio ambiente como “*patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo*” tendo como objetivo principal “*preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana.*” Ela surgiu num período de abertura do regime autoritário, quando a preocupação ambiental vinha se voltando especialmente para o planejamento territorial, que assumiu importância frente ao processo de urbanização intensiva e ao crescimento acentuado das regiões metropolitanas, bem como em um momento em que o movimento ambientalista passou a vincular a questão ambiental aos problemas políticos mais gerais e ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país. (SANCHEZ, 2000, p. 79)

ambiente e do patrimônio histórico e cultural, atribuindo ao Ministério Público a função de promover a proteção do meio ambiente através de inquérito civil e de ação pública. (SANCHEZ, 2000)

É importante registrar o relevante papel do movimento ambientalista na formulação mais recente da política ambiental, assim como a importância dos diversos setores organizados da sociedade civil que contribuíram para a consolidação de outros direitos fundamentais que fizeram chamar essa Constituição de 1988 de “Constituição Cidadã”. Após a promulgação da Constituição, há uma significativa abertura da política ambiental do Brasil para a problemática do desenvolvimento sustentável. Até essa data, observava-se uma prática muito atrelada ao caráter técnico, mais voltada para a preservação dos recursos naturais e mudanças comportamentais individuais.

No início de 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - que agregou a sua estrutura diversos outros departamentos criados anteriormente, como a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. O IBAMA foi criado com o objetivo de “(...) *coordenar, no plano federal, a política nacional de meio ambiente, aplicar a legislação em vigor e atuar, em caráter supletivo, nos estados onde os órgãos ambientais não estivessem cumprindo suas funções*”. (SANCHEZ, 2000, p.48)

Também cabia ao IBAMA estimular a EA em suas diferentes formas. Mesmo com tantos avanços, nestes órgãos ainda hoje há influência predominante dos grupos preservacionistas. (DIEGUES, 2002)

Até então, muitos documentos e propostas apresentadas aos órgãos governamentais traçando diretrizes para a EA eram “boicotadas”, pois não eram interessantes para a questão política da época. No mesmo sentido, o Ministério de Educação/MEC também não deu a devida atenção às recomendações das conferências. Em 1988, dez anos após Tbilisi, o que o país havia produzido em relação à EA referia-se praticamente à atuação dos órgãos ambientais e à iniciativa de alguns centros acadêmicos. A EA sempre foi relegada a segundo plano, tanto pelo MEC quanto pelo IBAMA. Os interesses políticos e a correlação de forças nunca favoreceram as iniciativas em EA. (DIAS, 2001)

A década seguinte (1990) teve como marco, para o mundo e para o Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano/Rio-

92/Eco-92, com a criação da **Agenda 21 Global**<sup>5</sup>. Mesmo não firmando em lei diversos acordos, a Rio-92 colocou em discussão, mais do nunca, as questões ambientais, o papel do Estado e da sociedade civil, sendo um momento decisivo da história quanto a esta temática.

Simultaneamente à Conferência Oficial da Rio-92, que se realizou nas dependências do RioCentro, no Rio de Janeiro, ocorreu outro encontro, na Praia do Flamengo, em que pessoas do mundo todo acompanharam os inúmeros eventos que ocorreram paralelamente. Toda esta movimentação recebeu o nome de Fórum Global e constituiu um outro marco, desta vez na organização da sociedade civil em relação às questões ambientais. Estiveram presentes 6800 ONGs, de 177 países e diversos movimentos sociais como movimentos de mulheres, movimentos populares e ambientalistas (SOUZA,1997). Foram assinados 33 tratados com propostas de ações conjuntas e alternativas para questões como biotecnologias, educação ambiental, dívida externa, agricultura, dentre outros temas, o que demonstra o estabelecimento de uma efetiva cooperação da sociedade civil em nível internacional. Todos esses tratados abordam o conceito de desenvolvimento sustentável de maneiras diversas, mas sempre no sentido de igualdade, justiça social, preservação da diversidade cultural e da integridade ecológica. Revelou-se um amplo processo de mobilização, organização e articulação da sociedade civil neste momento. *“Neste sentido, no velho da organização de uma Conferência da ONU, está o novo da sociedade civil, organizando-se no nível internacional”* (SOUZA, 1997, p.126). Entre os eventos paralelos, aconteceu a Jornada Internacional de EA, na qual um grupo de trabalho formado por ONGs produziu o **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, que adotou uma postura interdisciplinar e política para a EA, com ênfase na participação popular.

Durante a Rio-92, os governos se viram diante da necessidade de definir qual ou quais países pagariam as despesas decorrentes da implantação desta nova proposta de desenvolvimento. Foi assim que surgiu o grande problema. De acordo com Almeida (1993), faltou um nível de discussão mais profundo, em que se estabelecesse o quanto cada país poderia dar de apoio, conforme a capacidade de cada um,

*de modo que se eliminassem com as grandes diferenças e se partisse para uma cooperação multilateral mais integrada e democrática, resguardada a soberania dos*

---

<sup>5</sup> A **Agenda 21 Global** é um grande programa que traça linhas de ações necessárias para o desenvolvimento sustentável em diversos aspectos como recursos hídricos, agricultura, educação, pobreza, somente para citar alguns exemplos. Dividida em 40 capítulos, a agenda é recomendada para todos os países, devendo ser aplicada nos diversos níveis de atuação: local, regional, nacional e internacional.

*Estados e definida a responsabilidade dos mesmos pela conservação de sua biodiversidade e de toda sua riqueza natural.* (ALMEIDA, 1993, p.117)

Neste sentido, observa-se que uma nova ordem econômica mundial implica a revisão das macropolíticas econômicas e também o fim dos privilégios de um país sobre o outro. A Rio-92, em termos de EA, confirmou as premissas de Belgrado e Tbilisi, acrescentando a necessidade de erradicar o “analfabetismo ambiental” e ampliar as atividades de capacitação de recursos humanos para a área.

A partir daí, no Brasil, que foi o palco de todas essas movimentações, o MEC instituiu um grupo de trabalho em caráter permanente para implantação da EA nos sistemas de ensino, em todos os níveis e modalidades. Com muitas dificuldades, o grupo “conseguiu realizar, em dois anos, o que o MEC não fora capaz desde a Conferência de Tbilisi, em 1977”. (DIAS, 2001, p.91)

Em 1994, o MEC e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com a interveniência do Ministério da Ciência e Tecnologia e também do Ministério da Cultura, formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental – Pronea. Desde então, muitos esforços foram feitos no sentido de priorizar a EA, culminando com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental, a Lei nº. 9795, de 27/04/1999, em trâmite desde 1993. O projeto de lei foi proposto pelo então deputado federal Fábio Feldmann e reconhece a EA como um “*componente urgente, essencial e permanente em todo o processo educativo, formal e/ou não formal, como orienta os artigos 205 e 225 da Constituição Federal*” (MEC, 2003).

Diferentemente de outras leis, a lei n. 9795/99 não estabelece regras ou sanções, mas sim responsabilidades e obrigações. Dentre elas, institucionaliza a EA, legaliza seus princípios e a transforma em objeto de políticas públicas, fornecendo à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da Educação Ambiental. Legaliza também a obrigatoriedade de trabalhar o tema de forma transversal, conforme foi proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Além do nível de ensino formal, a EA ficou estabelecida como prática de educação ambiental não-formal, com “*ações voltadas para a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente*”, (Lei n. 9795/99, art. 13º)

Com esta conquista, o Brasil se tornou o único país da América Latina a ter uma política nacional específica para a EA, graças aos esforços de centenas de ambientalistas,

de funcionários do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, de representantes de organizações não-governamentais, entre outros. (DIAS, 2001)

Por outro lado, apesar dos ministros sempre anunciarem prioridades à EA, tendo-a como um valioso instrumento na gestão ambiental, na prática isto não vem ocorrendo. Nas duas últimas gestões, as atividades do grupo de trabalho do MEC foram reduzidas drasticamente; já no IBAMA, as diversas reformas estruturais da instituição e os cortes orçamentários vêm diminuindo o andamento dos programas ambientais. Em 1999/2000, mesmo com a instituição da Lei da Política Nacional de EA, não houve recursos destinados para a área. (DIAS, 2001).

Do último e mais recente evento das Nações Unidas sobre a questão ambiental – a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – ocorrido de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, em Joanesburgo, África do Sul, ainda não se tem muitas publicações sobre as posições mundiais em relação à educação ambiental. Mas, em muitos noticiários, falou-se da importante participação do Brasil, especialmente com relação à questão energética, na qual o país teve papel de protagonista, demonstrando a posição do país em favor da luta ambiental. Estiveram presentes ao evento cerca de 60 mil participantes, sendo 12 mil de delegações, incluindo chefes de Estado, líderes de ONG e representantes de empresas. Assim como a Rio 92, este foi um período de trocas de experiências e diálogo, com a realização de eventos paralelos coordenados por grupos independentes da ONU. Foram produzidos dois documentos, a **Declaração Política** – que estabelece posições políticas reafirmando princípios e acordos adotados em Estocolmo e na Rio-92, e o **Plano de Implementação**, que pretende alcançar três grandes objetivos: erradicação da pobreza, mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e por fim, proteção dos recursos naturais. Como em outras conferências, esta também não transcorreu sem conflitos. Em várias reportagens ficou retratado o descaso de diversos países ricos quanto à preservação da natureza e o futuro do planeta, colocando em questionamento o papel decisório da ONU.

Nestes últimos anos, a partir de meados da década de 1980, observamos que o movimento ambientalista tem se aproximado cada vez mais dos movimentos sociais e a EA tem obtido uma importante inserção no campo social. De acordo com Pelicione (2002, p.55)

*as pessoas estão percebendo que por trás das crescentes disparidades sociais, da degradação ambiental, dos abusos aos direitos humanos, estão as estruturas econômicas globalizadas, o que exige, portanto, uma estratégia política de enfrentamento global para garantir a construção e consolidação das sociedades sustentáveis.*

Este novo ambientalismo surge especialmente no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, caracterizando-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador e ambientalmente depredador. Esta aproximação do movimento ambientalista aos movimentos sociais vem, cada vez mais, ganhando corpo e ditando as pautas das discussões. Muitos de seus representantes o chamam de socioambientalismo, unindo indígenas, pescadores, colonos assentados, extrativistas, feministas, moradores urbanos desabrigados, todos em busca de uma vida digna em meio a um ambiente saudável.

## **1.2 Educação Ambiental e suas concepções**

Há mais de três décadas vem-se falando de Educação Ambiental, porém ainda hoje seu significado é objeto de diferentes interpretações, muitas vezes equivocadas. Procuramos aqui, aprofundar ainda mais as discussões dos aspectos da EA, esboçando alguns de seus conceitos e concepções e reconhecendo que seus avanços estão diretamente relacionados com o avanço do conceito de meio ambiente. Sem dúvida, a EA está no seio do movimento ambientalista, é um aspecto intrínseco à questão ambiental.

Segundo Lima (2002), o debate sobre EA está ligado diretamente às clivagens que disputam o campo do ambientalismo e da sustentabilidade, que também gera variações em torno do eixo polarizado pelo conservadorismo e pela emancipação. Seus antecedentes foram os movimentos de estudo da natureza, a educação ao ar livre e a educação para a conservação ou educação conservacionista.

De acordo com Pelicione (2002, p.28) a educação conservacionista, influenciada pelas idéias conservacionistas já discutidas anteriormente,

*baseava-se no princípio do uso sensato ou da gestão dos recursos naturais – solo, água, florestas, minerais. (...) o cidadão educado seria aquele capaz de reconhecer a importância dos recursos naturais e utilizá-los para o bem comum, por meio do planejamento de longo prazo e de conhecimentos básicos sobre como resolver os problemas ambientais ou preveni-los.*

Já a educação ao ar livre, segundo a mesma autora, referia-se a uma estratégia de ensino, ou seja, dizia respeito ao lugar onde o processo educativo deveria acontecer: fora da

escola, em lugares especiais, como parques e museus, onde as atividades desenvolvidas levariam os alunos a um maior contato com a natureza, como técnicas de sobrevivência na natureza ou canoagem, por exemplo. Essas atividades, assim como as de estudo da natureza e de educação conservacionistas, foram e ainda são amplamente difundidas no Brasil.

De outro lado, há confusões quanto aos conceitos de meio ambiente, ecologia e educação ambiental. Para Guimarães (2001), o meio ambiente é um conjunto de elementos vivos e não-vivos que constituem o planeta Terra; é o próprio ecossistema, onde esses elementos estão em constante relação, influenciando e sofrendo influências mútuas. É, então, um ambiente vivo, inconstante, sempre disposto a inovações. Para Reigota (2001), é ainda um lugar determinado e/ou percebido, onde os aspectos naturais e sociais possuem relações dinâmicas e estão em constante interação. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

Ecologia e educação ambiental, apesar de estarem muito próximas, não significam a mesma coisa. A ecologia, resultante de palavra grega *oikos* (casa), refere-se à ciência que estuda as relações entre os seres vivos e seu ambiente físico e natural, ou seja, entre o organismo e seu habitat. Porém, a ecologia não é um bloco homogêneo, compacto de pensamento. Ultimamente, o termo vem sendo muito utilizado para designar também um amplo e variado movimento social, passando de uma disciplina científica para uma dimensão política e social e enveredando, cada vez mais, para um enfoque multidisciplinar. Segundo Lago; Pádua (1985) existem quatro grandes áreas no atual pensamento ecológico que foram surgindo de maneira informal, à medida que a reflexão ecológica se desenvolvia historicamente:

- ♦ *ecologia natural*: área do pensamento ecológico que se dedica a estudar o funcionamento dos sistemas naturais, tendo um caráter teórico-científico;
- ♦ *ecologia social*: também com caráter mais teórico-científico, representando uma área do pensamento ecológico que se aproxima do campo das ciências sociais e humanas, abarcando, além do mundo natural, os múltiplos aspectos da relação homem-natureza, especialmente através dos quais a ação humana costuma incidir destrutivamente sobre a natureza;
- ♦ *conservacionismo*: área mais voltada para objetivos práticos de atuação, englobando o conjunto de idéias e estratégias de ação voltadas para a luta em favor da conservação da natureza e da preservação dos recursos naturais;

- ♦ *ecologismo*: que vem constituindo um projeto político de transformação social com base em princípios ecológicos e de igualdade social, propondo mudanças na economia e na cultura, geralmente defendido pelos partidos ligados à questão ecológica conhecidos como Partidos Verdes.

Diferentemente da ecologia, que teve seu surgimento como disciplina no campo da biologia aproximadamente em 1866 (LAGO; PÁDUA, 1985), a EA está no cerne do atual debate sobre a questão ambiental. Na medida em que os problemas ambientais foram aumentando em número e intensidade, a EA, como fenômeno educacional, começou a ganhar corpo, tendo como perspectiva uma forma de educação que permeie todas as disciplinas e enfocando as relações entre a humanidade e o meio natural. Mais ainda, a EA vem se baseando na participação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas ambientais, abordando não só aspectos naturais e técnicos, mas também políticos, econômicos, culturais e sociais. Envolvendo a ecologia, a EA procura gerar um conhecimento integrado, na medida que tem uma reflexão interdisciplinar e transversal. (REIGOTA, 2001)

Os avanços quanto à concepção de EA também podem ser observados através das grandes conferências já realizadas e descritas anteriormente. Como se viu, estas conferências tiveram papel relevante na discussão da questão ambiental e na consolidação da EA.

O Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, também chamado de Encontro de Belgrado, realizado em 1975, foi um encontro preparatório para a Conferência de Tbilisi. Nele, foram discutidas as tendências e as questões emergentes na EA, assim como orientações para serem aprofundadas internacionalmente. A **Carta de Belgrado**, um dos resultados concretos do evento, adotou uma abordagem política diferenciada dos outros documentos relativos à EA, delineando a “(...) *influência da economia internacional sobre a problemática ambiental e a ênfase na necessidade de mudanças radicais que tornassem possíveis novos estilos de desenvolvimento*”. (PELICIONE, 2002, p.78)

Uma das recomendações da **Carta de Belgrado** foi a necessidade de se lançar

*as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.* (MMA, 2003)

Neste encontro, foram discutidos, como objetivos da EA, a conscientização de indivíduos e grupos sobre o meio ambiente global e os problemas conexos; a democratização do conhecimento; a mudança de comportamento individual e social, levando as pessoas a adquirirem o sentido dos valores sociais; o sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e conservação; a competência na elaboração de resoluções para os problemas ambientais com a participação da comunidade na avaliação das medidas e programas relacionados ao meio ambiente, levando as pessoas a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata (REIGOTA, 2001). Segundo os documentos oriundos dessa Conferência, a EA deve ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. (DIAS, 2001)

Em Tbilisi, 1977, a Conferência Intergovernamental sobre EA foi estrategicamente voltada para os governos. Ali, foram endossados e ampliados os princípios da EA refletidos em Belgrado.

Os objetivos gerais ficaram os seguintes:

- ♦ proporcionar compreensão clara em relação à existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais;
- ♦ proporcionar a todas as pessoas oportunidades para que adquiram os conhecimentos, os valores, as atitudes, as habilidades e os comprometimentos necessários para proteger e melhorar o meio ambiente;
- ♦ propor novos padrões de comportamento aos indivíduos, grupos e toda a sociedade em relação ao meio ambiente. (DIAS, 2001)

Entre os princípios, ficou estabelecido que

- ♦ a educação ambiental é o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais;
- ♦ A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.

- ♦ A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. (MMA, 2003)

Durante a Rio-92, a EA teve um importante espaço nas discussões. No capítulo 36 da **Agenda 21 Global** há todo um programa voltado para a promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, recomendando a orientação da educação no sentido do desenvolvimento sustentável. Além disso, fruto da organização da sociedade civil, foi elaborado no Fórum Global/Jornada Internacional de EA, outro documento, denominado **Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**<sup>6</sup>. O tratado diz, com base dos documentos de Belgrado e Tbilisi:

*Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.* (MMA, 2003)

É mediante este panorama que a EA deve ser entendida como uma educação política, que reivindica e prepara o cidadão para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, auto-gestão e ética nas relações sociais e com a natureza, devendo ainda, orientar-se para a comunidade, relacionando os problemas cotidianos, a realidade específica com a realidade global. (REIGOTA, 2001)

O Brasil, refletindo o panorama mundial de preocupação ambiental, incorporou em suas leis a EA, em especial, a partir da Constituição de 1988. Antes, porém, na antiga Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA - e nos documentos encaminhados ao MEC, existiam diretrizes e propostas que definiam a EA como

*(...) o processo de formação e informação social, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental, de habilidades necessárias à solução de problemas ambientais, de atitudes que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.* (DIAS, 2001, p.85)

---

<sup>6</sup> A ênfase no desenvolvimento sustentável, desde aquela época, é objeto de inúmeras críticas, pois é um termo que, para muitos estudiosos, tem como base o desenvolvimento econômico e o mercado. Muitos autores, assim como profissionais e militantes ambientalistas, preferem a utilização da expressão “sociedades sustentáveis”. O **Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** foi uma resposta dos grupos que não concordavam com o direcionamento dado na Conferência Oficial, que enfatizava o desenvolvimento sustentável, assunto que será abordado mais adiante.

Na mesma direção, a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999, define como EA os

*(...) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.*

Nesta perspectiva, como o próprio nome já diz, é importante salientar a vinculação da política de educação ambiental com a política de educação. O acontecer educativo é uma realidade multifacetada que permeia toda a vida social, sendo estudado sob diversos aspectos, desde o pedagógico ao sociológico, psicológico e biológico.

Planchard (apud: LIBÂNEO, 1998) afirma que educar significa conduzir de um estado para outro, agir de maneira sistemática sobre o ser humano, tendo em vista prepará-lo para a vida num determinado meio. O processo educativo ocorre em meio a relações sociais. Seus objetivos e conteúdos são permeados pelas relações de poder existentes numa determinada sociedade. A educação é uma atividade intencionalmente impulsionada, tem um caráter de mediação e opera a ligação entre teoria e prática. A EA é exatamente permeada pelas relações de poder, pois esse processo educativo nunca foi neutro, destituído de valores, interesses e ideologias. Ao contrário, a educação, mesmo a educação ambiental, é permeada de subjetividade, de escolhas políticas, podendo reproduzir uma situação ou modificá-la, influenciando diretamente na socialização e na formação das pessoas e de sua identidade.

Podemos dizer que, a partir da Eco-92, tornaram-se evidentes duas correntes de pensamento sobre a EA. Uma, mais numerosa, vai no sentido do modismo e do oportunismo, consequência do mega evento, que adotou uma concepção conservacionista da biologia e também da política. A segunda, que vinha se desenvolvendo mesmo antes do evento, tem buscado consolidar uma opção pedagógica crítica em relação aos modelos vigentes. Nesta concepção, os movimentos ambientalistas e sociais ocupam espaços importantes de fortalecimento da sociedade civil. (REIGOTA, 2001) (LIMA, 2002)

A intensificação do debate ambiental nestas últimas décadas trouxe uma diversidade de ações e de leituras teóricas fundamentadas numa ampla variedade de posturas políticas e de visões de mundo.

Neste sentido, Lima (2002) e Reigota (2001) afirmam que a institucionalização da questão ambiental e da EA ocorreu em dois sentidos: expansão da informação, da

problematização e da consciência ambiental, mesmo que com superficialidade e parcialidade, mas que penetrou em novos setores sociais e ganhou status e a expansão da informação com diluição dos conteúdos críticos e emancipatórios. Assim, têm-se multiplicado duas correntes de pensamento - uma conservadora e outra emancipatória.

Ademais, a expansão e apropriação do discurso ambientalista aconteceram conjuntamente à consolidação do neoliberalismo em nível mundial (década de 1990). Com isso, diversos autores avaliam que o discurso ambientalista tem sido redirecionado e capitalizado no sentido de uma sustentabilidade conservadora. Os esforços para a construção de uma sociedade sustentável encontram-se na contradição mencionada, em um dos seus dilemas fundamentais: realizar a sustentabilidade plural, democrática e emancipatória num contexto social hegemônico pelo mercado (LIMA, 2002). É neste sentido que se deve cuidado com o conceito de desenvolvimento sustentável, pois, mesmo envolvendo questões ambientais e sociais, ainda tem como eixo central a economia e o mercado.

Segundo Lima (2002) há dois eixos polarizados, duas grandes concepções político-culturais sobre EA, ambas adotadas no presente estudo: a conservadora e a emancipatória.

#### Concepção conservadora

A visão conservadora interessa-se pela conservação da atual estrutura social, econômica, política e cultural da sociedade, apresentando uma visão reducionista e fragmentada da questão ambiental, ou seja, uma visão unilateral. Está mais voltada para a compreensão naturalista, com a inexistência de uma perspectiva crítica de si mesma. Esta concepção adota uma prática unidisciplinar, separando as dimensões sociais e naturais e dando ênfase nos problemas relacionados ao consumo, mas somente àquele ligado à produção. Tem uma leitura individualizada e comportamentalista da educação e dos problemas ambientais.

Conjuntamente, a concepção conservadora discute a degradação ambiental e seus impactos sem uma postura crítica, colocando a responsabilidade num homem genérico, descontextualizado econômica e politicamente.

## Concepção emancipatória

A concepção emancipatória tem uma visão e uma compreensão complexas e multidimensionais da questão ambiental, com associação dos argumentos técnico-científicos à orientação ética, tendo a democracia como pré-requisito para a construção da cidadania, dando relevância à participação social e à construção da cidadania.

Nesta concepção, estimula-se o diálogo e a complementaridade entre as ciências e as múltiplas dimensões da realidade, procurando transformar os valores e práticas contrários ao bem estar público. Defende-se a politização e a publicização da problemática ambiental.

Entre essas duas concepções polarizadas (vale lembrar que segundo Lima (2002), essa separação é apenas uma forma didática para melhor compreensão da temática), tem-se ainda um meio-termo, no qual o autor denomina de *conservadorismo dinâmico*, caracterizado por um perfil reformista, superficial e reducionista, que opera por mudanças aparentes e parciais nas relações sociais e nas relações entre sociedade e meio ambiente.

É justamente essa abordagem o maior obstáculo à transformação dos problemas ambientais, pois representa o discurso hegemônico no campo ambiental, através de um grande número de entidades governamentais e não-governamentais que o sustentam. Por utilizar uma linguagem científica e técnica, transmite uma imagem de neutralidade, não sendo, portanto, questionados (LIMA, 2002).

Diante do exposto, acreditamos que a educação ambiental deve ser, antes de tudo, uma práxis educativa, com dimensão fortemente política. A simples percepção e sensibilização para a problemática ambiental e o incremento de competências técnicas não expressam aumento qualitativo da consciência e do exercício de cidadania, pois isto depende de participação e de processos coletivos de apropriação simbólica do significado da questão ambiental para a sociedade. Nos últimos anos, tem havido tentativas de se estabelecerem diretrizes nacionais compatíveis com uma abordagem sócio-histórica, fazendo com que ela se torne mais politizada.

É um desafio para a EA manter uma prática pedagógica engajada com a realidade local e uma abordagem de conteúdo que leve a caminhos políticos de superação dos conflitos sócio-ambientais. O fato de a EA ter nascido numa dimensão técnico-gerencial

dos recursos naturais e comportamentais, e também sua aproximação dos conteúdos da ecologia, que permaneceu até sua institucionalização, dificulta sua superação e também sua articulação com setores voltados para a questão social.

Neste contexto, concluímos que uma educação ambiental brasileira realmente politizada, mais próxima do social, interdisciplinar e agora institucionalizada pela lei, trará muitas contribuições para a consolidação da cultura democrática no país, estimulando a participação social como prática objetiva que transforma a consciência cidadã em ação social ou cidadania participante. (LIMA, 2002)

### **1.3 A Educação Ambiental e a Política Pública no Brasil**

A EA no país, nestes últimos 30 anos, percorreu caminhos que a conduziram, muito recentemente, para a política nacional. Pensar nela como um processo educativo, agora objeto específico de políticas públicas, de caráter social, nos remete a pensar no processo de formação das políticas sociais. A institucionalização desta política, assim como das demais, aconteceu em meio a um conjunto de pressões nacionais e internacionais, com avanços e retrocessos. Por isso, seguiu uma trajetória cheia de conquistas, mas também permeada de contradições.

Azevedo (1997) diz que a política pública é constituída a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada, quando um problema passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo atuação do Estado. São as políticas públicas que dão visibilidade e materialidade ao Estado, sendo fundamental, neste contexto, compreender a dimensão histórica destas políticas. As propostas e medidas aprovadas ou transformadas em leis inserem-se num contexto complexo de pressões das várias classes sociais e também nos limites estruturais da economia. E isso pode ser percebido claramente quando se percorre a história da educação ambiental no Brasil e no mundo.

O processo de elaboração e a forma de implementação de uma política social são diversos nos diferentes Estados capitalistas. As políticas sociais são dinâmicas, mutáveis e situam-se numa correlação de forças internacionais e também no processo de articulação do poder e da economia dos diferentes blocos de força que se formam. Todas as políticas,

sejam de saúde, de educação, de habitação, de trabalho, de assistência ou de meio ambiente, são objetos de lutas entre diferentes forças sociais em cada conjuntura. São ganhos conquistados e resultados de processos complexos de relações de força. Mas, dentro do processo de acumulação capitalista liberal, estas políticas são articuladas para não afetar o processo de exploração.

O Estado pode integrar à suas políticas reivindicações populares pela institucionalização dos conflitos, estabelecendo regras do jogo vindas do próprio regulamento do conflito e assim dar a aparência de equilíbrio, de conciliação dos interesses, mas que na verdade, não alteram as bases do processo de exploração. A institucionalização permite que elementos do grupo sejam consultados, representando seus interesses em conselhos, comitês etc, mas não lhes dá o direito de participar das decisões políticas. (FALEIROS, 2000)

No Brasil, podemos considerar como marco de início das atividades de EA o ano de 1973, quando foi criada a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA. Esta secretaria tinha entre suas competências desenvolver atividades de capacitação de recursos humanos em EA. Além disso, foi neste mesmo período que se iniciaram as primeiras experiências de EA no ensino formal. (MEDINA, 2000)

Com a Constituição de 1988, a EA passou a ser incorporada aos projetos nacionais e às práticas pedagógicas, tanto por iniciativa do poder público como da sociedade civil organizada. A inserção de um capítulo específico sobre meio ambiente na Constituição é reflexo, já neste tempo, de uma série de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, em decorrência de diversos problemas ambientais e sociais emergentes, bem como das pressões populares, que se intensificaram desde a década de 1970, em especial do movimento ambientalista. De 1988 a 1999, a organização da sociedade civil a favor do meio ambiente foi se consolidando, muitos debates aconteceram no Brasil e, após a Rio-92, as iniciativas concretas, os projetos e as ações de sensibilização em prol da luta ambiental triplicaram. Para o cumprimento dos preceitos constitucionais foram posteriormente criados instrumentos legais em âmbito federal, estadual e municipal.

Observamos que nestes últimos anos vem se redesenhando um novo modelo de política social com responsabilidades compartilhadas entre Estado e sociedade civil e, com isso, ocorrendo um fortalecimento das organizações não-governamentais. A pluralidade de setores responsáveis é um paradigma emergente, com interconexões mais diretas entre o

global e o local, especialmente com a globalização, que varreu as fronteiras e enfraqueceu o Estado-Nação. Ressurgem redes de solidariedade emanadas da própria sociedade civil, redes de organizações não-governamentais com vínculos locais ou internacionais.

Foi neste contexto de responsabilidades compartilhadas, que a Política de Educação Ambiental foi instituída no Brasil. Esta política foi submetida a análises de vários setores da população interessada na temática, desde órgãos do governo, como o MEC, IBAMA, MMA, até organizações não-governamentais e universidades, sendo fruto de duras lutas e pressões de movimentos ambientalistas, das organizações não-governamentais que atuam na área e até de representantes do Estado. É uma política que nasce no seio das correlações de forças e vem sendo implantada através de ações governamentais e não-governamentais. Além das pressões nacionais, fizeram parte do processo, especialmente, as pressões internacionais, como pressões da ONU, por exemplo, para a qual a questão ambiental tem ocupado um lugar importante na agenda política, frente toda a degradação ambiental e suas conseqüências para o mundo.

Observamos também que as ONGs têm tido importante papel no desenvolvimento da EA. Segundo Medina (2000), as ONGs têm sido pioneiras nos processos de implementação da EA não-formal e têm colaborado fortemente na busca de alternativas metodológicas e na realização de experiências inovadoras, inclusive na EA formal e na capacitação de professores. Desde 1971, quando foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural – AGAPAN - no Rio Grande do Sul, a primeira organização não-governamental ambientalista brasileira, a sociedade civil organizada do país tem cumprido um papel fundamental na defesa dos recursos naturais e na exigência de novas leis, na elaboração e no financiamento de projetos que busquem a manutenção da base de recursos e a melhoria da qualidade de vida da população. São organizações que vêm exercendo o seu direito de participação democrática nas decisões políticas.

Outro fato importante sobre as organizações não-governamentais é o crescente fortalecimento das redes de EA, que freqüentemente realizam fóruns nacionais de EA, possibilitando a formação de um campo de diálogo, favorecendo a troca de informações e ampliando o debate a cerca do papel da EA frente ao atual modelo de desenvolvimento. No Brasil, existe a Rede Brasileira de EA - REBEA – que, por sua vez, tem dado origem a redes estaduais. Ao mesmo tempo, com o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação informatizados, várias outras redes internacionais de educadores ambientais

têm dado importantes contribuições para as reflexões sobre EA, como a Rede de EA Latina, que conta com o esforço de universidades, trabalhando conjuntamente com outras redes.

Mesmo assim, há no país, segundo Loureiro (2000) a necessidade de uma articulação mais consolidada do movimento ambientalista com organizações não-governamentais, o que acaba se refletindo nas ações de EA. Apesar da clareza da função pedagógica da EA e de seus objetivos, existem ainda dificuldades na sua implementação, não conseguindo formar cidadãos ativos. Paralelamente, isto também é resultado do processo de individualização de qualquer ação coletiva na atual sociedade, que vem seguindo cada vez mais a lógica do mercado.

Além disso, Sanchez (2000) constata que a política é muito mais avançada do que a capacidade do Estado para implementá-la, inclusive em relação à política de educação ambiental, sendo o Brasil o primeiro país da América Latina a possuí-la. Na mesma direção, Leis (1999) afirma que a legislação brasileira consagra claramente o direito de todos os cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado (e também à educação ambiental), mas isto ainda permanece reduzido quando se verifica os resultados escassos e as diversas práticas predatórias.

Dentro desta perspectiva, Loureiro (2000) assinala alguns pontos importantes para a reflexão sobre a prática de EA, alertando para o perigo de se reproduzir o velho discurso segundo o qual a educação é a solução para tudo. A EA, para este autor, deve estar inserida num contexto maior que, para conseguir transformar as relações sociais, depende de uma educação crítica e de uma série de outras modificações nos planos político, social, econômico e cultural.

Não basta apenas “fazer a nossa parte”. É importante a atuação das pessoas em instâncias organizadas da sociedade civil. Deve-se ter muito cuidado para que a EA não se converta em mero artifício para justificar, legitimar e conservar a exploração e a degradação praticadas pelo capitalismo. É importante, ainda, ter uma atuação orientada pelos princípios da EA expostos nos documentos e na lei, para que contribua efetivamente na ampliação e a consolidação da cultura democrática na sociedade.

Tendo as ONGs um papel essencial nas discussões sobre meio ambiente no Brasil, e sendo elas atores fundamentais na implementação da política de EA, com práticas inovadoras na área de EA não formal, considera-se pertinente conhecer qual a concepção

de EA que vem norteando os seus projetos e ações. Será que as ONGs se baseiam em uma EA mais conservadora ou emancipatória? E a comunidade envolvida nestes projetos, tem vivenciado mudanças significativas?

Como instâncias organizadas da sociedade civil, as ONGs exercem um papel de divulgação dessas práticas e, com elas, concepções de meio ambiente e de EA que se difundem por toda a sociedade. Conjuntamente com o aumento das ONGs e sua inserção na prestação de serviços em parceria com o Estado, seguindo a linha das ações compartilhadas, questiona-se se suas ações não têm servido para justificar a exploração por parte de algumas empresas ou órgãos governamentais financiadores.

Possuindo como suporte teórico a trajetória seguida pela EA ao longo dos anos e as concepções trabalhadas neste capítulo, buscamos no presente estudo responder estes questionamentos. Escolhemos como palco a cidade de São Paulo, por ter sido centro de muitas movimentações e de experiências inovadoras na área de EA, por parte do governo e das organizações não-governamentais. À São Paulo dedicamos o segundo capítulo.

## Capítulo II

### São Paulo: a cidade dos contrastes

A questão urbana é hoje um dos principais problemas sócio-ambientais brasileiros, estando totalmente ligada à questão econômica e ao modelo de desenvolvimento adotado. As grandes cidades enfrentam, mais do que nunca, o fenômeno da “favelização”. São milhares de pessoas vivendo em habitações totalmente precárias, sem um mínimo de infra-estrutura necessária para uma vida digna, ocupando áreas de preservação ambiental e áreas de risco, com graves consequências ambientais. Um grande exemplo desta situação está na cidade de São Paulo.

Criada em 1554 como vila, São Paulo é hoje a maior cidade da América do Sul, ultrapassando, neste início de século, os 10 milhões de habitantes. Movimentando diariamente um alto volume de capital financeiro, apresenta-se como uma cidade dualizada em que, de um lado tem-se a metrópole com os dois mais movimentados aeroportos do país, mais de 50 shoppings centers e as sedes brasileiras de quase todos os grandes bancos. Por outro, possui cerca de 1 milhão e 900 mil pessoas morando em 1855 favelas espalhadas pelo município. Desta população, 65% ocupa áreas municipais originalmente destinadas à implantação de áreas verdes. (SPOSATI, 2002)

Esta forma urbanística não é de agora. Ainda na virada para o século XX, os fundamentos da ordem urbanística que governavam a cidade destinavam uma região central exclusivamente para as elites, contraposta a um espaço puramente funcional, longe do centro, para os mais pobres e trabalhadores. Desde sua criação, e posteriormente com o rápido acúmulo de capital advindo do cultivo do café, a cidade atraiu intensos fluxos migratórios – até as décadas de 1950 e 1960 imigrantes estrangeiros, depois deste período migrantes internos. Em 1970, quase 20% da população de São Paulo tinha origem mineira ou nordestina e os 380 mil estrangeiros se repartiam em mais de 70 nacionalidades, gente atraída pela possibilidade de melhores empregos e de uma vida mais digna. (ROLNIK, 2001)

Até o final dos anos de 1920, apesar de já dividida e desigual, São Paulo ainda mantinha algumas relações básicas com sua geografia natural, mesmo com trilhos, linhas de bonde e estações de trem, possuía uma malha urbana relativamente contínua e compacta. Os grandes rios - Tietê, Anhangabaú, Tamanduateí e Pinheiros – começavam a sofrer intervenções com a construção de canais retilíneos, retirando suas curvas e meandros e favorecendo a ocupação de suas várzeas.

Após a Primeira Guerra Mundial, a cidade assistiu a um grande surto de crescimento industrial e, conseqüentemente, a um intenso crescimento demográfico, com o aumento da demanda por terrenos para habitação. Multiplicaram-se os preços dos alimentos, do vestuário, dos aluguéis e houve uma disparada na inflação. Com a degradação dos recursos naturais, as habitações irregulares em áreas de preservação ambiental, o aumento da produção de lixo e da poluição dos rios acirraram-se todos os tipos de conflito, desde os sociais, étnicos até os políticos, econômicos e ambientais.

Mesmo neste período, 1920, São Paulo já vivia os temores das enchentes, principalmente na confluência dos rios Tietê e Tamanduateí, área ocupada por assentamentos populares. O ano de 1929 ficou conhecido por uma grande enchente que, pela primeira vez, atingiu não só os bairros populares junto às várzeas dos rios, mas também bairros mais nobres, gerando enormes danos que foram agravados pela crise financeira – a crise de 1929. Aos poucos, a antiga cidade, com rios tortuosos, foi substituída por outra, com cursos d'água sempre retos, estancados, deixando para trás a paisagem de suaves colinas para os terrenos mais acidentados e distantes. A expansão urbana não cedeu frente aos obstáculos naturais. O verde foi substituído pelo cinza do asfalto, resultando numa cidade quase que totalmente impermeabilizada, ausente de terra, de verde e de flores. (ROLNIK, 2001)

Nos anos de 1940, configurou-se na cidade a opção pelo modelo rodoviarista de transporte sobre pneus, com a implantação efetiva das avenidas propostas por Prestes Maia, um dos prefeitos da época. Findou-se o transporte sobre trilhos, estimulando a autoconstrução nas periferias e o espraiamento progressivo da densidade da cidade. A cidade cresceu indefinidamente para todos os lados. Com essa opção, fez-se uma associação entre a construção de avenidas e a canalização dos rios e córregos. No rio Pinheiros, houve transposição de águas para o complexo de barragens dos rios Grande e Guarapiranga, no intuito de aproveitar seu potencial hidrelétrico. Todas estas obras

visavam a melhorias tais como o fim das inundações, o aumento da velocidade do escoamento das águas, a eliminação dos pernalongos. Melhorias até hoje não alcançadas (ROLNIK, 2001).

Foi nesta mesma década (1940) que os estudiosos julgam terem surgido as primeiras favelas (TASCHNER, 1992). Pesquisas feitas pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo enumeram informações sobre favelas e favelados na Moóca, na Lapa, no Ibirapuera, em Barra Funda e na Vila Prudente. Embora já existindo desde esse período, o fenômeno da favelização em São Paulo desenvolveu-se especialmente nos anos de 1970, com o espalhamento e o adensamento das favelas pelo tecido urbano.

Em 1970 houve o deslocamento do centro de consumo das elites da cidade do centro histórico para a avenida Paulista. Desde 1960 já apareciam sinais de esvaziamento de bairros centrais que até 1930 eram superpovoados como o Belenzinho e o Brás. Com a ausência de uma boa política habitacional neste período (1970/1980), a Companhia de Habitação construiu imensos conjuntos nas periferias (Itaquera, Cidade Tiradentes), reforçando a segregação espacial. Assim, junto aos conjuntos foram criados muitos guetos e favelas (ROLNIK, 2001). Tudo isso acelerou e intensificou a expansão horizontal da cidade e o agravamento das condições de moradia, dificultando o seu acesso.

Ainda neste período (década de 1970), a Petrobrás implantou o poliduto Obati, que atravessa numa profundidade de um a três metros, oito municípios da região metropolitana de São Paulo (Barueri, Osasco, São Paulo, Taboão da Serra, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano), conforme ilustra a Mapa 01 a seguir. Foi uma década de importantes obras na área de terminais e dutos em todo o Brasil. Após o estudo de vários traçados, a ligação que vai de Barueri a Utinga, em São Caetano, com 50 Km de extensão, tornou-se realidade em 1975, graças a um acordo com a Light<sup>7</sup> para a utilização da faixa ocupada por duas linhas de transmissão de energia que atravessava a já densamente habitada cidade de São Paulo. Esse trecho de 50 Km faz parte da enorme malha dutoviária de transporte da Petrobrás que em 1997 tinha 11.719 Km, sendo 7.475 Km de oleodutos ou polidutos e 4.244 Km de gasodutos. (PETROBRÁS, 2003)

---

<sup>7</sup> A Light era a companhia responsável pela produção e transmissão de energia no município naquele período.

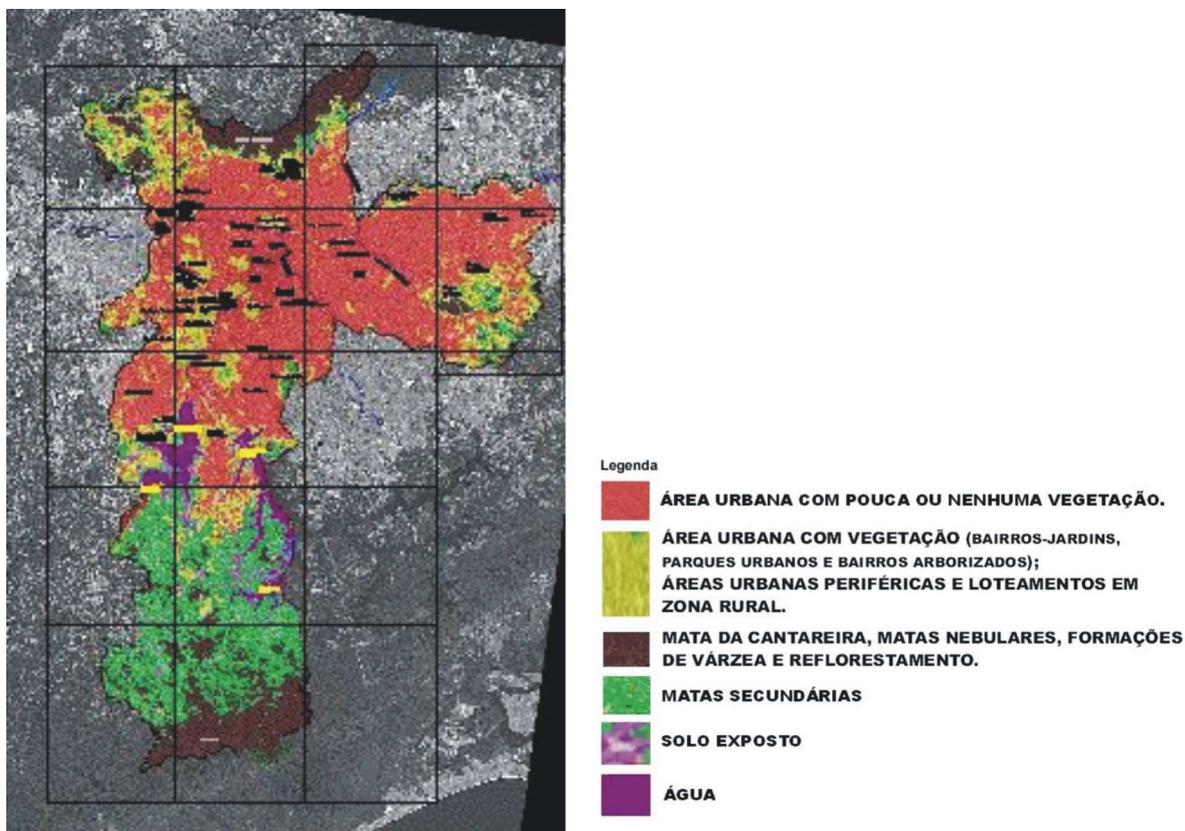
Mapa 01: Duto de Obati.



Nesta área, atualmente, concentram-se os principais parques industriais do país. Fazendo parte do intenso processo de urbanização que São Paulo sofreu nestes últimos anos, assim como as áreas verdes e de mananciais, a região por onde passa o duto também foi ocupada, principalmente pela população de baixa renda.

Nestas últimas três décadas, quase um milhão de pessoas foram morar em regiões que fazem parte de áreas de proteção ambiental ou que constituem áreas de riscos sociais, ambientais e de segurança, como é o caso dos moradores das faixas do poliduto de Obati. Hoje, é especialmente na zona sul da cidade, onde se localizam os principais trechos de matas ainda existentes, que se encontra o maior número de favelas e de loteamentos da capital, deixando represas e rios comprometidos (ROLNIK, 2001). A Mapa 02 a seguir, a título de visualização, mostra, através de fotografia de satélite, as regiões mais densamente urbanizadas e aquelas onde ainda existem matas verdes. Podemos observar que a região do rio Guarapiranga e da represa Billings, ao sul do município, está sendo cada vez mais urbanizada e tende ao espraiamento.

Mapa 02: Áreas urbanizadas no município de São Paulo.



Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo/Prodam.

Acompanhando a tendência mundial deste período, a partir do início da década de 1970 o movimento ambientalista em São Paulo foi ganhando força e conquistando espaços na mídia. Pelicione (2002, p.48) afirma que reivindicações de algumas entidades ganharam destaque, como as da Comissão de Defesa da Billings, que “*se mobilizava em torno do problema de lançamento de esgotos na represa*”. Em 1973, também foram significativos

*(...) os protestos de mulheres em São Paulo contra os danos ambientais causados por uma fábrica de cimento, o gesto audaz e amplamente divulgado pela mídia do pintor Miguel Abellá, que saiu às ruas com uma máscara contra gases e com cartazes que chamavam a atenção da população para a poluição de São Paulo e também a exposição de Arte Ecológica que tinha um caráter itinerante e constituiu um espaço importante de debate a respeito de questões ambientais conferindo as bases para a criação do Movimento Arte e Pensamento Ecológico.*

Outro fato importante, ainda na década de 1970, foi o início da elaboração dos Planos Diretores da cidade que procuravam, em meio a tantas irregularidades, estabelecer diretrizes para as políticas do município (políticas sociais, de ocupação do solo, de riscos ambientais, entre outros). Porém, até hoje muitos planos são alvos de intensas lutas políticas e suas diretrizes têm dificuldades de serem efetivadas.

Atualmente, a cidade de São Paulo é a maior cidade da região metropolitana de São Paulo, ou grande São Paulo. Com um ritmo de crescimento demográfico baixo, a cidade encontra-se num processo de evasão populacional para os municípios vizinhos. De acordo com o censo de 2000, a taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000 foi abaixo de 0,9%. Apresentando um alto índice de desemprego e metade da população ativa trabalhando como autônoma, inserida no mercado informal, São Paulo não é mais uma referência mágica de melhores dias. Segundo Rolnik (2001), a cidade industrial, que no início do século XX foi a locomotiva que puxava o Brasil, com a reconversão econômica e as sucessivas crises, é um dos nós da conexão da economia nacional com o resto do mundo.

Como município, a cidade de São Paulo é dividida em 96 distritos, que também podem ser visualizados na Figura 1, cuja criação e delimitação foram estabelecidas pela Lei n. 11.220/92. Os distritos são as menores unidades territoriais e servem de referência para a prefeitura.

Enquanto os bairros centrais perderam população em termos absolutos, as periferias registraram os maiores níveis de crescimento, numa comparação entre distritos. Infelizmente, os distritos centrais e que agora perdem moradores são aqueles que possuem maior cobertura de serviços e equipamentos sociais e urbanos. Com o crescimento horizontal periférico e

uma verticalização central, segundo Taschner (2002), nos anos 90 há fortes indicações de que esse crescimento se deu principalmente pela favelização, sobretudo na periferia. Entre 1991 e 1996, 52% dos domicílios a mais em São Paulo foram casas em favelas. E é justamente na periferia que, segundo diversos estudos, há concentração de chefes de família sem nenhuma escolaridade, a renda familiar e as condições de saneamento são bastante inferiores às dos bairros mais centrais, há precariedade nas condições de moradia, ou seja, a periferia é o local da pobreza. (TASCHNER, 2002) e (ROLNIK, 2001)

A situação topográfica dessas favelas também vem reafirmar as precárias condições de vida de seus moradores, pois a grande maioria delas está situada nas margens de rios e córregos, em encostas com declividades acentuadas, fundos de vales e várzeas, próximo à malha viária e ferroviária e mesmo sobre aterros sanitários, configurando, assim, espaços expostos a diversas situações de risco, como erosões, deslizamentos, enchentes, doenças, entre outros. (TASCHNER, 2002)

O adensamento das favelas e o crescimento demográfico dos distritos mais periféricos podem ser considerados como reflexos da mobilidade da população em busca de terrenos e de aluguéis mais baratos ou mesmo de áreas para invasão. São quase dois milhões de favelados, representando 20% da população. Tudo isso, faz de São Paulo uma cidade fragmentada, uma cidade de verdadeiros contrastes.

## **2.1. O Processo de Urbanização da Região do Poliduto de Obati: caracterizando a população e o espaço**

A região por onde passa o poliduto Obati está inserida em todo este contexto de favelização e adensamento da periferia do município.

Em seus 50 Km de extensão<sup>8</sup>, 53% localiza-se na capital, especialmente em distritos periféricos<sup>9</sup>. Na época em que o duto foi implantado (1975), a região já era

---

<sup>8</sup> Destes 50 Km de extensão, cerca de 80%, aproximadamente 42 Km, são compartilhados com as linhas de alta tensão vinculadas à Eletropaulo.

<sup>9</sup> A localização dos distritos por onde passa o poliduto pode ser visualizada na Mapa 01 da primeira parte do texto. Mesmo com os nomes dos distritos não nítidos, observa-se que são distritos periféricos do município. Para melhor esclarecimento são eles (da esquerda para direita /direção Barueri – São Caetano do Sul): Jaguaré, Rio Pequeno, Butantã, Vila Sônia, Campo Limpo, Vila Andrade, Jd. São Luiz, Socorro, Campo Grande, Pedreira e Cidade Ademar.

bastante habitada, porém as interferências na área limdeira eram dispersas e rarefeitas. Hoje, todo o trecho encontra-se densamente habitado, consequência do intenso e desordenado processo de urbanização na região metropolitana de São Paulo, como já discutido anteriormente.

Os dados de caracterização da população e dos bairros de abrangência do Obati, que apresentamos neste trabalho, basearam-se prioritariamente no diagnóstico socioambiental elaborado pelo Instituto Ecoar, organização não-governamental que implantou, em 2000/2001, o projeto em estudo. Como não existem dados censitários específicos das unidades habitacionais situadas na área circunvizinha do duto, serão apresentados, então, dados censitários relativos aos municípios e distritos como um todo, em cujo território está implantado o duto. Trata-se, com isso, de salientar a complexa realidade urbana e populacional desta região e relacioná-la com o processo de urbanização de São Paulo.

Conforme diagnóstico socioambiental da região (ECOAR, 2001b), a população residente nas áreas de abrangência do duto foi estimada em 1,2 milhões de pessoas no ano de 2000. O alto custo dos terrenos, a impossibilidade de as pessoas de baixa renda terem acesso ao sistema imobiliário formal e a baixa oferta de habitações a essas populações, como visto anteriormente, contribuíram para a ocupação de áreas vulneráveis e de riscos de enchentes, deslizamentos e mesmo de áreas impróprias à atividades antrópicas, como é o caso das faixas do duto. Ainda segundo o diagnóstico, esta é uma área com enorme quantidade e diversidade de problemas. São problemas complexos, que envolvem toda uma estrutura gerada pelo próprio processo de urbanização.

Observando a dinâmica populacional dos territórios compreendidos pelos dutos, podemos afirmar que acompanham as tendências observadas nacionalmente.

*Entre as décadas de 1960/80, mesmo que as tendências sejam declinantes, a Região Metropolitana de São Paulo e o município da capital assinalaram ritmos de crescimento superiores às taxas atribuídas para o Estado e para o país. (ECOAR, 2001b)*

A Tabela 01 a seguir retrata estas afirmações.

Tabela 01: Evolução da taxa de crescimento médio anual (a.a. %) da população residente – Brasil, Estado de São Paulo/ESP, Grande São Paulo/GSP e município de São Paulo/MSP – 1960-2000.

	1970/60	1980/70	1991/80	2000/91
Brasil	2,89	2,48	1,93	1,45
ESP	3,33	3,49	2,13	1,57
GSP	5,44	4,46	1,88	1,43
MSP	4,79	3,67	1,16	0,75

Fonte: Emplasa – informações estatísticas.

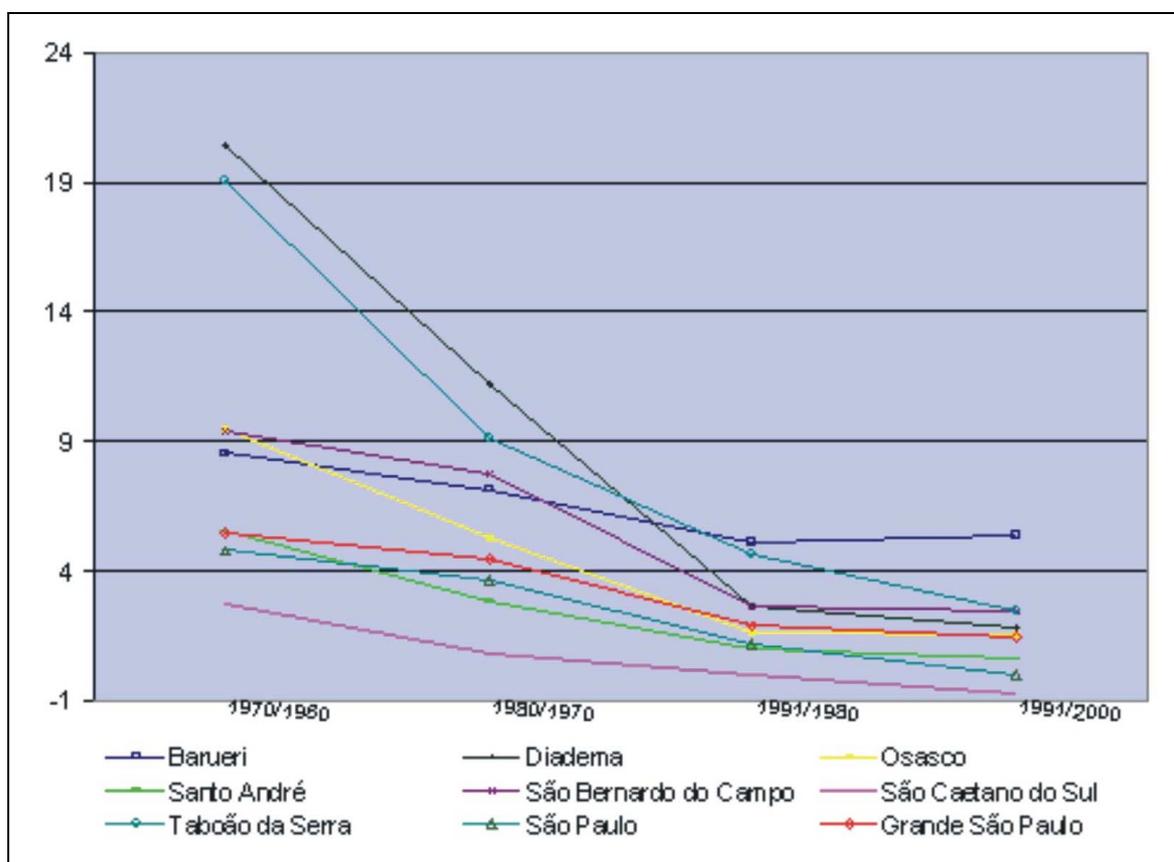
Institutos Ecoar/Crescer: Convivência e parceria – caracterização e diagnóstico socioambiental Obati.

Após este período, há um declínio populacional nos municípios do Estado de São Paulo. De acordo com Baeninger (2002, p.10),

*(...) a atual geografia das migrações no país vem delineando especificidades regionais que desembocam na tendência à redução da imigração para São Paulo, ao mesmo tempo em que, mudando o curso da história, este Estado tem experimentado expressivos reflexos e até perdas populacionais. (...) destaca-se que a periferia da área metropolitana de São Paulo apresentou [neste último censo de 2000] ritmo de crescimento populacional mais elevado que a média do Estado e interior (...), indicando a intensa mobilidade intra-regional da população metropolitana.*

O Gráfico 01 a seguir apresenta o declínio do crescimento populacional, especialmente após a década de 1980, por municípios de abrangência do duto. Na década de 1990, há uma estabilização, principalmente em São Bernardo do Campo, São Paulo e Osasco e um leve aumento em Barueri. No geral, em toda a grande São Paulo ocorreu estabilização.

Gráfico 01: Evolução das taxas de crescimento médio anual (a.a. %) na Grande São Paulo e municípios na abrangência do Obati – 1960-2000.

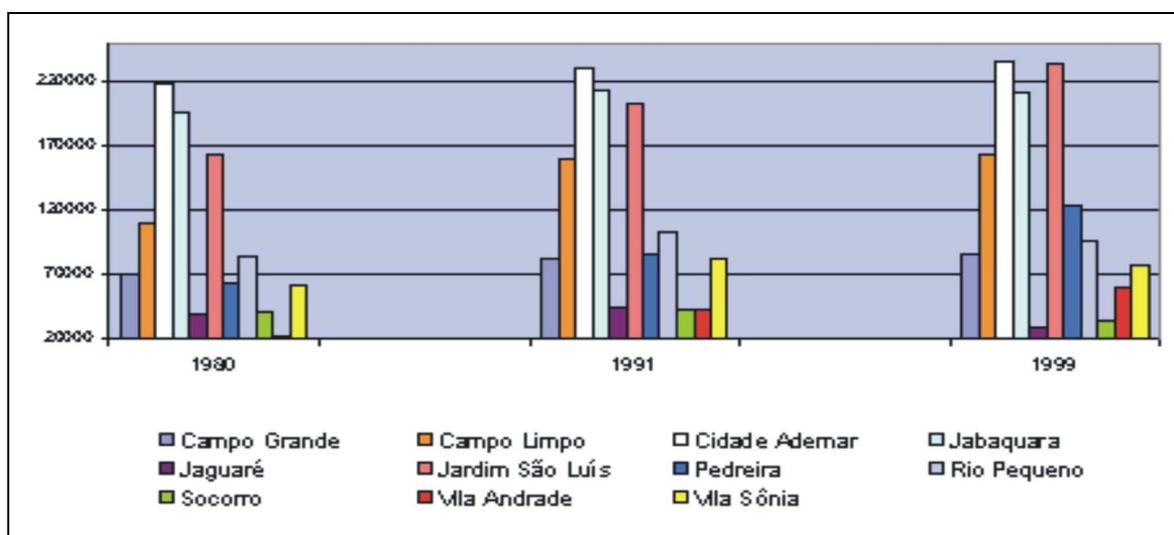


Fonte: Institutos Ecoar/Crescer: Convivência e parceria – caracterização e diagnóstico socioambiental Obati.

Quanto aos distritos da capital onde se localiza o duto, conforme o Gráfico 02 e a Tabela 02 abaixo, com

*(...) exceção do distrito de Pedreira todos os demais, no período 1991/1999, registram taxas de crescimento inferiores (1,00%) àquela assinalada para a região metropolitana (1,43%), ressalvando-se o Jd. São Luis (1,55%). Essa situação é reveladora da consolidação dos processos de uso e ocupação do solo, (ECOAR, 2001b) que até a década de 1980 eram crescentes.*

Gráfico 02: Evolução da população residente na abrangência do Obati, por Distritos no município de São Paulo – 1980-1999.



Fonte: Institutos Ecoar/Crescer: Convivência e parceria – caracterização e diagnóstico socioambiental Obati.

Tabela 02: Evolução da população residente na abrangência do Obati segundo distritos de São Paulo – 1980-1999.

Distritos	1980	1991	1999	Taxa geométrica de crescimento anual	
				1980/1991	1991/1999
Campo Grande	70.417	82.052	86.280	1,40	0,56
Campo Limpo	110.449	159.471	163.554	3,40	0,28
Cidade Ademar	219.437	230.794	235.175	0,46	0,21
Jabaquara	196.120	214.350	211.248	0,81	-0,16
Jaguarié	39.829	44.361	30.139	0,98	-4,20
Jardim São Luís	163.476	204.284	234.684	2,05	1,55
Pedreira	62.998	86.001	124.121	2,87	4,16
Rio Pequeno	84.716	102.791	97.172	1,77	-0,62
Socorro	40.699	43.194	34.721	0,54	-2,40
Vila Andrade	22.562	42.576	60.390	5,94	3,96
Vila Sônia	62.792	83.006	76.792	2,57	-0,86
<b>Área de abrangência</b>	<b>1.073.495</b>	<b>1.292.880</b>	<b>1.354.276</b>	<b>1,70</b>	<b>0,52</b>
<b>Município de São Paulo</b>	<b>8.493.226</b>	<b>9.646.185</b>	<b>10.305.049</b>	<b>1,16</b>	<b>0,74</b>

Fonte: Institutos Ecoar/Crescer: Convivência e parceria – caracterização e diagnóstico socioambiental Obati.

Por outro lado, mesmo com baixas taxas de crescimento populacional, praticamente todos os distritos aumentaram seu número de habitantes<sup>10</sup>, mesmo sendo distritos distantes do centro da cidade. Em Vila Andrade, onde se localiza a favela de Paraisópolis, observa-se que a população praticamente triplicou: de 22.562 em 1980 para 60.390 em 1999, podendo ser reflexo da mobilidade intra-regional e do processo de favelização que o município continua sofrendo, mesmo com baixas taxas de crescimento populacional. O mesmo acontece com Pedreira, região bastante problemática de São Paulo.

Assim, os bairros por onde passa o duto fazem parte de distritos distantes do centro da cidade e estão envolvidos no processo de “periferização” e adensamento das favelas. Esses bairros, segundo diagnóstico socioambiental (ECOAR, 2001b), apresentam-se em fase de consolidação dos processos de ocupação e de uso do solo.

Caracterizando os bairros, observamos que possuem habitações precárias e precário atendimento dos serviços de saneamento básico, de rede de energia elétrica e de equipamentos sociais, como áreas de lazer e de recreação, provocando diversos impactos sociais e ambientais, o que não difere das outras favelas da cidade. São casas com baixo padrão construtivo, feitas com restos de materiais de construção ou mesmo casas mais consolidadas, em alvenaria, casas sobrepostas, sem lotes definidos e normalmente com mais de uma família morando na mesma casa (ver os tipos de habitações da região de Pedreira e Cidade Ademar no Anexo 01). Assim como áreas próximas a aterros sanitários, indústrias poluidoras, terrenos propícios a deslizamentos, essa área é desvalorizada, pois é considerada área de risco, atraindo pessoas de baixa renda, devido ao baixo custo do aluguel, do lote e mesmo à facilidade para ocupações irregulares. Além de todos os problemas sociais aos quais a população está sujeita, ela também está à mercê de riscos ambientais, não só pela propensão da área a enchentes, erosões e deslizamentos identificados em alguns trechos, mas por ali se realizam atividades incompatíveis com os aspectos de segurança que envolvem a rede instalada, como queima de lixo e entulhos e perfuração do solo para construção das habitações.

Segundo a Petrobrás, nesta área lindeira à faixa, deve-se dar preferência por atividades que ofereçam menos riscos ao duto e à comunidade, como jardinagem, retirada de lixo, contenção de águas pluviais, implantação de hortas comunitárias, viveiros de mudas e canteiros de ervas aromáticas.

---

<sup>10</sup> Isso se se observar de 1980 a 1999. De 1980 a 1991, o acréscimo populacional foi maior, com queda para 1999. Porém, mesmo assim, há aumento da população, se comparado entre 1980-1999 em todos os distritos, com exceção de Jaguaré e Socorro.

De forma geral, conforme o diagnóstico, as principais interferências encontradas nos 50 Km de duto, em diferentes graus, referem-se à presença de lixo e entulhos na faixa, varais para secagem de roupa, espaços utilizados para circulação de veículos e pedestres, criação de animais, hortas, cultivo de plantas e lazer. Em muitas regiões há ocupações irregulares, sinalização danificada, redes de água clandestinas e lançamento de esgotos a céu-aberto. Há locais onde foram verificados queima de lixo e entulhos; em outros há muros delimitadores da faixa.

## 2.2 De São Paulo à Vila Clara

Inserida nestes 50 Km por onde passa o duto, Vila Clara é como um grão de areia em meio à imensidão de São Paulo. Em poucas palavras, é mais um bairro pobre da cidade. À primeira vista, um bairro tranqüilo, com casas simples, de baixo padrão, com ruas pavimentadas entre as subidas e descidas de uma região acidentada. Com pouco verde, há apenas um campo de futebol de terra avermelhada. De longe, se apresenta como um amontoado de casas sem cores definidas, entre o cinza do cimento, o marrom do tijolo e alguns muros brancos amarelados. Ao entrar nas casas, ou no portão da primeira delas, vemos uma baixada inesperada e invisível aos olhos de quem passa do lado de fora, seguida por diversos cômodos separados, paralelos, onde residem várias famílias.

Aos domingos, há muita gente na rua, à beira das calçadas. Nas lixeiras afixadas em locais definidos, não existe mais espaço para colocar o lixo, acondicionado em sacolas de supermercado.<sup>11</sup> Crianças de várias idades, jogando, gritando, pulando corda, diversas músicas em alto volume, advindas de uma ou duas casas ao mesmo tempo.

É o contexto descrito que caracteriza a Vila Clara, um dos bairros do distrito de Cidade Ademar que, juntamente com Pedreira, constituem a subprefeitura Cidade Ademar. Localizado na região sul do município de São Paulo, a subprefeitura de Cidade Ademar tem como limites a região administrativa de Santo Amaro à oeste e a região administrativa do Jabaquara ao norte. Além disso, faz divisa com Diadema à leste e com a subprefeitura Capela do Socorro, apresentando em todo trecho poucas áreas verdes. As únicas que ainda

---

<sup>11</sup> De acordo com informações dos moradores o caminhão da prefeitura que recolhe o lixo passa no bairro nas 2ª. e 4ª. Feiras, com conseqüente acúmulo de lixo nos finais de semana.

se conservam estão localizadas na região de Pedreira, ao longo do braço da represa Billings. Podemos visualizar melhor a localização da Vila Clara no mapa do Anexo 01.

A origem de toda esta região de Cidade Ademar está ligada ao fato de ter sido uma região “dormitório”. Seus bairros e vilas surgiram como resultado do grande impulso dado pela urbanização e pela explosão industrial na década de 1960. Com a decadência dos grandes fazendeiros, estes se viram obrigados a lotear suas terras, e conseqüentemente, muitos loteamentos foram vendidos aos operários migrantes que vieram de diversas partes do Brasil e também àqueles que saíam do campo para as grandes cidades (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2003).

A região de Cidade Ademar, e nela a Vila Clara, faz parte da maior área contígua do Obati, apresentando problemas de infra-estrutura que perduram há bastante tempo e que necessitam de maior articulação com o poder público. As áreas lindeiras ao duto, assim como nos outros bairros, são usadas como vias de acesso para pedestres e intensa circulação de veículos de pequeno e grande porte. Em alguns trechos, há necessidade de remover moradores.

Cidade Ademar é cortada por sete grandes avenidas, que possuem os pontos comerciais e de serviços da região: avenidas Cupecê, Washinton Luis, Yervant Kissagikian, Nossa Senhora do Sabará e Das Nações Unidas, que faz cruzamento com as avenidas Interlagos e Alda. O poliduto de Obati perpassa por quatro dessas grandes avenidas.

Podemos dizer que a Vila Clara se enquadra nas características que Taschner (2002, p.16) levanta no seu estudo sobre espaço e população nas favelas de São Paulo quando diz que as favelas hoje são menos precárias que há duas décadas atrás:

*(...) são habitadas por trabalhadores empregados, não por lumpen, tem certa infra-estrutura, suas casas são predominantemente de alvenaria, enfim, integram ao espaço urbano, seus moradores são trabalhadores pobres que produzem e consomem, e que não encontram na metrópole local acessível de moradia no mercado formal. Sobra para eles a ocupação de terras públicas ou privadas.*

Com essas características, Vila Clara foi escolhida para ser um dos “pólos de irradiação” do *Projeto Convivência e Parceria*, que discutimos a seguir. Também foi esse o bairro escolhido como foco da presente pesquisa.

### Capítulo III

#### **“As pessoas já não vêm a gente com aqueles olhos de antigamente”: educação ambiental e mudanças sociais**

A educação ambiental é um processo gerador de mudanças sociais que requer a revisão de atitudes e comportamentos. Cabe a ela construir novos valores e uma nova relação entre o homem e a natureza.

Neste capítulo, apresentamos o projeto de EA intitulado *Convivência e Parceria* e apontamos as mudanças por ele geradas na vida de alguns moradores do bairro em estudo, Vila Clara/São Paulo. Apesar das diferentes concepções de EA e das variadas metodologias existentes, podemos observar que a EA tem muito a contribuir na formação de cidadãos participativos em busca de melhoria das condições de vida.

Analisando os dados obtidos nos documentos, nas entrevistas e nos grupos de discussão temáticos, buscamos identificar divergências e convergências, segundo dois eixos norteadores:

- ♦ concepção de EA adotada no Projeto;
- ♦ repercussões do projeto na comunidade referentes ao conhecimento, às atitudes e às práticas dos moradores.

Num primeiro momento, realizamos uma intensa pesquisa documental, objetivando levantar e sistematizar as etapas de implementação do projeto, as ações desenvolvidas, a concepção de EA que norteou essas ações e identificar os sujeitos significativos. Os documentos pesquisados e analisados foram:

- ♦ projeto aprovado pela Petrobrás: **Agenda Proativa do dtcs no domínio da linha Obati;**
- ♦ relatórios mensais e trimestrais;

- ♦ **Convivência e Parceria:** caracterização e diagnóstico socioambiental Obati – Oleoduto Barueri/Utinga;
- ♦ materiais de comunicação e divulgação do projeto (cartilhas educativas, informativos);
- ♦ **Agenda 21 de Obati:** projeto convivência e parceria;
- ♦ vídeo *Convivência e Parceria*;
- ♦ acervo fotográfico

O contato inicial com os bairros selecionados para o desenvolvimento das ações do projeto ocorreu por meio das fotografias contidas no acervo do Instituto Ecoar, muitas registrando os lugares cinzentos e solitários que um bairro de periferia pode apresentar. Outras, mostrando rostos sorridentes ou olhares inquietos, expressões cansadas, pessoas anônimas, mas que apresentavam o cotidiano de um mundo enorme que se esconde por trás de toda correria e riqueza de São Paulo.

Para a pesquisa empírica, foi selecionada a Vila Clara, localizada no distrito de Cidade Ademar, na zona sul da cidade. Os critérios que nortearam sua seleção foram: (1) boa articulação com o poder público e com entidades sociais privadas e filantrópicas da região durante a implementação do projeto; (2) envolvimento considerável da população e das lideranças comunitárias nas atividades e (3) realização de obras locais e manutenção dos dutos.

A partir da delimitação do objeto de estudo e da definição clara dos objetivos iniciamos a pesquisa de campo. Como instrumentos de coleta de informações, além da pesquisa bibliográfica e documental, optamos por entrevistas individuais com técnicos implementadores e grupos de discussão temáticos com moradores do bairro selecionado, fazendo, assim, a triangulação dos dados.

As entrevistas foram fundamentais na reconstituição do processo de implementação do projeto, possibilitando um maior conhecimento sobre as dificuldades enfrentadas pela equipe e sobre os fatores que deram mérito ao projeto. Realizamos três entrevistas semi-estruturadas com técnicos que participaram do projeto: com a coordenadora geral da ONG, com a coordenadora do trabalho de EA e com um técnico atuante no bairro, que estava cotidianamente junto aos moradores (ver perfil dos

entrevistados no Anexo 02). As entrevistas foram realizadas entre setembro e início de outubro de 2003, na própria do Instituto Ecoar em horários marcados antecipadamente, conforme disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e devolvidas aos entrevistados para conhecimento do material e assinatura do termo de consentimento. Mesmo com a devolução, em nenhuma transcrição houve modificações de conteúdos, restrições ou alterações das falas por parte dos técnicos.

A escolha pelo grupo de discussão temática esteve ligada à necessidade de obter diferentes informações do conjunto de moradores a partir de suas reflexões sobre o tema, suas impressões e visões de mundo.

Os critérios de seleção dos participantes do grupo foram residir no local estudado desde a época da implantação do projeto e ter participado de alguma atividade a ele relacionado. Selecionamos dois grupos em ruas diferentes, não muito próximas, a fim de obter maiores informações.

Apesar das dificuldades de localização e de nucleação dos moradores, foi possível organizar dois grupos<sup>12</sup>. Um dos grupos foi reunido em uma área de lazer ao lado da faixa, em frente a casa de um morador, após diversas visitas e contatos com os moradores. Outras pessoas aderiram espontaneamente ao grupo no decorrer da discussão, visto que esta atividade era realizada ao ar livre. A discussão com o segundo grupo foi realizada no quintal da casa de um dos participantes, seguindo a mesma dinâmica.

Os dois grupos de discussão foram realizados aos domingos pela tarde, durante o mês de setembro de 2003, com duração aproximada de uma hora e meia cada. No primeiro grupo participaram nove pessoas e no segundo, seis, perfazendo um total de 15 participantes. Elaboramos, previamente, um guia de temas com questões-chave para orientar a discussão, que foi conduzida de forma bastante flexível, privilegiando as falas dos participantes e o debate. As discussões foram gravadas e transcritas. Todos os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa e seus objetivos antes de se aderirem definitivamente no grupo<sup>13</sup>. Como material de estímulo para a discussão, utilizamos fotografias ampliadas de alguns trechos do próprio bairro, antes e depois do projeto, especialmente em locais onde foram realizadas obras pela Petrobrás. Também distribuimos

---

<sup>12</sup> Não havia local adequado para reunir os moradores no bairro; a única alternativa era uma escola estadual próxima, mas havia uma grande resistência por parte dos moradores devido ao assassinato recente de um adolescente no local.

<sup>13</sup> Fizemos diversos contatos anteriores com vários moradores, convidando-os para o grupo, porém muitos destes não compareceram. Dos 15 participantes, sete foram convidados minutos antes da realização do grupo.

materiais informativos e fotografias das atividades produzidas pelo Instituto Ecoar. As fotografias de “antes e depois” encontram-se no Anexo 03, desta pesquisa.

Tendo o projeto terminado há um ano e seis meses, o uso de fotografias teve como objetivo trazer à tona o que foi vivida durante a execução do projeto. Segundo Andrade (2002, p.49),

*através das imagens, podemos aproximar mais as lembranças e as sensações daquilo que vivemos e estamos vivendo. (...) Recorremos às fotografias para fazer presente o que ou quem está ausente. Nossa identidade individual depende da memória – e a fotografia é uma atividade fundamental para o contorno dessa identidade, seja para a autoafirmação, seja para o conhecimento (...). Olhar fotografias é semelhante a congelar por instantes o tempo.*

As fotografias foram essenciais no debate, aproximando os moradores de suas realidades. Os dados coletados nos grupos de discussão se complementam, apesar de a formação desses grupos terem seguido, cada um, uma dinâmica própria com especificidades não previstas.

O grupo maior, com nove participantes (dois homens e sete mulheres, todos casados, com filhos e faixa etária acima dos 40 anos)<sup>14</sup> era formado especialmente por moradores lindeiros à faixa, que não tiveram grande envolvimento com o projeto. A maioria participou de pouquíssimas atividades, mantendo contato com as ações do projeto através de terceiros, isto é, de vizinhos e amigos do bairro.

O segundo grupo constituiu-se por seis moradores (03 homens e 03 mulheres), todos jovens, exceto um participante que tinha mais de 60 anos. Cinco deles possuíam filhos. Destes seis moradores, cinco participaram ativamente do projeto, seja como monitores locais, contratados para a realização de oficinas, seja como voluntários, caracterizando este grupo como um grupo formado por lideranças em potencial, no qual o debate foi mais aguçado.

As informações coletadas nos dois grupos, ao mesmo tempo em que se reforçaram, foram complementares, enriquecendo a interpretação e a análise. Desta forma, o processo de coleta de dados constituiu um momento riquíssimo de aprendizado, de abertura ao incerto e de aproveitamento do imprevisto.

A análise dos dados é aqui compreendida como “*uma atividade de interpretação que consiste no desvelamento do oculto, do ‘não aparente, o potencial de*

---

<sup>14</sup> Como o grupo foi formado espontaneamente, não foi possível formatar um perfil exato dos participantes; algumas informações só puderam ser constatadas através das falas, no decorrer da discussão.

*inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem’.*” (BARDIN Apud: SZYMANSKI, 2002, p.63)

A análise direcionou-se especialmente para as mudanças que ocorreram de fato na vida da população com a implementação do projeto. Essa busca possibilitou apreender algumas limitações e potencialidades do trabalho desenvolvido, mas que neste trabalho serão apenas apontadas.

### **3.1 Projeto Convivência e Parceria: uma interlocução entre técnicos e moradores**

Segundo Philippi (2000), a implementação de projetos em EA tem utilizado as mais diversas metodologias, com diferentes linhas de ação e diferentes níveis de aprofundamento. Há também dificuldades na avaliação dos resultados desses projetos, tanto no sentido de verificar resultados alcançados, como de compará-los a outros projetos. Não existe um processo regular de avaliação na grande maioria dos projetos realizados. Muitos deles são implementados de forma paternalista e sem inovações, com ações não planejadas e sem definições políticas claras.

Esses aspectos puderam ser observados em todo o estudo exploratório, durante o qual verificamos que, em muitas entidades, os programas e projetos não tinham suas ações registradas e a avaliação sistemática não fazia parte do planejamento ou quando fazia, havia muita dificuldade para ser efetivada. Além disso, como já discutimos anteriormente, diferentes clivagens nos campos teóricos geram diferentes práticas educativas voltadas para o meio ambiente.

De acordo com Draibe (2001), as avaliações podem ser de dois tipos: *ex ante* ou *ex post*. As avaliações *ex ante* são avaliações-diagnóstico e precedem o início do programa, sendo realizadas com a finalidade de apoiar decisões finais da formulação, produzindo orientações, parâmetros e indicadores no intuito de melhorar seu desenho e suas estratégias metodológicas, bem como de fixar um ponto de partida que possibilite comparações futuras. Já as avaliações *ex post* são realizadas concomitantemente ou após a realização do programa (avaliação de processo ou de resultado) e procura verificar os graus de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo a seus objetivos e também sua efetividade, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos.

É importante ressaltar que os tipos de avaliação se completam e são igualmente importantes. Quando realizadas conjuntamente, possibilitam maior garantia da veracidade e de consistência da análise.

Tendo como objeto de estudo as mudanças geradas no público-alvo pelo *Projeto de Educação Ambiental Convivência e Parceria*, com sua primeira etapa concluída em agosto de 2002, buscamos levantar a metodologia utilizada, conhecer suas etapas, seus vieses, as dificuldades sentidas, tanto pela equipe quanto pelos moradores. A partir da compreensão da metodologia utilizada, avaliamos os resultados obtidos, no que se refere aos conhecimentos, atitudes e práticas dos moradores, através de pesquisa qualitativa-participativa. Como ponto de partida, procuramos verificar se o projeto havia alcançado os resultados pretendidos e se atingido o público-alvo planejado, relacionando, de um lado, os objetivos e as metas, e de outro, as repercussões do projeto na comunidade e as mudanças ocorridas.

O *Convivência e Parceira* é um projeto de EA atípico, especialmente pela sua abrangência e por sua demanda. São poucas as ONGs que desenvolvem projetos deste porte, envolvendo um grande montante de recursos. Arlindo Phillipi (2000) revela que um dos grandes problemas na viabilização de projetos de EA é exatamente a exigüidade de recursos, o que não foi o caso do referido projeto.

O surgimento da proposta também foi diferenciado. De acordo com a coordenadora geral do Ecoar, o

*(...) projeto surge porque a Petrobrás (...) logo depois que acontecem uns acidentes nos dutos aqui em São Paulo (...) cria um grupo especial (...) pra trabalhar a questão dos dutos. Na época, nós [Ecoar] já estávamos em tratativa com a Petrobrás pra fazer um projeto na área ambiental provavelmente ligado a plantio pra captura de gás carbônico. (...) tivemos a idéia de sugerir que eles fizessem um trabalho de educação ambiental com a população que vivia ao lado dos dutos (...) Porque eles iriam estar investindo uma quantia imensa de recursos (...) na melhoria concreta dos dutos, troca de tubulações, etc e tal, e também iriam investir um dinheiro alto na recuperação das faixas dos dutos e a gente colocou a eles que não adiantaria eles fazerem todos esses reparos, se eles não fizessem um trabalho junto com a população (...) que morava ao lado das faixas, (...) e que isso era um trabalho de educação ambiental.*

A partir deste momento, houve, então, um processo de “sensibilização e convencimento” da Petrobrás e, paralelamente, de elaboração da proposta.

Depois de um período de negociações, alterações da proposta por parte Petrobrás, troca de idéias, o projeto foi aprovado. Para a coordenadora dos trabalhos de EA, “(...) um fator super relevante, e estimulante pra Petro fechar esse contrato, foi quando a gente agregou a isso a possibilidade de fazer a Agenda 21 de um oleoduto (...)”.

Sendo assim, mesmo “sensibilizada” pelo Ecoar, a Petrobrás financiou o projeto sem a exigência de algum órgão superior, ou mesmo sem pressão aparente da sociedade civil. No entanto, não podemos esquecer que, diante de tantos acidentes e situações de degradação ambiental provocados pela empresa, a proposta seria uma grande contribuição para a melhora de sua imagem.

O projeto teve como público-alvo especialmente as comunidades residentes nas áreas de intervenção do poliduto de Obati, bem como os funcionários da Transpetro responsáveis pela manutenção do duto e funcionários das empresas contratadas para sua manutenção e fiscalização. Parte do Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Ocupacional do Sistema Petrobrás - PEGASO<sup>15</sup>, criado para “*trabalhar a questão dos dutos*”, o projeto em questão é considerado pioneiro por sua proposta “*de estabelecer uma profícua parceria entre a empresa, a população e as instâncias do poder público que atuam na área de abrangência da faixa do Obati*”. (ECOAR, 2002, p.5)

Do total da faixa, 53% estão localizados no município de São Paulo. Conforme diagnóstico socioambiental da região (ECOAR, 2001b), a população residente nas áreas de abrangência do duto foi estimada em 1,2 milhões de pessoas no ano de 2000, como já mencionamos. Toda essa população lindeira do duto está sujeita a situações de risco, pois realiza atividades incompatíveis com os aspectos de segurança que envolvem a rede instalada.

Neste sentido, o projeto de EA teve como objetivos principais:

- ♦ *fomentar a conscientização da população sobre a situação de risco em que se encontra ocupando indevidamente as áreas dos dutos, por onde trafegam produtos perigosos como petróleo, gasolina e gás;*
- ♦ *sensibilizar a população que habita estas áreas para a importância do respeito às normas de segurança, dotando as faixas de dutos de usos compatíveis com suas restrições;*
- ♦ *estimular a participação dos cidadãos e cidadãs em atividades voltadas para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida;*
- ♦ *contribuir para despertar e/ou fortalecer os sentimentos de pertencimento e compromisso em relação ao ambiente (natural e construído) onde vivem;*
- ♦ *proporcionar a construção de conhecimentos que facilitem a compreensão ampla e crítica das condições socioambientais;*

---

<sup>15</sup> O PEGASO foi criado pela Petrobrás em Janeiro de 2000 para suprir a necessidade “*de mudança em seus modelos de segurança e gestão ambiental*” que ficou claro, segundo a empresa, quando “*ocorreram vazamentos em oleodutos na Baía de Guanabara e no Paraná*” no mesmo ano. O referido programa previu investimentos de R\$ 3,2 bilhões até 2003, sendo a maior quantia já investida nestes setores por qualquer outra empresa de petróleo do mundo. Segundo dados, em 2000 foram investidos R\$ 522 milhões e em 2001 quase R\$ 1,1 milhão (PETROBRAS, 2003).

- ♦ *Sensibilizar e envolver a comunidade no monitoramento das ocorrências relacionadas à faixa de domínio dos dutos;*
- ♦ *Fomentar uma rede de comunicação entre os moradores do entorno dos dutos e a Petrobrás. (ECOAR, 2001a, p.8)*

Com duração de 12 meses (agosto de 2001 a junho de 2002), posteriormente prorrogado por mais seis meses para monitoramento (agosto de 2002 a janeiro de 2003), as ações seguiram três eixos principais: realização de diagnóstico socioambiental, programa de educação ambiental e programa de comunicação social. Como resultado final da primeira etapa, foi elaborada a **Agenda 21 de Obati**, a partir das demandas e discussões junto às comunidades, conforme dados coletados, num amplo processo participativo, no qual a comunidade descreveu uma série de problemas e propostas de encaminhamento para o desenvolvimento sustentável local.

Todo o processo de implementação do projeto foi construído paulatinamente, de acordo com as necessidades percebidas ao longo do período. Conforme a coordenadora dos trabalhos de EA,

*(...) a gente tinha, óbvio, as diretrizes do projeto, a gente tinha alguns produtos acordados que o projeto geraria, é, algumas atividades descritas, mas a forma de trabalho, ela seria, ela foi construída toda ao longo do processo.*

A metodologia foi baseada na **Agenda 21 Global**, de onde se originou a idéia da Agenda 21 do Pedaco e a criação das oficinas de futuro. A construção de uma **Agenda 21 do Pedaco**<sup>16</sup> já foi objetivo de outros trabalhos, realizados pelo Instituto Ecoar em parceria com a empresa Cógito Consultoria e Planejamento nas zonas norte e leste de São Paulo<sup>17</sup>, com recursos da prefeitura. A idéia de “pedaço” surgiu no intuito de promover “*a participação de cada um, de cada indivíduo*”, para que o processo de construção da **Agenda 21 Local** “*viesses de baixo para cima*”. Nesta experiência, o pedaço foi

*(...) caracterizado como uma teia de relações de indivíduos que tenham afinidades entre si, construídas por laços de parentesco ou por laços de amizade, por uma série de práticas que já tornava possível essa convivência, essa vontade de decidir junto sobre determinadas coisas. (SORRENTINO, 2001, p.36)*

<sup>16</sup> Para maiores detalhes ver SORRENTINO (2001).

<sup>17</sup> Segundo informações obtidas junto ao Instituto Ecoar, este trabalho fez parte do Programa de Educ-Ação Ambiental do PROCAV II (Programa de Canalização de Córregos, Implantação de Vias e Recuperação Ambiental e Social de Fundos de Vale), um programa da Prefeitura do Município de São Paulo que contou com o apoio de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID. O trabalho foi realizado junto às comunidades que viviam nas sub-bacias hidrográficas cujos principais córregos estavam sendo afetados pelas obras do PROCAV. O Trabalho de EA foi de responsabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que contratou, através de licitação para a execução, o Consórcio formado pela Cogito e pelo Ecoar, no ano de 1997, durante a gestão de Celso Pitta. Hoje, a empresa Cogito não existe mais. (SVMA, 1997)

Pensava-se, na época, que a através da elaboração de Agenda 21 em vários pedaços, pudesse, então, confluir na **Agenda 21 Local** do município de São Paulo<sup>18</sup>, considerando que numa cidade com mais de 10 milhões de habitantes, esse processo geraria uma participação real de vários segmentos da cidade, inclusive daqueles cidadãos que não estavam inseridos nos canais de participação tradicionais, como associação de moradores, conselhos, entre outros. Essa mesma dinâmica foi seguida no *Projeto Convivência e Parceria*.

A equipe responsável pela implementação do projeto, aspecto considerado importante e que deve ser observado, também foi escolhida ao longo do processo, sendo remanejada de acordo com a necessidade do local. Segundo os técnicos entrevistados,

*(...) era uma equipe nova, era uma equipe multidisciplinar, alguns com experiência (...) no Ecoar e com mais (...) conhecimento do método, na verdade, já tinham trabalhado com oficina do futuro antes, outras pessoas não, estavam chegando, a gente tomou cuidado de mesclar isso (...).*

*(...) nem todo mundo tinha prática de educação ambiental, a gente tinha educadores, pessoas que tinham trabalhos de educação popular, pessoas que tinham trabalhos de educação ambiental que não envolviam tecnicamente comunidades no trabalho de educação ambiental, e tinham pessoas que não tinham nenhuma das duas experiências.*

Essa equipe foi capacitada, antes da ida ao campo, e ao longo do trabalho “*tinham momentos de formação por conta dessa diversidade (...)*”, relatou um dos técnicos.

O primeiro passo, então, foi a elaboração do diagnóstico socioambiental e da caracterização da faixa. Os 50 Km de extensão do duto foram divididos em cinco trechos, no intuito de dinamizar o trabalho e, a partir disso, formaram-se cinco equipes compostas por urbanistas, arquitetos, geógrafos e educadores ambientais ligados ao projeto. Essas equipes percorreram toda a faixa, identificando e fotografando as interferências, o uso do espaço, características da região, o estado de conservação do duto, além de listar os equipamentos públicos, entidades sociais e lideranças comunitárias existentes no local, dando origem ao relatório “Um Primeiro Olhar sobre Obati”, e diagnóstico socioambiental, digitalizado e com um rico acervo de dados.

---

<sup>18</sup> São Paulo foi a primeira cidade a elaborar sua “Agenda 21 Local”. A primeira iniciativa do processo de construção da agenda ocorreu em agosto de 1992, quando a então prefeita designou o Conselho Executivo da SP ECO-92 para elaborá-la. Num primeiro momento, buscou-se o envolvimento da esfera institucional da prefeitura, ou seja, dos agentes públicos, procurando sensibilizar e organizar internamente os funcionários da administração direta e indireta. A partir de 1996, passando para uma outra fase, procurou-se, então, sistematizar as propostas setoriais, através de discussões com a comunidade e com outras esferas do governo, bem como a organização de eventos e dos subsídios coletados durante os trabalhos realizados e a divulgação do processo de planejamento da Agenda. Atualmente, a Agenda 21 de São Paulo encontra-se em sua terceira fase, que tem por finalidade “*desencadear um processo de descentralização da implementação da agenda 21 local, por meio do incentivo e apoio às iniciativas de elaboração de Agendas 21 locais no âmbito das futuras sub-prefeituras*”. (KÖHLER, 2003, p.85)

Após a elaboração do diagnóstico socioambiental e da caracterização dos 50 Km das áreas lindeiras do duto, iniciaram-se as ações de implementação do projeto. O Obati foi dividido primeiramente em cinco “pedaços”, semelhantes aos trechos divididos para o diagnóstico, considerando distâncias de aproximadamente 10 Km para cada dois ou três educadores ambientais, além da potencialidade de trabalho de cada região. De acordo com um dos técnicos entrevistados, procurou-se deixar em cada pedaço educadores que “(...) *ou era da região, ou tinha um contato institucional, (...) Tinha mais facilidade de se inserir ali dentro*”.

Em cada pedaço foram identificados “pólos de irradiação” do projeto, ou seja, bairros mais apropriados para a intervenção de forma direta, como a realização de oficinas, visitas de campo, eventos culturais, conforme Mapa 03 a seguir. Nestes pólos de irradiação houve uma ampla mobilização da comunidade local e das entidades sociais já existentes, bem como escolas, creches, associações e respectivas administrações regionais. Algumas entidades contatadas participaram do processo em diferentes graus, outras não. Cada pedaço seguiu uma dinâmica própria, constituindo-se num mosaico de ações voltadas especialmente para a sensibilização sobre o papel e as conseqüências do duto naquela região.

♦ **Pedaço 01:** municípios de Barueri e Osasco.

Pólos de irradiação: Jd. Mutinga, Jd. Aliança e Vila Nova.

♦ **Pedaço 02:** municípios de São Paulo (distritos do Butantã, Lapa e Rio Pequeno, Raposo Tavares e Vila Sônia) e Taboão da Serra.

Pólos: Rio Pequeno, Parque Raposo Tavares, Jd. Jaqueline e Viela da Paz

♦ **Pedaço 03:** município de São Paulo, distritos de Campo Limpo, Vila Andrade, Jd. São Luiz, Socorro e Cidade Dutra.

Pólos: Estrada dos Mirandas (toda região do Pq. Regina, Pq. Arariba, Vila Praia, Jd. Umarizal, Monte Azul e Vila das Belezas), Morro da Lua/Favela Pulmann, Jd. Felicidade e Vila Andrade.

♦ **Pedaço 04:** Cidade Ademar e Pedreira

Pólos: Americanópolis e Vila Clara

♦ **Pedaço 05:** Cidade Ademar

Pólos: Pedreira, Villas Boas, Jd. Mirian, Jd. Selma, Jd. São Carlos

Mapa 03

Pólos de Irradiação do Projeto Convivência e Parceria

Cada bairro demarcado em azul representa um pólo de irradiação. Nestes locais concentraram-se as atividades de educação ambiental, envolvendo indiretamente moradores de bairros de toda a circunvinhança.

No primeiro momento, devido à complexidade das áreas envolvidas, a região de Jabaquara/Cidade Ademar foi dividida entre duas equipes, formando os pedaços 04 e 05, que em várias ocasiões tiveram atividades conjuntas, sendo a divisão não muito bem definida. Somente depois de aproximadamente oito meses iniciou-se o trabalho na região do grande ABC (municípios de Diadema, São Bernardo e Santo André), formando então o Pedaço 06.

É útil ressaltar novamente que as maiores interferências encontradas nestes 50 Km de duto referem-se à presença de lixo e de entulhos na faixa, de varais para secagem de roupa, espaços utilizados para circulação de veículos e pedestres, criação de animais, hortas, cultivo de plantas ornamentais e para lazer. Essas interferências encontram-se mais concentradas em alguns trechos que em outros. Em muitas regiões há ocupações irregulares, sinalização danificada, redes de água clandestinas e lançamento de esgoto a céu-aberto. Há locais onde foi constatada queima de lixo e depósito de entulhos em geral; em outros, a faixa está delimitada por muros. A área circunvizinha à dutovia constitui um território muito heterogêneo, onde o uso e a ocupação do solo ao longo do Obati consolidaram situações urbanísticas e socioambientais que apontam para medidas não só de manutenção da faixa por parte da Petrobrás, mas também de uma série de ações de natureza e dimensões distintas que necessitam integração com o poder público, como falta de saneamento básico, por exemplo. (ECOAR, 2002)

Todo o trabalho de implementação voltou-se para duas direções: educação ambiental e comunicação social. A característica principal da metodologia utilizada foi a realização das oficinas de futuro e a conseqüente criação da Agenda 21 de cada pedaço, que confluiu para denominada de **Agenda 21 de Obati**. A equipe procurou estimular a “*participação, co-responsabilidade e sentido de pertencimento*” (ECOAR, 2001) das pessoas ao espaço em que vivem. Neste sentido, para a equipe do Ecoar, a elaboração dessas agendas pode ser um instrumento para despertar os sonhos da população, projetar o amanhã e estimular também a construção de um projeto próprio de cada localidade.

Como nos relata a coordenadora dos trabalhos de EA,

*(...) foi desenvolvido [um método] de planejamento estratégico, só que transformado pra uma linguagem popular (...) então a gente discute de forma mais lúdica, mais interessante, questões referentes aos problemas que você tem no seu pedaço, as possíveis soluções, as soluções que você propõe, daí a gente discute tecnicamente essas soluções (...) de forma participativa (...).*

Concretamente, as ações seguiram os seguintes passos:

- ♦ oficinas do futuro: oficinas de discussão dos problemas do bairro, denominada ‘Muro das lamentações’ e levantamento dos sonhos da população em relação ao bairro e a vida em comunidade, ou também chamado ‘Árvore dos sonhos’; identificação dos principais tópicos de interesse da população e elaboração do plano de ação para realização dos sonhos.

Podemos observar a realização dessas etapas nas falas dos técnicos entrevistados:

*(...) [n]as oficinas do futuro, que você ia começar, ia pelos sonhos, eram sonhos daquela população, quais são os problemas que a população tem pra chegar naquele sonho, qual é a história desses problemas, que é aonde você define a raiz desses problemas, que é causa, que é consequência, e o final você fecharia com o plano de ação.*

E também na dos moradores que participaram dos grupos de discussão temática:

*(...) eles foram lá, começaram a divulgar o trabalho, tal, a gente tava meio sem saber quê que realmente era, aí quando começou, quando começaram as reuniões, é, as dinâmicas, lá. Por exemplo, uma coisa que eu lembro muito bem foi o muro das lamentações, aí você ia chorar as pitangas, que quê faltava pro bairro, tal. Na verdade, só de olhar aqui a gente vê que falta tudo, né, assim, poder público tá, assim, completamente longe.*

*Ah, foram várias dinâmicas, entre elas o muro das lamentações. Ich, teve muitas coisas!*

*(...) uma vez que o muro das lamentações discutiu a fonte de todos os problemas, independente de ser da faixa do duto ou não.*

*Eles passaram nas casas, convidando pra fazer reunião no Faggin, aí, lá no Faggin a gente teve as dinâmicas, né, apresentação do grupo*

- ♦ oficinas temáticas: tinham como objetivo capacitar, difundir conhecimentos específicos e instrumentalizar a população local para uma atuação comunitária e profissional mais qualificada. Os temas discutidos nestas oficinas foram escolhidos pela própria comunidade. Conforme observamos nas discussões em grupo, as oficinas temáticas tiveram menos impacto que as oficinas do futuro. Os temas que os moradores se referiram nos grupos foram lixo e organização

popular, com discussões sobre a reativação da associação dos moradores do bairro, como mostram as falas a seguir:

*Pediram opinião do quê que a gente achava. Mas aí, depois que foi feita essas obras, aí as reuniões de terça feira tava mais em cima da associação nossa aqui.*

*Fizemos também a oficina de lixo, né.*

Nos dois tipos de oficinas, foram utilizados os mais variados recursos, como audiovisuais, sócio-drama, estudos do meio (visitas de campo), conversações dirigidas, artes plásticas, dinâmicas de grupo. Além disso, delas originaram-se outras atividades voltadas para mutirões de limpeza, grafiteagem de muros, eventos culturais, sempre de acordo com a demanda da população. Segundo documentos e folhetos estudados, a equipe procurou aproveitar o potencial do local, formando parcerias com as entidades sociais já existentes, escolas, administrações regionais, articulando projetos semelhantes e inserindo a questão ambiental em todos os debates, formando o que o Instituto Ecoar denominou de “Rede de Cidadania”.

Ao longo de todo o período de implementação, dando suporte às ações de EA, a equipe de comunicação social foi responsável por a toda divulgação do projeto e das ações realizadas, mobilizando e informando as comunidades. Foram distribuídos folhetos explicativos, jornais, boletins sobre informações de cada Peçaço, elaborados vídeos, além de um programa de rádio diário que informava a população sobre questões de segurança, saúde, meio ambiente, cultura e divulgava os eventos, os trabalhos comunitários programados e já realizados. As ações de divulgação do projeto podem ser observadas nas falas dos moradores:

*Nós recebeu [boletins] no dia que nós fomos na escola lá.*

*Eu tenho um monte desse aí.*

*A gente tem que ter, né. É a prova que a gente participou, né.*

*Eu peguei na prefeitura, naquele tempo que nós fazia aquele trabalho (?).*

*Eu peguei na reunião, mas.*

*Aqui ninguém passou dando panfleto nenhum.*

Percebemos, através dessas falas, que houve, de fato, distribuição de panfletos, porém esta atividade não alcançou o conjunto total dos moradores da região, mas atingiu diretamente aqueles mais ativos no processo. Na Vila Clara, não houve, entre os moradores que participaram do grupo, menções espontâneas referentes ao programa diário de rádio.

Paralelamente, foram realizadas obras de manutenção do poliduto e de melhoria da faixa, atendendo a demandas formuladas pelas comunidades de cada pedaço e capacitados “monitores locais”, constituindo uma gama de agentes multiplicadores da EA.

Todo esse processo culminou com a elaboração da **Agenda 21 do Obati** que foi se desenhando durante as oficinas. Cada pedaço descreveu os problemas locais, as propostas de solução e os possíveis parceiros e, no final, foram reunidas as idéias de todos os pedaços originando, então, uma agenda comum. A Agenda contém seis eixos temáticos: (1) água, saneamento e uso do solo; (2) cultura, esporte e lazer; (3) lixo; (4) saúde; (5) geração de trabalho e renda e (6) redes e comunicação. Segundo os técnicos, estes eixos foram apontados e discutidos pela própria comunidade.

De acordo com os dados do Ecoar, todas estas ações envolveram diretamente cerca de 10 mil pessoas e indiretamente 50 mil. O número de oficinas realizadas e uma estimativa dos participantes podem ser observados nos gráficos do Anexo 04.

Ao longo do período, ocorreram vários momentos de avaliação e de reordenamento das ações, através de reuniões semanais entre os técnicos. Diz uma das entrevistadas:

*(...) toda terça-feira era o dia da equipe e aí era muito desgastante porque acabavam sendo oito horas de reunião (...) mas era, é, essencial (...) nós normalmente usávamos um período pra contar como é que tava a situação de cada pedaço (...) e o outro período a gente tentava planejar os próximos passos, às vezes lê alguma coisa, discutir algum texto (...) a gente não tinha muito tempo pra estudar, né, porque era muito corrido, o projeto todo era muito corrido, mas a gente tinha esse horário semanal que a gente tentava ir dando conta aí de algumas coisas, né. (...) as decisões eram tomadas em conjunto (...).*

Mensalmente eram enviados à Petrobrás relatórios das atividades realizadas, das metas atingidas e o cronograma de atividades para o próximo mês.

Especificamente na Vila Clara, local escolhido para este estudo avaliativo, as atividades seguiram as mesmas diretrizes, adequando as ações de acordo com as especificidades locais. As primeiras oficinas eram realizadas conjuntamente com a região de Pedreira e o contato inicial foi com as escolas. De acordo com uma das técnicas,

*(...) porque eram as escolas que atendiam a população do local, as escolas é que tinham maior permeabilidade na comunidade, né, e era um espaço de sala de aula que a gente poderia usar pra fazer as oficinas. (...) A gente definiu algumas escolas que eram mais próximas do duto, e fazia apresentação, chamava os professores, chamada a coordenação (...). Algumas escolas a gente teve ‘Ah, tá, cê quer usar o espaço da escola? Beleza. Então usa o espaço da escola.’; ‘Ah, mas não vem aqui sobrecarregar, porque*

*professor já é sobrecarregado, porque tudo pára na escola, programa de dengue vem, pára na escola, todos os problemas. Depois de acabado as oficinas a gente fazia uma avaliação (...).*

Enquanto os técnicos se aproximavam da região, fazendo os primeiros contatos e conhecendo melhor a população, os coordenadores faziam “*reunião com a prefeitura, faziam reunião de articulação e tal, pra apresentar o projeto também institucionalmente (...)*”.

As obras nessa região voltaram-se para a construção de escadas de acesso nas laterais da faixa; canaletas para escoamento das obras; plantio de grama na superfície da faixa; construção de muros; organização de uma pequena praça e de uma quadra esportiva, colocação de bancos e lixeiras. Vale destacar que muitas dessas obras foram refeitas durante o período subsequente, ou por causa de nova manutenção, ou devido à destruição por parte de chuvas torrenciais.

Uma das características mais marcantes da Vila Clara foram as atividades de hip hop, que ocorreram paralelamente às oficinas de futuro. Estas atividades foram ressaltadas pelos técnicos:

*(...) intermediário [as oficinas] a isso a gente teve o curso de hip hop, com os jovens (...) a gente contratou moradores locais, jovens, que trabalhavam com hip hop pra ensinar as crianças, pra pintar e depois pintaram os muros como embelezamento do espaço.*

E pelos moradores:

*Então a gente trabalhou muito com as crianças, e ali também, como eu te disse, tinha uma subprefeitura muito sensível, que se deu muito bem com a, com a Petro(...) a gente pintou vários muros, a subprefeitura fez a parte dela, sabe, consertou um monte de coisas, fez um monte de equipamentos, então o trabalho ficou muito bom lá porque foi realmente um lugar onde a gente conseguiu (...) trabalhar poder público, empresa, comunidade e nós, como facilitadores (...).*

As atividades de hip hop, desmembradas em aulas de dança e grafiteagem, eram realizadas por moradores locais que foram contratados pelo Ecoar e que já exerciam trabalhos nessa área.

Podemos identificar, nos dados coletados e nas observações de campo, que as entidades mais participantes nessa região foram a Administração Regional do Jabaquara, a Escola Estadual Dr. João Ernesto Faggin e a Aldeia do Futuro, uma entidade social local que trabalha com adolescentes. Observamos que a grande maioria das organizações locais foi contatada e informada do projeto, mas não houve adesão total. Atualmente, a

associação de moradores do bairro em estudo está desativada, sendo identificada pela comunidade “como uma pessoa”. Segundo os técnicos entrevistados, a Vila Clara obteve um dos melhores resultados do projeto, constituindo um local onde realmente houve articulação entre o poder público, a empresa e a comunidade local.

### 3.2 A Concepção de Educação Ambiental Adotada no Projeto

Primeiramente, é importante ressaltar que o Instituto Ecoar para a Cidadania foi criado em 1992, ano da realização da Rio-92, por um grupo de ambientalistas, pesquisadores e profissionais com a missão de “*contribuir para a construção de sociedades sustentáveis*”. O Instituto Crescer, que também foi parceiro neste projeto, surgiu a partir da concretização “*das trajetórias de seus fundadores que, há mais de vinte anos, vêm trabalhando para melhorar as condições sociais da população de baixa renda do país*”. (ECOAR, 2002, p.4)<sup>19</sup>

O uso do termo “sociedades sustentáveis” remete a uma postura de crítica ao termo “desenvolvimento sustentável”, questão de debates entre estudiosos do meio ambiente<sup>20</sup>. Neste sentido, pensar os problemas ambientais globais sob a ótica de sociedades sustentáveis significa entender “*que cada sociedade deve se estruturar em termos de sustentabilidade própria, segundo seus valores e parâmetros específicos.*” (PELICIONE, 2002, p.94)

Analisando o documento **Agenda proativa do DTCS no domínio da linha Obati**, onde é apresentado o *Projeto Convivência e Parceria*, observamos que a proposta, primeiramente, era contribuir para a sensibilização sobre os riscos significativos a que os moradores lindeiros da faixa estão expostos e orientar no sentido de uma utilização adequada da área, evitando, assim, futuros acidentes. A este primeiro aspecto outros estão ancorados, como a importância da participação da comunidade, a consolidação de parcerias, a construção de uma imagem positiva para a empresa.

---

<sup>19</sup> Todo o projeto foi desenvolvido numa parceria entre Ecoar e Crescer, mas, como nosso contato foi direto e unicamente com o Instituto Ecoar, todas as referências serão voltadas para ele, pois consideramos que nelas o Instituto Crescer está contemplado.

<sup>20</sup> São autores defensores do conceito sociedades sustentáveis, entre outros: Diegues e Redclift. Mais detalhes, ver PELICIONE (2002).

Sendo o trabalho de EA desenvolvido numa região peculiar, devido à presença do duto, os limites entre os objetivos da empresa (melhorar sua imagem, justificar os problemas anteriores de degradação ambiental) e a necessidade da população de um trabalho de EA (realmente é importante estar orientado quanto ao duto) são muito tênues.

Um dos problemas, hoje, na execução de projetos de educação ambiental, segundo Philippi (2000) consiste no fato de as agências financiadoras de projetos educativos na área ambiental representarem interesses de empresas responsáveis pela degradação do meio ambiente.

No projeto em estudo, a EA é considerada uma peça fundamental na resolução dos problemas ambientais, inclusive no caso de prevenção de acidentes na faixa de um oleoduto. A concepção de EA adotada privilegia a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil como um exercício da cidadania, sendo que a garantia da qualidade de vida, ainda que em áreas de risco lindeiras a uma faixa de duto, exige mais que posturas individuais “ecologicamente corretas”.

*Entendemos que o êxito na resolução dos grandes e graves problemas socioambientais apresentados pela região depende, essencialmente, de programas que considerem a participação da sociedade como prioritária e fundamental. A participação social tem por base o entendimento de que a sensibilização e mobilização dos mais variados segmentos sociais só é possível mediante a conscientização e o fortalecimento da cidadania. (ECOAR, 2001a, p.07)*

A **Agenda Proativa** ressalta, ainda, a interligação dos aspectos econômicos, sociais e culturais nas questões ambientais, tanto no nível macro ou global, como no nível micro ou local.

*A EA é um processo continuado, permanente, com estratégias específicas desenvolvidas pelos seus participantes, incluindo a de sobrevivência econômica, comunitariamente articulada. Assim, o bairro, a microbacia, a região urbana articulam a rede de cidadão, base do desenvolvimento sustentável. (ECOAR, 2001a, p.07)*

A percepção da EA como um processo contínuo e permanente e a compreensão da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas urbanas e rurais, constituem princípios diretores da educação ambiental desde o Encontro de Belgrado, em 1975. O **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**, elaborado durante a Rio-92 reconhece a EA como um processo contínuo de aprendizado. Na lei n. 9795/99, a continuidade e a permanência do processo educativo fazem parte dos princípios básicos da EA.

Este aspecto está presente na proposta apresentada para a Petrobrás, como observado acima, porém não foi privilegiado na execução do projeto, que teve a duração de um ano e meio, sendo interrompido o financiamento por parte da Petrobrás, após esse período. Neste sentido, mesmo enfatizando a participação social, a EA também relaciona-se com mudanças de concepções, hábitos e valores, o que é impossível de acontecer num período tão curto.

Este fato é observado nas políticas em geral, nas quais os projetos, sejam eles governamentais ou não, são pontuais e fragmentados, sem continuidade. É uma ação corrente, tanto entre os órgãos governamentais como entre empresas de fomento a projetos sociais e ambientais, financiar projetos por um tempo limitado. O processo educativo não é visto como uma necessidade permanente. A luta pela ampliação deste tempo na realização de projetos tem sido uma constante por parte de muitas instituições executoras. Esta questão do tempo foi um aspecto negativo sentido pela equipe do projeto em estudo, como relata a coordenadora do trabalho de EA:

*Negativas, acho que o tempo, é, essa coisa brasileira de que tem que ser tudo muito rápido. Eu acho que estamos conseguindo ampliar isso um pouco mais, quer dizer, hoje a gente já consegue falar de um ano e meio de projeto, consegue falar em dois anos de projeto, alguma coisa que há algum tempo atrás era quase impossível, e assim, tempo, é fundamental se ele tivesse. Eu imagino pro Obati um trabalho de cinco anos, mas (...) acho que se tivessem sido dois a gente já teria conquistado mais (...).*

Toda a agenda é permeada por observações referentes à participação, desde os objetivos à metodologia. Privilegia-se a circulação de informações para a mobilização da comunidade e a formação de uma extensa rede que envolva moradores, poder público e empresa. Esses aspectos são ressaltados também nos boletins informativos distribuídos nas comunidades. A participação comunitária, como uma diretriz na implantação do projeto, pode ser identificada nas falas dos técnicos:

*(...) a gente entrava ali, começava a fazer um trabalho de articulação e uma discussão de soluções de problemas (...). Num primeiro momento o Ecoar fazia isso, (...) mas a tarefa dos educadores era ir deixando isso na mão do morador, pro morador ir se apropriando da coisa, assim, 'ah! Agora tem que marcar reunião', então marca, 'então agora tem que fazer um ofício', então vamos fazer junto, que era pro morador também descobrir qual são esses caminhos de articulação.*

*Depois, esses mesmos atores[da Sabesp e Eletropaulo] eram convidados pra explicar pra população e pra população saber também que o contato não é tudo prefeitura, que o contato, tem coisas que são com a prefeitura, tem coisas que é com a empresa privada, tem coisas que é com Sabesp. (...) Então o processo que a gente estabeleceu é que eles tinham que conhecer os caminhos (...).*

Essa ênfase na participação também pode ser constatada através das falas dos moradores:

*[foi falado na reunião] se a gente queria melhoria pra qui, se não queria, se era bom do jeito que tava, antes de fazer isso aqui (?).*

*Pediram opinião do quê que a gente achava. Mas aí, depois que foi feita essas obras, aí as reuniões de terça feira tava mais em cima da associação nossa aqui.*

Além da consulta, alguns moradores participaram ativamente das atividades desenvolvidas pelo projeto como co-responsáveis:

*(...) a gente teve algumas conquistas, pintamos aqui com muita dificuldade também, conseguimos pintar, o que a gente quer é que realmente a Petrobrás faça a manutenção.*

*Então, já chamaram o P6, na seqüência a comunidade, então você vai começar a articular com nos aí pra tá coisando o pessoal pra reunião aí. E aí foi, daí que já surgiu bastante gente aí através desse convite de monitor de campo aí, que era da região mesmo pra tá convidando todo mundo pra tá participando, levando, ver o quê que é.*

*E o intuito[das oficinas de grafiteagem] aí não era só fazer que eles aprendam o desenho, o intuito aí era fazer eles aprender, era trazer eles pra eles tarem sabendo da importância da participação deles na escola, na, na, região, porque daí da escola eles já foram também com nós aí pintar o, os muros da Petrobrás mesmo. Quer dizer, eles tinham noção também do que era aquele muro ali, por onde ele passava, em cima do quê que era, o quê que era mais ou menos pra fazer, tal, quer dizer, já criou toda, já pegou a molecadinha desde cedo e passou a informação pra eles também.*

Esses moradores que participaram ativamente do projeto, alguns contratados, como vimos anteriormente, sentiram-se responsáveis pelas conquistas realizadas e também pela difusão dos conhecimentos sobre o duto. Com isso, tiveram um papel relevante no processo como agentes mobilizadores da comunidade. No entanto, toda a participação foi voltada, especialmente, para a manutenção dos dutos e o comprometimento dos moradores na tarefa de observar e acompanhar as ações da Petrobrás como parceira. A grande maioria dos moradores não fez articulação da questão do oleoduto a questões mais amplas, a outros problemas ambientais como, por exemplo, a ocupação irregular do solo, a escassez de água, a produção de lixo, entre outros, como veremos a seguir.

A relação entre participação social e EA é um desafio e um aspecto essencial na execução de projetos. Diversos autores acreditam que somente provocando a participação da comunidade a EA pode atingir seus objetivos de continuidade das ações e transformação da sociedade. (PHILIPPI, 2000); (LOUREIRO, 2002); (LIMA, 2002)

Por outro lado, mesmo que em pequeno grau, observamos a relação das atividades de EA com o aspecto político, econômico e cultural. Reigota (2001) diz que as atividades que se

baseiam somente na transmissão de conhecimentos (científicos) ou na conscientização para a conservação da natureza, sem envolver os aspectos acima citados, não podem ser consideradas atividades de EA. Outro fator importante das atividades de EA realizadas no projeto diz respeito ao fato de serem originadas e focadas na problemática ambiental vivenciada cotidianamente pelos moradores: a presença de um poliduto nas áreas habitadas.

A concepção de EA adotada no projeto que foi identificada em seus documentos, relatórios, nas falas dos técnicos e de moradores beneficiados, está em consonância com a EA contida na política nacional e com os princípios que, desde a Conferência de Belgrado, norteiam a EA. É uma concepção que, mesmo voltada para um nível micro, de faixa de duto, tende a ser politizada, buscando contribuir para a consolidação de uma cultura mais democrática e mais cidadã. Apesar de, na prática, não ser possível superar muitos obstáculos impostos pela própria realidade, a concepção adotada enquadra no que LIMA (2002) considera uma educação ambiental emancipatória, já discutida no Capítulo I, que dá relevância à participação social e à construção da cidadania como desencadeadores de mudanças.

### **3.3 Repercussões do Projeto na Comunidade**

#### *3.3.1 Motivações que levaram nossos informantes a morarem na Vila Clara*

Vila Clara, como já mencionado, é um bairro da zona sul de São Paulo, originado na década de 1960. Realizamos no bairro dois grupos de discussão temática, envolvendo um total de 15 moradores. Dentre eles, quatro participantes moram no bairro há mais de 30 anos, enquanto outros seis, estão há mais de 10 anos. As motivações que levaram essas pessoas a morarem no bairro vinculam-se especialmente à necessidade de escapar ao aluguel, o que nos leva a inferir que a compra de um lote naquele local era mais acessível que em outros lugares. Há também referências ao fato de ser um bom local para morar, como podemos ver nas falas a seguir:

*(...) moro aqui há 14 anos. Eu moro aqui porque tive a oportunidade de comprar um terreno e isso aí, eu gosto daqui.*

*Tem 13 anos que eu moro aqui, vim pra qui porque eu pagava aluguel, aí consegui esse terreninho aqui, essa casinha aqui e tô morando aqui até hoje, mas eu gosto daqui, gosto mesmo.*

*(...) porque foi o lugar melhor que eu achei pra morar, sair do aluguel.*

*a gente só mora aqui porque a gente não tem um lugar melhor pra morar.*

*Eu moro aqui há 23 anos (...) eu era pequeno.*

*Tô aqui porque eu gosto daqui, aqui eu fico mais perto, é, tudo aqui é pertinho, então eu gosto daqui.*

*Eu moro aqui há mais de trinta anos, graças a Deus gosto muito do lugar, gosto dos meus vizinhos (...).*

Praticamente todos os participantes sabiam da existência de um “cano” no local, mas não sabiam do seu significado e dos riscos de morar ao lado da faixa.

*A gente veio tomar consciência da coisa a partir do momento em que a gente teve envolvimento com o trabalho de educação ambiental que a Petrobrás, é, desenvolveu em toda a faixa do duto, né.*

*Eu vim tomar conhecimento assim, depois (...) não sabia direito o que era.*

*(...) então quando o pessoal do Ecoar veio a gente passou a saber da importância, do que significava, o que passava, porque, até então, a gente pensava que fosse o quê, um cano, que de repente tava até fora de uso, tava enferrujado, muitas vezes a gente ouvia falar ‘ ah, isso aí tá desativado há anos’ e a gente veio descobrir que não é assim (...)*

*É que tinha um [cano] que tava a vista e a pessoa sempre falava ‘ isso aí tá desativado, (...) não funciona mais’ (...) então nós acreditamos que tava desativado mesmo.*

Percebemos que a ida dos moradores para a Vila Clara se insere no contexto maior do processo de urbanização e de “favelização” da cidade de São Paulo. Os altos preços dos imóveis e a especulação imobiliária têm levado muitas pessoas para a periferia da cidade, onde os terrenos podem ser comprados a um preço mais acessível. Ressaltamos que a presença do oleoduto no bairro, por tornar a área mais vulnerável a acidentes, contribui para os baixos preços. Paradoxalmente, morar na faixa lindeira de um oleoduto representa não uma dificuldade, mas a conquista da casa própria.

### 3.3.2 Conhecimentos sobre o duto

De acordo com os dados coletados, com a execução do Projeto “Convivência e Parceria” houve uma incorporação do significado do duto por parte dos moradores, desde

aqueles que pouco participaram das atividades aos que estiveram totalmente envolvidos nelas. A profundidade do conhecimento é bastante variável; no entanto, todos sabem que “ali tem algo perigoso”. Segundo os moradores participantes dos grupos de discussão, eles não sabiam da função do oleoduto e da sua “importância”. Com o projeto, ampliaram seus conhecimentos sobre o duto, seus significados e seus riscos, bem como as ações necessárias para sua conservação:

*(...) pensava que fosse, o quê, um cano que de repente tava até fora de uso, tava enferrujado (...)*

*Que eu saiba é óleo, né, bom, eu acho que foi a Petrobrás que colocou aqui próximo de nós. Não pediram, né, não nos informou nada, chegaram, instalaram.*

*Sabe que não pode soltar fogo, fazer fogueira e os adultos mesmos às vezes faz.*

*Não pode cavar buraco (?).*

*O duto, né, até pra própria Petrobrás, ele é o veículo onde vai se transportar a matéria prima, né. Petróleo, óleo diesel (...)*

*(...) fazendo as oficinas, aí que a gente veio ter conhecimento que passava outros por aí, com GLP, com óleo cru, gasolina, essas coisas. Depois que a gente veio ver mesmo que tava ativado aí, que se circulava de Utinga/Barueri, negócio assim.*

*(...) E aí, elimina também, um dos benefícios desse cano aí, elimina vários carros de tá, caminhões de tá transportando aí, gás, gasolina, coisa parecida pra refinaria, não como é que é o sistema. Aí elimina vários caminhões de tá circulando em São Paulo, e isso aí já melhora pra gente, né, a gente ganha nisso, em termos de poluição (...)*

*Não pode jogar lixo, porque fica corroendo, conforme o tempo fica corroendo o cano e aí pode aparecer alguma coisa, pode possivelmente dar vazamento. Cê não pode construir uma casa, porque você vai fazer os alicerces da casa, se você acertar lá um lugar que já ta corroído, já ta fraco, pode estourar também.*

*A gente sabe que ele serve pra alguma coisa.*

*Eu sei que corre perigo, né, mas...*

É importante salientar que a incorporação do significado, do papel e dos riscos do duto, ocorreu não só por parte dos adultos, foco do estudo, mas também das crianças. Durante a realização de um grupo temático estiveram presentes conosco filhos de moradores participantes que, muitas vezes, entravam no debate, respondendo algumas das perguntas direcionadas ao grupo. Segundo uma das crianças, de sete anos,

*(...) não pode cavar perto do duto porque senão a gasolina explode.*

*(...) não pode plantar.*

*[aprendi] que ele passa gasolina e óleo e mais um monte de coisa também.*

Mediante essa situação, constatamos a irresponsabilidade da Petrobrás, que tardiamente, ou seja, somente após diversos acidentes provocando danos sociais e

ambientais, voltou suas atenções para as áreas de duto, e mesmo assim através de ações descontínuas de sensibilização e informação da população quanto aos dutos.

Observamos que houve apreensão, por parte dos moradores, quanto ao significado do duto e às medidas de prevenção de riscos. Essa apreensão ressalta o intenso trabalho de comunicação e sensibilização realizado, atingindo o objetivo principal do projeto, em cumprimento das necessidades da Petrobrás.

### 3.3.3 *Atitudes e novas práticas de enfrentamento cotidiano do risco*

No que diz respeito aos riscos, percebemos uma postura mais cuidadosa em relação à faixa. Por outro lado, consideramos que atitudes positivas nem sempre levam a novas práticas e a mudanças de hábitos. Isso pôde ser observado na população estudada. Não basta ter preocupação, estar sensibilizado quanto aos problemas, é preciso mecanismos que envolvam a participação das pessoas em ações significativas, em iniciativas proativas de conservação do meio ambiente. E a criação e a manutenção desses mecanismos, para superar a sensibilização, demandam tempo.

*Quando eu vejo eles colocando fogo por aí, ali, ali, ali, na chácara, ali, (?) eu fico morrendo de medo (...) eu fico, meu Deus, não pode!*

*(...) a gente tem consciência de que não pode deixar os cara ficando jogando entulho, essas coisas parecidas, porque isso aí, é, o perigo tá pra nós, que mora mais próximo aí.*

Outro aspecto observado é que a palavra duto apareceu, na maioria das vezes, relacionada às palavras perigo, risco ou medo. Há um misto de medo e confiança nas ações de manutenção realizadas pela Petrobrás, conforme podemos observar nas falas dos moradores:

*(...) há um perigo, mas eu não vejo muito perigo assim, (...) eles tão fazendo a coisa certa, porque, é, o duto, ele traz benefícios não só pra minha comunidade, mas acho que pra toda, pro Brasil inteiro, (...) você tem mesmo que sacrificar alguma coisa.*

*(...) a gente sabe que é perigoso, mas creio eu que são bem responsável.*

*(...) eu tô tranqüilo, lá, agora se eu morasse ao lado do duto como algumas pessoas moram, é, eu ia ficar tranqüilo, mas, de crer de ver que o pessoal da Petrobrás tá mudando (...).*

*(...) eu não tenho tanto medo mais de morar, assim, perto do duto (...).*

A preocupação com o duto e com a prevenção de acidentes na faixa gerou uma mobilização pessoal por parte de alguns moradores, que, apropriando-se das informações, tornaram-se agentes multiplicadores dessas informações. Essa mudança de atitude em relação ao duto e ao bairro pode ser constatada nas falas a seguir:

*Olha assim, pra mim, mudou muitas coisas, assim, na minha casa eu não digo, mas assim, no ambiente onde a gente mora, onde a gente vive, ter mais cuidado, de repente ver uma coisa errada e ta orientando a própria pessoa 'olha isso aqui passa um duto e tal, tem perigo, o quê que significa', neste sentido mudou.*

*Aí o pessoal veio, fez essas reuniões, tal, alertou sobre vários perigos, tal, então quer dizer, a gente tem consciência de que não pode deixar os cara ficando jogando entulho, essas coisas parecidas, porque isso aí, é, o perigo ta pra nós, que mora mais próximo aí. O pessoal vem aí, joga entulho, vai embora, outro vem, jogava madeira, as madeiras dispensava tudo aí, jogava, os moleque botava fogo, aí ficava aí, ó, dias queimando. (...) Já havia, assim, né, algumas pessoas já procurava, já não gostava que jogava entulho, já criticava, mas assim, não se sentia dono da razão pra ta falando isso daí, entendeu!*

*Se vê uma pessoa fazendo fogueira, tem que chegar lá, ó.*

*(...) mas quando ver algum lixo, que uma pessoa vindo de fora fazer uma coisa errada fala 'Ó, aqui não pode, porque aqui, tem um oleoduto, aqui embaixo, aqui é perigoso'(...) conversa com as pessoas com jeitinho (...)*

*Eu já conversei com ela, que ela vai ficar vendendo pastel ali, mas ela não joga nada (...) ela não joga, porque isso aqui, tudo vem lixo pra isso aqui. Se a pessoa tá vendendo, pode vender, mas cuida.*

Muitas mudanças observadas na vida desses moradores, através de suas falas, referem-se especialmente aos cuidados com o duto. Os motivos que levaram à ações concretas, como desligar o botijão de gás em casa após o seu uso, acondicionar corretamente o lixo e não jogá-lo solto nas lixeiras, não visavam à melhoria da qualidade de vida e à preservação do meio ambiente, mas sim à busca da preservação do duto.

*O que eu achei interessante, o trabalho do Ecoar também, foi que conscientizou algumas crianças, tem umas crianças que vadiaram o dia inteiro.É, por exemplo, não deixar lixo na área, recolher lixo, manter limpinho isso aqui. Eu acho que isso aí é uma coisa que as crianças não sabiam antes.*

*Tem uns [adultos] que é pior do que criança (risos), então a gente tem a preocupação de ajudar a catar o lixo, molhar a graminha, né, cuidar da pracinha.*

*Aí, eles sabem que tem caixinha ali ó, pega o lixo e põe lá dentro*

*Botijão, essas coisas, eu tenho o maior cuidado, na hora que eu termino de usar eu já baixo, porque eu não gosto.*

*Eu cuido, junto sacola, guardo o lixo, põe lá em cima, na lixeira, lá em cima. A água nós não deixa empoçada, né. Quando tem água assim, a gente tira, com medo daqueles mosquitos, né.*

Mesmo com a socialização dos conteúdos referentes ao oleoduto e seus riscos, para um dos moradores isso não teve nenhum significado concreto no seu dia-a-dia.

*Pra mim, não mudou nada.*

Acreditamos que este morador representa muitos outros que ficaram alheios ao processo e não tiveram um maior envolvimento com o projeto.

Por outro lado, ao discutir os problemas do bairro, mesmo tendo o duto como eixo principal, pudemos observar que as mudanças de infra-estrutura realizadas no bairro geraram diversos sentimentos nos moradores.

*Melhorou (...) auto-estima, também, né.*

*A gente já sente mais gente, né, porque, ate hoje, vem na nossa conta de luz, assim, favela, e isso aí incomoda, entendeu?*

*Sem falar da alegria que o pessoal de lá ficou também (...).*

*Às vezes, porque lá do meu quintal, lá em cima, eu vejo, assim, às vezes eu vejo assim, elas sentadas [na pracinha], crianças brincando, bebezinho no carrinho, então eu acho tão gostoso, sabe, me sinto bem olhando aquilo ali, então, minha, meu quintal, lá eu fico como numa janela assim olhando o pessoal, eu sinto bem, gostoso.*

*(...) importância da gente, né, do pessoal da periferia (?) melhorar as coisas, né.*

Uma das mudanças significativas na vida da população, geradas pelas ações do projeto, foi em relação à auto-estima. A valorização do local fez com que os moradores também se sentissem valorizados.

Conjuntamente, a percepção desses moradores em relação ao espaço que ocupam e ao local onde moram foi modificada através das obras.

*Isso aqui era um matagal, era horrível.*

*Pois é, então melhorou bastante (...) Até o visual, né?(...) É, em vista do que era melhorou 100%.*

*(...) antes é muito feio realmente.*

*Não é feio, é horrível.*

*Dá uma impressão de abandono, né?*

*Ali dá a impressão que quem tá morando lá não tem dono.*

*Ficou elegante.*

*Aqui era, não tinha nem essas escadas aqui, não tinha nada, era um barrão.*

Isso revela que esta é uma população que necessita de novas alternativas de realização pessoal, mediante a dura realidade de morar na periferia, sem acesso ao lazer, à cultura, aos equipamentos de saúde e educação, a um meio ambiente saudável, demonstrando

a desigualdade na distribuição dos bens e serviços pelo poder público. Trabalhar com a auto-estima é um aspecto essencial de valorização da vida desses moradores.

Pudemos constatar, também, que as atividades educativas possuem mais efeito quando acompanhadas de outras ações concretas de melhoria das condições de moradia. Isso vem reforçar a idéia de que

*educação empreendida de modo isolado e uni-institucional apresenta resultados bem menos significativos do que quando associada a ações do poder público. A integração interinstitucional entre educação ambiental e ações das políticas públicas promove maior motivação e favorece mudanças de atitudes de formas mais evidentes. (SOBRAL, 2003, p.126)*

Para o grupo de moradores que esteve envolvido na realização das atividades<sup>21</sup>, como os monitores e outras pessoas contratadas pelo projeto e que colaboraram no planejamento e na execução das ações, participando de reuniões locais e de capacitação, essas mudanças foram mais significativas. Isso pôde ser observado especialmente no debate do segundo grupo. Houve apropriação de outros conhecimentos referentes à mobilização da comunidade e de quais são os melhores caminhos de articulação para conquistar melhorias para o bairro. Entre esses moradores circula uma visão mais crítica da Petrobrás e da sua responsabilidade social e ambiental. São pessoas que assumiram uma postura de maior liderança e que podem abrir caminhos para a consolidação das ações desenvolvidas, especialmente em relação ao meio ambiente, cobrando da Petrobrás uma postura mais responsável e coerente:

*Morar perto de um duto, se não tiver realmente uma responsabilidade da empresa, que cuida daquilo lá, realmente é um perigo.*

*(...) Passa toda a riqueza do país, no caso da Petrobrás, é, é uma das maiores empresas estatais do país, mas se ela não tiver responsabilidade, ela, ela cria uma série de problemas, entendeu?*

*(...) embora a gente fale da Petrobrás muito bem, ela fez um trabalho muito bom, só que é, o seguinte, é, tem todo um contexto, assim, de responsabilidade social, ah, a Petrobrás quando tomou a iniciativa de fazer esse trabalho aqui no duto, foi porque realmente antes disso ela fez muita caca, ou seja, poluiu os rios, poluiu o mar, poluiu, um monte de irresponsabilidade da empresa que inclusive até permitiu, eu diria assim, lógico que ninguém quer que uma tragédia aconteça em nenhum lugar, mas ela teve uma participação social muito negativa na mídia, e isso mexe no bolso da empresa.*

---

<sup>21</sup> Ressalta-se que esses moradores, todos jovens, por caminhos diversos já tinham algum tipo de envolvimento com a comunidade, seja através de trabalho voluntário na escola ou participações esporádicas em alguns eventos ou campanhas organizadas por outras entidades. Vale lembrar ainda que, mesmo não sendo possível registrar o nível escolar, observamos que, quase todos, ultrapassaram a 5ª. série. Um deles havia tentado o vestibular em anos posteriores. Isso revela uma maior capacidade de apreensão dos problemas do bairro.

*(...) Que é uma coisa que a Petrobrás tem condições de fazer, que aliás, é responsabilidade dela, quanto mais avisos tiver, melhor pra gente (...).*

*Eu acho também que eles são muito lento também, que nem, há promessas de voltar aí um pessoal pro campo aí, né, mas só que, pô, os cara, quanto mato já não cresceu aí, quantos bichos já não, os ratos invade a casa do pessoal ali, por cima, é rato que gato não come, quer dizer, isso aí pode levar doenças e que pode ate matar a pessoa. Então eles tão esperando o que? Eles tão num trabalho super lento lá, pra dar continuação, se houver, se saí esse trabalho, né? Eles deveria já na seqüência dessa aí, já vim deixar alguém voluntário pra ta fazendo manutenção do pedaço, ou então até dando um incentivo, porque eles apóiam, é, é, projeto que não tem, que eles não fazem trabalho nenhum próximo, mas apóiam os projeto aí. Agora aqui, que eles têm uma linha que passa aí no bairro, eles não apóiam, nem mostram a cara pra dize ‘Ó, nós tamo aqui’, quer dizer, o único jeito de mostrar é só colocar as estaquinhas, deixar.*

*Então (...) quando você mostrou essas fotos, aqui, ó,(...) houve mudanças, né, ou seja, tá muito melhor aqui do que aqui, só que como não vai ter mais nenhum evento, então ‘Será, deixa pra gente colocar grama depois!’ Porque tava muito bonito aqui, a grama, tal ‘Não, mas a gente vai mostrar pra(...) vários empresários, pra várias pessoas assim, pro meio político e tudo mais, então a gente vai deixar tudo bonitinho aqui’. Agora, acabou isso ‘Ah, deixa lá’.*

Como a região do duto é totalmente urbanizada e densamente habitada, as ações de EA precisam estar voltadas para as questões dos meios urbanos, para a conquista de condições mínimas de sobrevivência e para o acesso de todos aos bens e serviços de saúde, educação, lazer. Mesmo sendo em número reduzido, se comparado à população do bairro todo, esses moradores estão sendo agentes multiplicadores não só dos conhecimentos sobre o duto, mas também da situação precária do bairro e da importância de união dos moradores para uma transformação daquela realidade.

*Ah, eu acho que dá pra tirar bastante proveito assim, da união, né, se o pessoal da comunidade se unir, conseguir da força que a gente tem, né. É como eles falaram, né, às vezes as pessoas não sabem a força que tem, e os direitos também, então, além disso, eles passaram muito a parte do conhecimento, né, de repente, a gente até tinha direito de saber essas informações, de saber o quê acontecia, né, pra gente tá cobrando das autoridades, (...).*

*(...) o pessoal do Ecoar, veio, eles veio fazer o trabalho em campo aí, levantar os problemas do bairro aí, né, e isso já pegando um gancho pra trabalhar com a questão do, do duto, né.*

*(...) essa sementinha que foi plantada, foi pra mostrar o seguinte, vocês podem fazer muito mais do que a gente fez, né, acionando vários órgãos que tavam ao redor (...).*

Basta uma oportunidade para que essas pessoas agarrem de novo os sonhos perdidos e tenham vontade e satisfação de participar de algo importante para as comunidade.

*É bom a gente olhar as coisas e a gente ver que a gente teve participação, entendeu? Houve mudança.*

*Eu escolhi essa daqui [foto] porque faz parte do trabalho que eu fiz.*

*Eu escolho essa daqui [foto] porque pra mim foi, o, acho que o dia nós mais tivemos gente, né.*

O uso dos pronomes eu e nós (a gente) revela que esses moradores sentiram-se incluídos como pessoas importantes no processo, sentiram-se responsáveis pelas ações, criando, neles, vínculos mais próximos com o bairro e com a população residente.

### **3.4 Para além do duto: questões emergentes**

Outras questões emergiram durante as discussões nos dois grupos e revelaram aspectos importantes a serem considerados na pesquisa. São questões ligadas ao projeto e que contribuem para um melhor entendimento da visão de mundo da população e da dinâmica do bairro.

#### *3.4.1 Lazer*

Através das falas dos participantes podemos perceber a precária situação do bairro e a falta de acesso da comunidade aos equipamentos sociais de saúde, educação, lazer. Entre todos esses, de acordo com os moradores, os mais urgentes são esporte, cultura e lazer. A presença de muitos jovens e crianças no bairro cria uma necessidade clara destes equipamentos. Esse foi um dos principais temas que emergiram durante o debate no grupo e pôde ser bastante visível no trabalho através das fotografias.<sup>22</sup>

*O que a gente precisa aqui é lazer.*

*Então, a nossa luta, é, a nossa luta é lazer aqui (...).*

*É tão bom se a gente tivesse lugar pra pessoas brincar como esses rapaz aqui tão brincando (?) um lugar pra gente sentir paz, né, se tivesse um lugar pra fazer. Aqui acho que era até uma escola, isso aqui. Se a gente tivesse, você aqui não tem onde as crianças brinque normal, né, aqui é bom [referindo-se à foto] se tivesse isso aqui.*

---

<sup>22</sup> Como já foi dito anteriormente, utilizou-se de fotografias para estimular o debate no grupo, bem como boletins informativos. Para concluir o debate, distribuimos diversas fotos para os participantes e pedimos para que cada um escolhesse uma, na qual tivesse algo que lhe chamasse a atenção e assim pudesse expor, para os demais, a fotografia escolhida e o motivo de sua escolha. Essa breve dinâmica foi importante no sentido de trazer à tona os sentimentos, as motivações e os desejos dos participantes.

*Eu escolhi essa daqui porque é, assim, uma pracinha, então eu acho que é o que falta aqui no nosso pedaço, então quer dizer, uma das benfeitorias que eles trouxeram pra cá, eles se lembraram da juventude, das crianças, então uma área de lazer (...).*

*É tão bom se a gente tivesse lugar pra pessoas brincar como esses rapaz aqui tão brincando (?) um lugar pra gente sentir pás, né, se tivesse um lugar pra fazer. Aqui acho que era até uma escola, isso aqui. Se a gente tivesse, você aqui não tem onde as crianças brinque normal, né, aqui é bom [referindo-se à foto] se tivesse isso aqui.*

Uma das ações do projeto naquela região foi a transformação de uma área, antes inutilizada, em praça. A organização dessa praça foi estimulada pelos moradores e tornou-se um dos pontos mais valorizados por eles, como espaço de socialização, lazer e tranquilidade.

Muitas das falas foram em direção à falta de lazer e de um lugar para crianças e adolescentes brincarem. Vale ressaltar que, dias antes da realização do grupo, uma adolescente foi assassinada na escola do bairro, o que pode ter desencadeado a forte emergência dos moradores no tema. Podemos observar que a execução do projeto representou uma oportunidade de lazer e “ocupação” para os jovens, com oficinas de grafiteagem e dança. Além disso, as reuniões na escola serviram para mudar a rotina, mantendo uma dinâmica que favorecia a participação dos moradores, valorizando o espaço. Segundo um morador,

*(...) indiretamente a nossa escola foi beneficiada com o trabalho da Petrobrás, primeiro porque, por exemplo, a gente tá vendo o muro aqui [procura foto do muro no chão], esse muro da escola [mostra foto do muro pintado], que foi um lado positivo, tava sem vida nenhuma, então a oficina que (...) fizeram junto com os meninos da escola que mora aqui perto, assim, teve um lado bom, primeiro porque, é, mudou um pouco a rotina da escola, né.*

Ainda sobre as oficinas de pintura dos muros, envolvendo especialmente as crianças do bairro, outra moradora acrescenta:

*Ah, pra nós é um incentivo. Tanto que eu acho que deveria ter mais esse tipo de etapa. Porque, tanta criança precisa de mais brincadeira, do que o quê a gente vê, entendeu. Porque (...) evitava certas coisas (...) muita gente ia viver mais.*

O mesmo aconteceu em relação aos adultos. Uma das moradoras participantes da pesquisa referiu-se à falta de “ocupação” para as mães que passam o dia em casa:

*Eu acho que deveria ter isso aqui, em algum lugar pra nós [oficinas], né? Ou às vezes, até uma salinha lá na prefeitura, né (rindo), quem sabe, então pra mulherada aqui, tá indo lá pra aprender, creio eu que muitas ficam em casa, né, sem fazer nada, enchendo a cabeça de minhoca, né, que nem eu, tô parada né (risos). Então, incentivar a gente a fazer trabalho, ter um lugar pra gente expor esse trabalho, dependendo, pra tá ajudando na renda familiar, né.*

Observamos que a realização de oficinas permanentes, tanto para crianças e adolescentes como para os adultos, seria uma grande contribuição e aprendizado e supriria a falta de lazer do bairro.

### 3.4.2 Continuidade do projeto

É justamente como uma ação que mobiliza a comunidade, gerando alternativas de lazer, que a continuidade do projeto foi reivindicada pela grande maioria dos moradores. Os moradores sentem que essa continuação seria importante para a comunidade, pois após o término das atividades, a “escola” voltou ao seu ritmo normal, inclusive como ponto para uso de drogas e espaço de violência.

*(...) com as reuniões que a gente tava tendo lá, então, quer dizer, inibe um pouco, você sabe, né? Inibe um pouco aqueles que ficam ali fumando, fazendo coisas (...) Mas só que acabou as reuniões, então voltou tudo. Porque a intenção era afazer umas oficinas lá com artesanato, pintura, essas coisas, entendeu, mas aí acabou ficando assim, sem essa possibilidade.*

*Mas eu acho que se a Petrobrás continuasse com esse trabalho, com os moradores, eu acho que a prevenção, assim, dava mais resultado do que, né?*

*Então eu acho que de 15 em 15 dias deveria ser alguém, entendeu, que viesse conversar mais com a gente, sobre o bairro, sobre a vila, entendeu, e a gente tá mais a par das coisas, entendeu?*

*(...) eles só vem assim, [troca de fita] informações pro pessoal que, moradores mais próximo do duto. Acho que eles deveriam continuar aí, pelo menos passar, né, pra tá alertando o pessoal, que parece que só vem mesmo quando acontece um acidente, ao contrário fez isso daí também e esqueceu.*

*(...) eles têm que dar continuidade ao trabalho, nem que seja uma coisa assim, periodicamente, tá fazendo, porque as pessoas, hoje somos nós que tamo morando aqui, mas pode vir outras pessoas que não têm informação, noção do que acontece na faixa, então tem que dar continuidade ao trabalho. Manter o pessoal informado, atualizado, esclarecido.*

*(...) mas a gente ficou com água na boca, sabe, eles vieram com uma estrutura muito boa, que, que possibilitou algumas mudanças como a gente viu nas fotos aí, mas hoje, a gente fica com água na boca, porque, é, não houve continuidade, e essa continuidade é uma coisa que iria, até mesmo pra própria Petrobrás, mudar muita coisa na própria empresa.(...) tá muito melhor aqui do que aqui, só q eu como não vai ter mais nenhum evento então ‘Será?Deixa pra gente colocar grama depois (...) a gente vai mostrar pra vários empresários, pra várias pessoas, assim, pro meio político e tudo mais, então a gente vai deixar tudo bonitinho aqui’. Agora acabou isso (...).*

Também foram associados como motivos importantes para a continuidade do projeto a rotatividade dos moradores, a importância de que a informação chegue ao maior número possível de pessoas e a manutenção do espaço físico do local.

Percebemos por estes dados que a população incorporou uma visão de EA muito aquém do que ela realmente é, não envolvendo aspectos relevantes como o fato dela se constituir num processo de mudança de valores e hábitos no intuito de gerar uma nova relação com a natureza e entre os próprios homens.

### 3.4.3 Valor à informação

Para o grupo que teve mais proximidade com o projeto, como já mencionamos, um aspecto emergente na discussão foi o valor que eles atribuem à informação.

*(...) se a população que tiver morando próxima ao duto souber o que passa ali, ótimo, é, a partir do momento, em que existe uma população que tem pouco acesso ou nenhum acesso às informações sobre o que representa o duto aí a gente corre sérios riscos.*

*(...) quanto mais avisos tiver melhor pra gente, porque não se constrói uma casa num lugar onde se tem aviso, né.*

*(...) Agora morar num lugar onde você não tem nenhuma orientação a respeito!!!*

*É, não sabe da importância, né, daquilo que passa aí, mas eu acho que tem, é importante falar (...).*

*(...) to fazendo os garotos participar já logo, tão pegando já pela raiz, já, passando a informação pra rapaziada, já, conscientização dos perigos desde criança, já (...) por causa do meu trabalho que eu fiz com eles, da informação que já ta sendo dada, que acho, que quando eu tinha a idade deles eu não tinha pegado essa informação.*

*Bom, eu escolhi duas fotos. Uma tem vários moradores ali da chácara conversando, debatendo, falando sobre as mudanças e essa outra foto aqui com alguns alunos da escola Faggin, que foi onde foi tendo as reuniões, então assim, o poder de alcance de um trabalho que se leva informação, pra se cuidar de vidas (...) isso alcançou pessoas de várias idades, inclusive meninos de dez, onze, doze anos, que foram até à escola pra participar do trabalho (...) o grande motivo assim, pra mim, de ter participado disso aí, foi de que a gente pode transformar alguma coisa, mas a gente precisa ter conhecimento, ta informado sobre isso.*

O acesso à informação é entendido como elemento desencadeador de mudanças de atitudes e hábitos, como um primeiro passo na busca de soluções para os problemas cotidianos. Ter acesso à informação significa maior segurança, enquanto o não acesso

representa ‘correr riscos’. O conhecimento sobre o duto, sobre as normas de segurança, pode direcionar as ações das pessoas e isso, para os moradores, é um direito.

### 3.5 Dos limites às possibilidades: lições aprendidas

Arlindo Philippi Jr. (2000) relata que são muitas as dificuldades de viabilização de projetos de EA. Além da escassez de recursos, há fragilidades das políticas públicas na área, problemas relativos à capacitação da equipe, não introdução da problemática urbana na agenda e dificuldades de adequação das estratégias pedagógicas escolhidas. As metodologias usadas não conseguem garantir o real envolvimento da população nos projetos, por meio do engajamento dos atores e da falta da inserção dos educadores junto às comunidades, pois a EA não se faz de forma rápida.

Pensando nestes aspectos, um dos eixos que conduziram as entrevistas com os técnicos foi a identificação dos pontos negativos e positivos do projeto. Através desse levantamento, pudemos destacar alguns limites que, ao mesmo tempo, servem de trampolim para futuras ações, ou seja, ‘lições aprendidas’. Essas lições serão aqui apontadas como um aspecto para a reflexão, mesmo não sendo o objetivo principal deste estudo.

O trabalho realizado foi levantado como parte de um processo difícil e desgastante, especialmente para a equipe implementadora. Havia um descompasso entre o trabalho social e o trabalho de infra-estrutura, sendo a relação Ecoar /Construtora<sup>23</sup> muito conflituosa. Segundo um técnico,

*(...) o trabalho era muito cansativo, a relação da empreiteira com a ONG era muito difícil, era descompassado, era difícil de você falar pro cara que não (...). Que nem eles queriam pôr aquela grama que cresce e vira um capim imenso, e a gente não, a gente quer grama de jardim.*

A relação com a Petrobrás também não foi fácil, mesmo estando interessada nos resultados, o que gerava uma ansiedade por parte dos técnicos, conforme podemos observar nas falas que se seguem:

---

<sup>23</sup> O trabalho de manutenção do duto, revitalização da área e reformas é terceirizado pela Petrobrás. Por isso a presença de uma construtora em todo o processo de implementação do projeto.

*E eu acho que um dificultador era muito a ansiedade (...) a equipe tinha uma ansiedade muito grande, primeiro porque nem todo mundo, como eu te disse, conhecia a metodologia, não sabia o que era Agenda 21 e não sabia onde ia chegar. (...) Depois porque a gente tinha uma relação conflituosa, carrossel, carrossel não, roda gigante com a Petro. Ora a gente tava muito bem e tal, a Petro entendia nosso trabalho, achava que era por aí mesmo, ora não, ora eles achavam que a gente tinha produzir, tinha que ter números, que a gente fez os resultados e os resultados não eram esses. Então isso pra gente no campo era super difícil (...).*

*(...) o processo foi um processo muito difícil, porque era a primeira vez que nós trabalhávamos com, com a Petrobrás, era a primeira vez que a gente trabalhava essa questão do risco do duto, a gente já tinha trabalhado em projetos de população na área de risco, mas córregos, etc, e projeto sempre feito com órgãos públicos. Então de repente era uma empresa, que o controle sobre o projeto é diferente, é muito mais rígido por parte da empresa, a empresa acompanha muito mais o projeto, ainda mais uma mega empresa como a Petrobrás, ham, então nós tivemos alguns problemas no começo (...)*

*(...) a gente teve que trabalhar muito, e enfrentou (...) muitas barreiras com eles, porque eles não sabiam direito o que a gente queria, porque uma coisa é uma decisão da companhia, e outra coisa é sua vida diária com os gerentes, subgerentes, engenheiros, fiscais de faixa, então demorou um tempo.*

Como já citado anteriormente, o tempo também foi um aspecto negativo, bem como a interrupção do projeto após um ano e meio. A determinação de um tempo curto dificultou o sucesso do projeto e provocou um desgaste para a equipe. Além disso, a realização de relatórios mensais, na contra corrente do tempo, também foi um dos problemas citados nas entrevistas com os técnicos:

*(...) talvez como frustrante e não negativo, o fato que a gente fez essa interrupção (...) eu acho que a gente, a Petrobrás deveria ter tido a sensibilidade de continuar o projeto, logo em seguida (...).*

*(...) é um momento de tensão muito forte, como teve momentos de prazer muito forte também (...) não perder a equipe com essa correria, do tempo, dos produtos, dos relatórios (...) Uma outra coisa que foi ruim nesse projeto, os relatórios eram mensais. Isso é uma loucura, assim, porque eram 15 dias reorganizando os trabalhos, no meu caso de coordenação (...) e os próximos 15 dias eu já começava a pensar o relatório (...) trimestrais acho que é um tempo viável (...).*

*Negativas, acho que o tempo (...) Eu imagino pro Obati um trabalho de cinco anos, mas isso, né, eu acho que se tivessem sido dois, a gente já teria conquistado mais, acho que a gente teria possibilitado mais autonomia, do que a gente possibilitou (...) maior empoderamento daquela comunidade (...). Eu acho que a questão do tempo é fundamental porque ela deixava a gente numa intensidade de trabalho muito grande, então, em alguns momentos num processo de estresse muito grande (...).*

Segundo a lei n. 9795/99, que institui a Política Nacional de EA, um dos princípios básicos da EA é: “A garantia de continuidade e permanência do processo educativo”. É um desafio para a EA, assim como para as demais políticas, garantir e consolidar essa continuidade, levando em consideração que ela depende de continuidade

dos recursos financeiros, especialmente quando diz respeito à EA não-formal. Este fato traz à tona as fragilidades das políticas públicas na área.

Outro aspecto importante refere-se ao levantamento dos sonhos da população através das oficinas de futuro. Este levantamento gerou várias expectativas nos moradores, especialmente quanto ao colégio e às melhorias de infra-estrutura. De acordo com os moradores:

*Ah, falavam de melhorias, né.*

*(...) falavam também sobre as melhorias, melhorar o colégio, né, próximo daqui.*

*(...) o que eu aprendi é eu vi eles falando que ia pintar a Igreja, ô, a escola, que era pra fazer uma coisa bem feita ali no duto (...)*

As melhorias de infra-estrutura e outras de manutenção do duto foram satisfeitas. Mas o alto índice de violência e a baixa qualidade do ensino frustram a população. Alguns moradores conseguiram fazer distinção entre os objetivos do projeto, outros não:

*Falavam que ia ter outras melhoria também, né?*

*(...) até hoje não melhorou.*

*O colégio daqui é péssimo, péssimo, péssimo, péssimo.*

*Aqui melhorou (...) mas no Faggin, continua o mesmo (...) Olha, eu não sei no ensinamento aí, mas em matéria de segurança (...) não tem.*

*Quanto ao duto, melhorou a segurança, realmente, mas violência (?)*

*E na área, assim, da educação eu acho que isso aí tem a ver com a prefeitura. Não tem nada a ver com, com a Petrobrás, né.*

Estes relatos revelam a necessidade de transparência para com os moradores, deixando claro o real alcance do trabalho. Muitas decisões não dependem da ONG responsável pelo projeto, nem do desejo da população. Envolvem questões muito mais amplas numa interdependência dos fatores sociais, econômicos e ambientais.

Como ponto positivo os técnicos sinalizaram justamente a contratação de moradores do bairro, para uma melhor a inserção junto à comunidade. Essa foi uma das diretrizes do projeto. Foram contratadas pessoas desempregas que moravam no bairro para realizarem o trabalho de mobilização que eles denominaram de “monitores locais”. Além deles, foram contratados também moradores para realização de oficinas, aproveitando o potencial do local. Segundo os técnicos, foi uma forma de geração de renda. Essas pessoas, ainda hoje, estão trabalhando, muitas no próprio Ecoar, em outros projetos.

Dentre os demais pontos positivos destacados pelos sujeitos entrevistados, podemos identificar a experiência de elaboração de uma **Agenda 21 do Pedaco**, com a inserção de uma grande quantidade de pessoas. O envolvimento dessas pessoas varia muito, segundo a coordenadora do trabalho de EA:

*(...) tem gente que mudou a vida com projeto. (...) algumas pessoas que tavam lá, tavam na sua comunidade, tavam tentando fazer coisas, não tinham voz, não sabiam como, não sabiam por onde, tavam desempregadas (...) essas pessoas muito próximas a nós entraram num processo de formação (...) hoje conseguem articular muito melhor na comunidade, hoje, conseguem dar melhores saídas pra soluções de problemas, lidar melhor com os conflitos e hoje muitas tão trabalhando inclusive (.) é obvio que esse é um numero pequeno, mas esse é um numero de pessoas que o projeto mexeu com a vida dela mesmo (...) de uma forma geral a gente trabalha sempre com a questão da auto-estima (...) então em algumas comunidades a gente percebe que a gente fortaleceu a organização social.*

Em relação à **Agenda 21 do Obati**, é preciso ter claro até que ponto ações localizadas, especialmente neste caso, que envolve apenas a área de um duto, são suficientes e eficazes, se não houver política pública que a fundamente, exercendo pressões sobre as decisões governamentais. Como vimos, os problemas ambientais envolvem uma série de outros problemas sociais, o que numa cidade urbanizada, é ainda mais contundente. Questionamos, aqui, como fazer com que as pessoas consigam sair do seu pedaço, fragmentado, da sua visão localizada e entender o macro, numa relação constante entre esses dois aspectos: micro e macro. Ou seja, como uma **Agenda 21 do Obati**, que é parcial, poderá exercer pressão sobre a política ambiental? Este é um dos desafios postos pelo projeto.

Segundo os técnicos, conseguiu-se formar uma rede de moradores restrita que, com a construção da **Agenda 21 do Obati**, puderam, conjuntamente, de acordo com a necessidade local, elaborar projetos sociais. Esses projetos não conseguiram recursos para serem implementados, mas ainda serão submetidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, segundo os três entrevistados. São projetos voltados para a geração de trabalho e renda, saúde e meio ambiente, entre outros. A elaboração desses projetos não foi levantada pelos moradores participantes dos grupos.

Com a paralização das atividades do bairro e a saída dos técnicos, houve uma queda nas articulações dessa rede, como, por exemplo, a reativação da Associação de Moradores do bairro. Outras atividades tiveram continuidade, como o uso de uma rua para lazer. A rua Constantino Caffani, também localizada na Vila Clara, porém distante da faixa do duto, é fechada aos domingos para realização de jogos esportivos voltados para crianças

e adolescentes, organizados pelos próprios moradores.<sup>24</sup> Paralelamente, outros moradores esperam resposta da prefeitura para a criação de novas ruas de lazer.

Em relação ao processo de implementação, foram levantados pelos técnicos entrevistados como aspectos positivos a interdisciplinaridade da equipe e os momentos de formação, que constituíram momentos de troca de experiências.

*Acho ponto positivo do projeto enquanto equipe, (...) a diversidade de pessoas que tinha (...) de formação, diversidade de atuação.*

*Que a gente tinha momentos de formação por conta dessa diversidade de equipe, isso era uma coisa super positiva.*

Sem dúvida, a experiência interdisciplinar, apesar de rica, também constitui um processo difícil, pouco trabalhado entre os profissionais atuais. Segundo um técnico,

*isso era também, é, um norte, mas ao mesmo tempo era difícil porque poucas pessoas que tavam no grupo (...) eles não conheciam a metodologia, e não conheciam a Agenda 21 em si, então eram pessoas que vinham da área social, não da área ambiental.*

Conjuntamente houve a realização de atividades interinstitucionais, estabelecendo parcerias entre setores públicos e privados. Foi ressaltado pelos entrevistados que o sucesso do projeto na Vila Clara esteve muito ligado ao estabelecimento dessas parcerias, especialmente por parte do poder público. O envolvimento de diversas instituições pode ser observado na fala de um profissional, referindo-se à estratégia usada para a resolução de um problema de esgoto encontrado na faixa:

*Então, a gente trouxe isso pra dentro da instituição, pro Ecoar e pro Crescer, e aí a gente foi definindo qual que era a estratégia pra isso. (...) Então a gente foi na Sabesp saber qual que era proposta de coleta de esgoto pra aquela região, né. Então, em cima disso a gente trouxe a Sabesp, a gente fez reunião com a Sabesp, depois convidou a Sabesp pra ir numa reunião com a população. Então a Sabesp foi, fez a reunião, a Sabesp tem um setor comunitário e fez a reunião com a população.*

*(...) pra Sabesp entrar na área tinha que ter a legalização da área, então isso pedia uma parceria com a prefeitura. Então a Sabesp foi sentou com a prefeitura, a prefeitura veio, sentou prefeitura, Sabesp com a população. Ah, só que pra isso acontecer precisa de investimento, nem a prefeitura, nem a Sabesp tem. Vem a Petrobrás senta junto e vê o quê que da pra fazer com a grana que tem. 'Ah, mas é área de concessão, a Eletropaulo também vai se beneficiar', 'Ah, então vamos chamar a Eletropaulo'.*

Segundo Philippi (2002), a articulação inter e intra instituições é uma necessidade dos projetos de EA, bem como o envolvimento de diversos setores da comunidade.

---

<sup>24</sup> Essa informação foi obtida através de conversa informal durante o contato com os moradores e convites por telefone para participar da pesquisa.

Finalizando, acreditamos que a implementação do *Projeto Convivência e Parceria* constituiu-se num rico processo de aprendizagem, trazendo, às demais experiências em EA, diversas contribuições. Por isso, a importância de sua sistematização como uma metodologia de EA e da avaliação dos seus resultados.

Como uma intervenção social, o projeto teve várias repercussões na vida das pessoas envolvidas, seja com maior ou menor incidência, tanto no conhecimento sobre o oleoduto, quanto nas práticas de prevenção ao risco, especialmente quando relacionado ao bairro. Podemos dizer que a ressonância do projeto na comunidade pode ser visualizada e resumida na frase de uma das participantes que, para concretizar as mudanças ocorridas em sua vida, disse: “*E as pessoas já não vê a gente com, com aqueles olhos de antigamente*”.

## Conclusão

“A consciência ecológica levanta-nos um problema duma profundidade e duma vastidão extraordinárias. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da Vida no planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do Homem. Isso obriga-nos a repor em questão a própria orientação da civilização ocidental. Na aurora do Terceiro Milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado”. (MORIN Apud: Lago e Pádua, 1984, p.6)

A questão ambiental urbana é hoje uma das grandes questões a ser enfrentada, não só pelo poder público, mas pela sociedade em geral, pois estamos diante de um cenário no qual a urbanização predatória vem gerando, de forma cada vez mais crescente, graves problemas ambientais. Infelizmente, os setores mais pobres da população são afetados de forma mais intensa e imediata, embora toda a humanidade, em maior ou menor tempo, venha a ser atingida pelos desdobramentos irremediáveis da ausência de consciência ambiental.

São Paulo, cidade metropolitana, é exemplo do processo de urbanização desordenado, envolvendo um conjunto de fatores que vão desde à precariedade das condições de moradia de grande parcela da população, com exigüidade da rede de esgoto e tratamento da água, à poluição do ar e à problemas de tratamento do lixo. As condições de risco oferecidas por um poliduto, em áreas densamente habitadas, é mais um fator agravante deste quadro.

O *Projeto Convivência e Parceria*, apresentado neste estudo, constitui uma importante contribuição para a reflexão crítica sobre a problemática ambiental nas grandes cidades, apontando alguns aspectos em torno dos alcances e limites de uma prática neste sentido.

O desenvolvimento de um trabalho social e ambiental em áreas lindeiras aos polidutos, por parte da Petrobrás, traz à tona a necessidade do reconhecimento dessa problemática como uma questão pública. Assim como o processo de urbanização e o espraiamento das cidades em direção à área de riscos, outros problemas ambientais

decorrentes não só da urbanização desenfreada, – enchentes, deslizamentos, precárias condições de vida, poluição, entre outros – mas também do consumo exacerbado e do esgotamento dos recursos naturais constituem um cenário que, cada vez mais, exige iniciativas públicas para a sua resolução. Porém, existe um descompromisso público e uma irresponsabilidade política em relação a tal questão. Descompromisso este caracterizado pela implementação de ações imediatistas, fragmentadas e compensatórias.

Sem dúvida, projetos como este são importantes para a consolidação da Educação Ambiental enquanto prática cotidiana, por outro lado, consistem em medidas paliativas, não provocando a mudança necessária no momento. Neste sentido, consideramos que não existe, ainda, uma prática de Educação Ambiental enquanto política pública nacional. O que observamos são tentativas isoladas e uma ausência de divulgação das experiências e articulação das organizações, sejam elas governamentais ou não.

Loureiro (2002, p.88) deixa isso claro quando diz:

*Alguns setores apresentam-se mais propícios à articulação que outros; no entanto, o que se observa é uma ação crescentemente individualizada e qualitativamente pouco orgânica, constituindo poderoso entrave à concretização dos ideais do movimento ambientalista, em particular. (...) verificamos a tendência ao isolamento dos movimentos comunitários e ONGs ambientalistas, ao empreenderem ações cada vez mais localizadas, desligadas do conjunto de lutas dos movimentos sociais, além de aceitarem uma lógica de prestação de serviços que inibe a autonomia das organizações da sociedade civil.*

Atualmente, existem algumas tentativas de ampliação e valorização da Educação Ambiental enquanto política, mediante a discussão do Programa Nacional de Educação Ambiental / ProNea do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Educação, mas essas tentativas ainda se encontram no plano teórico e não foram incorporadas ao cotidiano das entidades ambientalistas que desenvolvem projetos na área. Esse fato pôde ser observado no levantamento das ONGs que desenvolviam ações de EA no município de São Paulo. Das 149 entidades identificadas, em nenhuma havia projeto de EA permanente, além do que, tivemos dificuldades de selecionar um projeto que fosse sistematizado, fundamentado por conceitos claros de EA e com equipe qualificada para o seu desenvolvimento.

Recorrendo às indagações que nortearam este estudo, constatamos que projetos de EA são capazes de transformar a realidade, gerando mudanças, de fato, na vida da população-alvo, seja em maior ou menor grau. Ao investigar os resultados do *Convivência e Parceria* verificamos que muitas dessas mudanças dependem do envolvimento dos

diferentes setores da sociedade e também dos respectivos gestores locais. Sem dúvida, o processo de implementação de um projeto de EA é, como nas diversas políticas sociais, um processo político, que depende de vontade política dos governantes.

As mudanças ocorridas na população, em relação ao conhecimento, às atitudes e às práticas de enfrentamento do risco cotidiano, devido a presença do poliduto na área circunvizinha às moradias, voltaram-se, especialmente, à ampliação do conhecimento sobre o duto e suas normas de segurança. Por outro lado, houve uma valorização do espaço habitado, através das diversas obras de manutenção realizadas, e um conseqüente trabalho com a auto-estima dos moradores. Em virtude disso, atitudes proativas de preservação do local foram verificadas no cotidiano, com o surgimento de algumas práticas não observadas anteriormente. São exemplos dessas práticas: não jogar lixo na área, não queimar entulhos, não plantar nada que contenha raízes profundas, não perfurar ou construir em cima da faixa. No entanto, diante do limite do tempo de financiamento do projeto, por parte da Petrobrás, essas práticas não foram absorvidas em outros espaços da vida dos moradores, ou seja, não ultrapassaram os limites da faixa duto, permeando a própria casa, ou mesmo o bairro como um todo. O cuidado com o meio ambiente ficou delimitado às áreas lindeiras do duto.

Mais uma vez, ficou claro a irresponsabilidade política e civil perante a degradação ambiental. O desenvolvimento de um projeto de EA, com tempo limitado demonstra a falta de clareza, por parte da Petrobrás, em relação à EA. Sendo um processo que requer a revisão das concepções sociais e políticas e a construção de novos valores e de uma nova relação entre os homens e a natureza, a EA deve ser contínua e permanente, pois mudança de valores e hábitos não acontece em um ano e meio de projeto. São processos desencadeados ao longo do tempo e durante toda a vida.

Vale ressaltar ainda que é preciso dar um outro estatuto à EA, indo para além do plano das necessidades básicas de sobrevivência. “Fazer” Educação Ambiental não significa apenas proporcionar à população melhores condições de vida. A EA, como já afirmamos, é um processo de incorporação de novos valores e novos comportamentos frente à natureza e frente aos próprios homens. No “Convivência e Parceria” pudemos verificar a não internalização da Petrobrás e da população estudada dessa realidade, mantendo uma visão equivocada e minimizada da EA. Para eles, as ações de EA realizadas se concretizavam nas obras feitas em alguns trechos do bairro, nas ações necessárias para a

manutenção das mesmas, na criação de espaços de lazer. Viver em condições dignas é um primeiro passo para a discussão de mudanças de hábitos, é um aspecto necessário, mas não suficiente para o desenvolvimento e consolidação da EA.

Restritamente, um pequeno grupo conseguiu ampliar a visão de mundo e articular o problema do duto a outros, voltados para o uso irregular do solo, a responsabilidade da Petrobrás e a omissão do poder público em assegurar bens e serviços de saúde, lazer, educação, aos bairros mais periféricos. Fizeram parte desse grupo aqueles moradores que tiveram um maior envolvimento com o projeto e com as ações internas da ONG executora. Como vimos no decorrer do estudo, foram pessoas contratadas para realizar diversos trabalhos, como as oficinas ou mobilização da comunidade, e que tiveram a oportunidade de passar por um processo de qualificação mais intenso. Essas pessoas, moradoras do bairro onde o projeto foi implementado, são hoje, agentes multiplicadores, não só das normas de segurança do duto, mas também de outros aspectos referentes aos problemas sociais e ambientais do local.

Reforça-se, com isso, a necessidade de buscar a superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada. A EA tem muito mais efeito quando contribui para o fortalecimento dos canais de participação social, como conselhos e associações. Somente assim, podemos ir além das lamentações e concretizar os sonhos de uma vida mais saudável e digna, em um meio ambiente equilibrado e com garantia dos direitos sociais. A formação de sujeitos “ecologicamente corretos” não é suficiente para desencadear mudanças capazes de frear a degradação ambiental. Como diz Reigota (2001, p.10),

*(...) a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza”.*

Por isso, consideramos que a ampliação do conhecimento, maior efeito provocado pelo projeto naquela comunidade, tenha sido a grande conquista. Segundo Jacobi (1998, p.3101),

*A possibilidade de maior acesso à informação, notadamente dos grupos sociais mais excluídos, potencializa mudanças comportamentais necessárias para agir mais orientado para o interesse geral. Cidadãos bem informados têm mais condições de pressionar autoridade e poluidores, e de motivar-se para assumir ações de co-responsabilidade e participação comunitária.*

Observamos ainda, quão importante é a concepção de EA adotada nos projetos executados, seja por ONGs ou órgãos governamentais. A concepção de EA que fundamentou o *Projeto Convivência e Parceria*, uma concepção emancipatória, embasada especialmente no **Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global** e na lei da Política Nacional de EA, valoriza a participação social, contribuindo, assim, para a superação dos objetivos delimitados pela empresa financiadora, que eram, prioritariamente, informar e sensibilizar os moradores sobre o significado do duto e suas normas de segurança.

É importante destacar a aproximação dos movimentos ambientalistas aos movimentos sociais. A questão ambiental caminha junto à questão social, sendo elas complementares e interdependentes. Ações voltadas para os dois sentidos produzem melhores resultados, especialmente na socialização das pessoas, formação de agentes multiplicadores e de lideranças, como pudemos observar na pesquisa realizada. Neste sentido, a interdisciplinaridade aparece como estratégia fundamental na busca de resoluções para os problemas ambientais e sociais, sejam eles urbanos ou não. A interdisciplinaridade é um dos princípios da EA expresso na lei n. 9795/99. Possibilita uma apreensão mais integradora da realidade, estimulando uma maior articulação entre os diferentes campos do saber, científicos ou populares. O enfoque interdisciplinar preconiza ações de diversas profissões em torno de temas específicos e, nos projetos de EA, isso é fundamental e urgente.

A interdisciplinaridade ressoa na busca de ações conjuntas para o entendimento das múltiplas interações da realidade, considerando que não se pode mais negar a interdependência entre as questões sociais, ambientais e econômicas.

É por este caminho, que apontamos o Serviço Social como uma profissão que necessita realizar maior reflexão sobre o meio ambiente e integrar em seu currículo, de maneira transversal, conhecimentos relativos a educação ambiental. Nas ações de EA não-formais, como o projeto *Convivência e Parceria*, a inserção do Serviço Social poderia contribuir para uma melhor reflexão a cerca dos problemas do bairro, articulando o social com o ambiental. Teria condições ainda, de realizar trabalhos de aproximação e mobilização da comunidade, mediando a população com os canais de participação locais e órgãos públicos, na busca de um acesso mais efetivo aos bens e serviços, campos de trabalho tradicionais da profissão. Em todo o processo de elaboração, implementação e

avaliação do projeto o Serviço Social teria muito a contribuir, dando o “tom” social às questões ambientais, como a presença do duto e suas conseqüências técnicas e ambientais, propondo possíveis políticas de co-responsabilidades institucionais.

Ao longo dos anos, o tema ambiental ganhou centralidade no debate público internacional e vem se revelando como um campo de conflitos multifacetado e complexo, mobilizando diferentes sujeitos em diferentes espaços sociais. Mesmo assim, diante das diversas discussões nacionais e internacionais e dos inúmeros alertas a respeito dos limites dos recursos naturais e da sua indiscutível importância para a sobrevivência humana no planeta, a preservação e conservação da natureza são perspectivas ainda vistas como exterior ao sujeito e a vida cotidiana.

No Brasil, estes aspectos não estão inseridos na cultura popular e política, indicando que uma prática de reflexão popular é imprescindível. Fica evidente que as diversas nações do mundo, sem exceção, precisam urgentemente priorizar a questão ambiental e se unirem na luta a favor do planeta. Assim como projetos isolados não provocam as mudanças necessárias, ações de países isolados também não são eficazes. Observamos que existe uma ampliação e disseminação do discurso, mas não da cultura. Neste contexto, a problemática ambiental coloca novas questões e novos desafios à sociedade contemporânea.

Consideramos que o projeto em estudo, mesmo sendo atípico quanto aos encaminhamentos financeiros e quanto a temática trabalhada – questão dos polidutos – apresentou características comuns aos diversos outros projetos de EA. A avaliação é um importante instrumento no estabelecimento de patamares mais concretos para a realização de novos projetos e para a continuação dos mesmos. Esperamos que, ao tornar disponível esta avaliação qualitativa, com seus resultados efetivos na vida da população-alvo, possamos fornecer algumas respostas às dificuldades encontradas na implementação de projetos de mesma natureza, podendo embasar, assim, futuras ações em realidades urbanas semelhantes.

## Bibliografia

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia. Olhares fora-dentro.** São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública.** Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Ed. Autores associados, 1997.

ALMEIDA, J. Ribeiro de (coord) et al. **Planejamento Ambiental.** RJ: Thex Editora, 1993.

BAENINGER, Rosana. Expansão, Redefinição ou consolidação dos Espaços da Migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto/MG: Abep, vol. 01, 2002.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2000.

BASTOS, Kárita R. P. Cooperativismo e Meio Ambiente. Goiânia, 2000. Monografia de Conclusão de Curso do Depto de Serviço Social / UCG (mimeo).

BREDARIOL, C. VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Política Ambiental.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

CAMPOS, Marta S. Direitos Sociais no Brasil Hoje. In: **Revista Estudos.** Goiânia: Ed. UCG, vol. 26, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. In: **Revista São Paulo em Perspectiva.** Vol 11, no. 04. São Paulo: Fundação Seade, 1997.

\_\_\_\_\_. Avaliação de projetos sociais. In: AVILA, Célia M. **Gestão de projetos sociais.** São Paulo: AAPCS, 2001.

CARVALHO, I. C. M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, F.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H.L. (orgs). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

CASCINO, Fábio et al (org). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania. Reflexões e Experiências**. SMA/CEAM, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume / Hucitec /USP, 2002.

DEBIS, Mary. **Manual para Excelência em la Investigación Mediante Grupos Focales**. University of Pennsylvania. Academy for Educational Development, 1988.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Práticas**. São Paulo: 7<sup>a</sup>. ed.Gaia, 2001.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo. In: **Revista USP**. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. São Paulo: no. 17, março/maio, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma nova institucionalidade das políticas sociais. Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, no. 04. São Paulo, Fundação Seade, 1997.

\_\_\_\_\_. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Ma. Cecília Roxo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Política social do capitalismo tardio**. São Paulo: 8<sup>a</sup>. ed. Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas/SP: 4<sup>a</sup> ed., Papirus, 2001.

IBAMA/UNESCO. **Educação para um futuro sustentável: uma visão Transdisciplinar para ações compartilhadas.** Brasília: Ed. Ibama, 1999.

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade socioambiental, participação e cidadania. In: **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, vol. 01. Caxambu: Abep, 1998.

KLOETZEL, Kurt. **O que é Meio Ambiente.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

KOHLER, Maria Claudia M. **Agenda 21 Local: Desafios da sua Implementação. Experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis.** São Paulo: 2003. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública da USP.

LAGO, A.; PÁDUA, J.A. **O que é Ecologia.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEIS, H.R. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

LEONARDI, M. Lúcia A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clovis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos. Para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Gustavo F. Da Costa. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: condição necessária para o exercício da cidadania. In.: LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al (org). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In.: **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

MEDINA, Nana M; LEITE, Ana Lúcia T. de. **La Educacion Ambiental em el Brasil: Informe Geral**. Brasília: Ministério Del Médio Ambiente, 2000. (mimeo)

NETO, Otávio Cruz et al. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, vol 01. Ouro Preto / MG: Abep, 2002.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana. Enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PELICIONI, Andréa Focesi. **Educação Ambiental. Limites e Possibilidades de uma ação transformadora**. São Paulo: 2002. Tese de doutorado – Faculdade de Saúde Pública da USP.

PHILIPPI Jr, PELICIONI, M.C.F. **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: NISAM/ Faculdade de Saúde Pública da USP/ Signus Editora, 2000.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**. São Paulo: Publicafolha, 2001.

SANCHEZ, Solange S.S. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2000.

SORRENTINO, Marcos. As oficinas do futuro. In. CEPAM. **Pensando a gestão partilhada: a agenda 21 local**. São Paulo: 2001.

SZYMASKI, Heloísa (org). **A Entrevista na Pesquisa em Educação – a prática reflexiva**. Bsb: Plano Editora, 2002.

SOUZA, Maria Adélia A. de (org) et al. **O novo mapa do mundo. Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 3<sup>a</sup> ed., 1997.

SPOSATI, Aldaíza. **São Paulo: do Pátio do Colégio a metrópole global**. São Paulo: Prodam/Sempra, 2002 (mimeo)

\_\_\_\_\_. **Cidade em Pedacos**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SPOSATI, Aldaíza et al (org). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

TASCHNER, Suzana P. et al. Divisão territorial da cidade e diferentes cenários populacionais: o caso de São Paulo. In: **Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília: Vol.3, Abep, 1992.

TASCHNER, Suzana P. Degradação ambiental em áreas de invasão no município de São Paulo. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos populacionais**.BSB: Vol.3, Abep, 1992.

\_\_\_\_\_. Município de São Paulo: novas formas de produção da habitação. In.: **Anais do VII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: Vol.3, Abep, 1990.

\_\_\_\_\_. Espaço e População nas favelas de São Paulo. In.: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: Vol. 01, Abep, 2002.

TORRES, Haroldo da Gama. **Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo**. Campinas, 1997. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (coord). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

### **Outros Documentos e Publicações**

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL**, 1988. Brasil, República Federativa do. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

BRASIL. **Lei Nacional de Educação Ambiental**, no. 9795. República Federativa do. Bsb, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio ambiente, saúde** . Brasília: MEC, vol. 09, 1997.

ECOAR/CRESCER, INSTITUTOS. **Agenda Proativa do dtcs no domínio da linha Obati**, julho'2001a (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Convivência e Parceria. Caracterização e Diagnóstico socioambiental Obati – oleoduto Barueri-Utinga**, novembro'2001b.

ECOAR / CRESCER INSTITUTOS, PETROBRÁS/TRANSPETRO. **Agenda 21 de Obati: projeto convivência e parceria**, 2002

SVIRSKY, Enrique. **Perfil das entidades ambientalistas do Estado de São Paulo**. São Paulo: CETESB, Secretaria de Estado do Meio Ambiente / PROAONG, 2001.

[SVMA] Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Agenda 21 do Pedaco**. São Paulo, 1997.

### Sites

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS/ ABONG: [www.abong.gov.br](http://www.abong.gov.br) . Acesso em jan 2003.

[MEC] Ministério da Educação e da Cultura / COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em mar 2003.

[MMA] MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br) . Acesso em jan 2003.

PETROBRAS: [www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br). Acesso em mai 2003.

PREFEITURA DE SÃO PAULO: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br) . Acesso em novembro de 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / PRODAM : [www.prodham.org.br/svma/atlas ambiental](http://www.prodham.org.br/svma/atlas_ambiental). Acesso em jan 2003.

## **Anexos**

## Anexo 01

Pedaço 06 – Pedreira / Americanópolis. Uso e Ocupação do Solo.

## Anexo 02

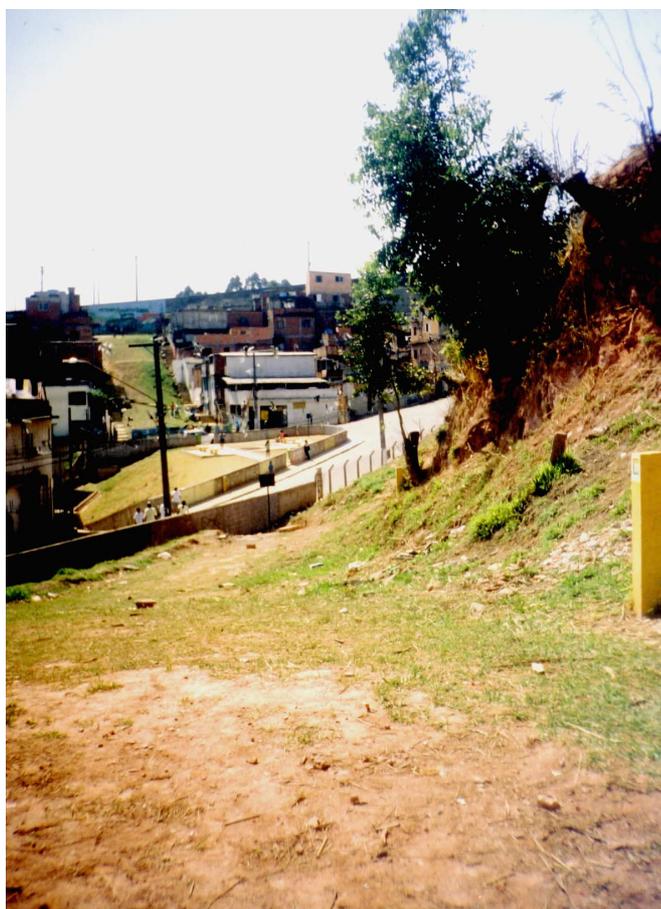
Perfil dos entrevistados, 2003.

<i>Entrevistados</i>	<i>S1</i>	<i>S2</i>	<i>S3</i>
<i>Sexo</i>	Feminino	Feminino	Feminino
<i>Idade</i>	49	37	30
<i>Estado Civil</i>	Separada	Solteira	Solteira
<i>Formação</i>	Jornalista	Engenheira Ambiental	Engenheira Ambiental
<i>Tempo de trabalho no Instituto Ecoar</i>	08 anos	03 anos Foi contratada para trabalhar no “Projeto Convivência e Parceria”.	03 anos Foi contratada para trabalhar no “Projeto Convivência e Parceria”, mas durante 03 anos trabalhou esporadicamente como voluntária.

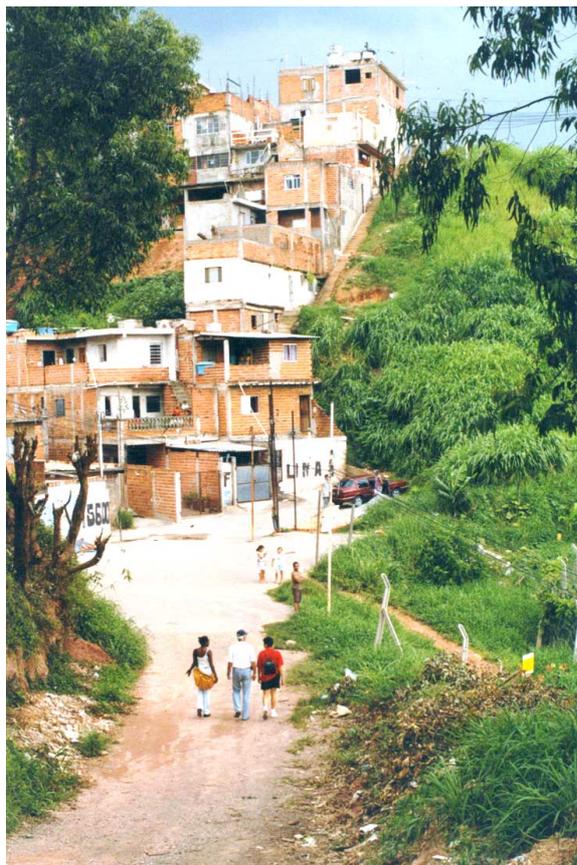
## Anexo 03



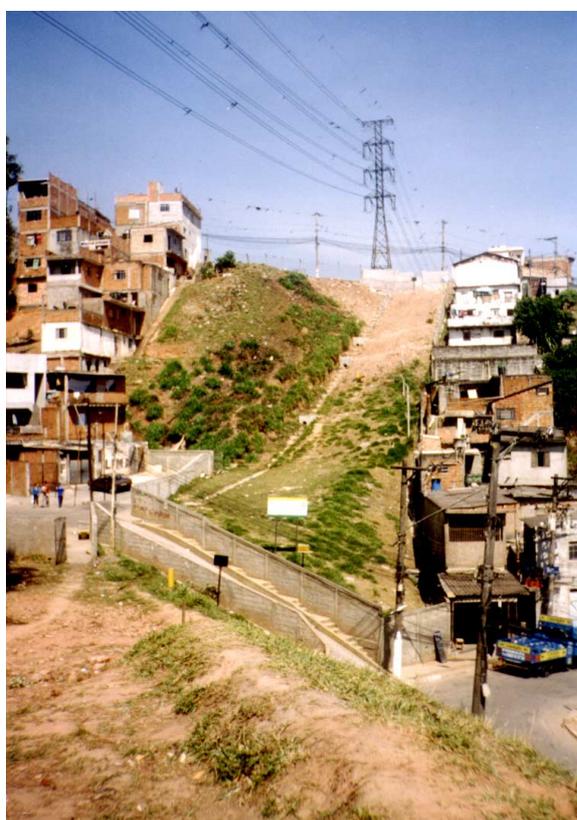
Praça em frente a Rua Eng. Armando Arruda – 20/12/2001.



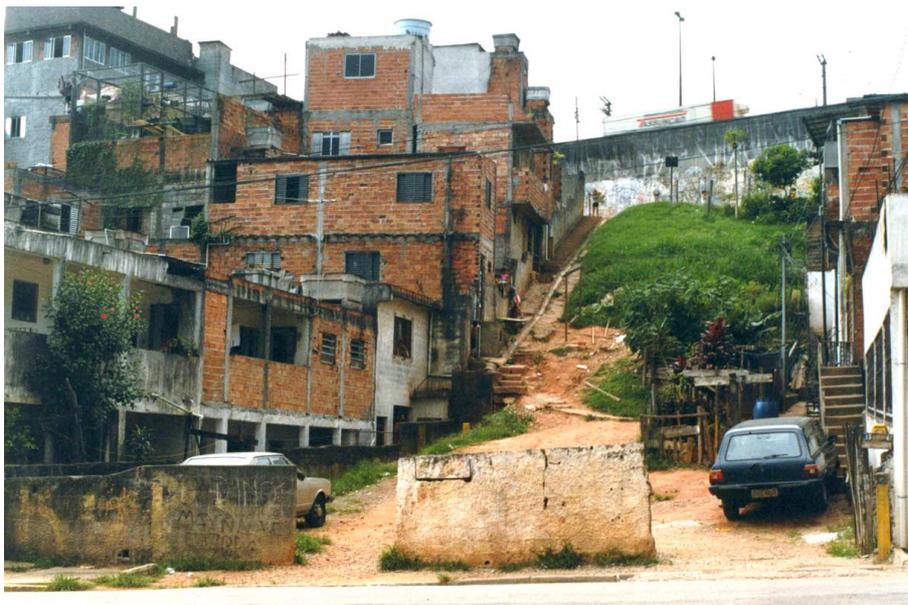
Praça em frente a Rua Eng. Armando Arruda – Agosto de 2002.



Chácara – 20/12/2001.



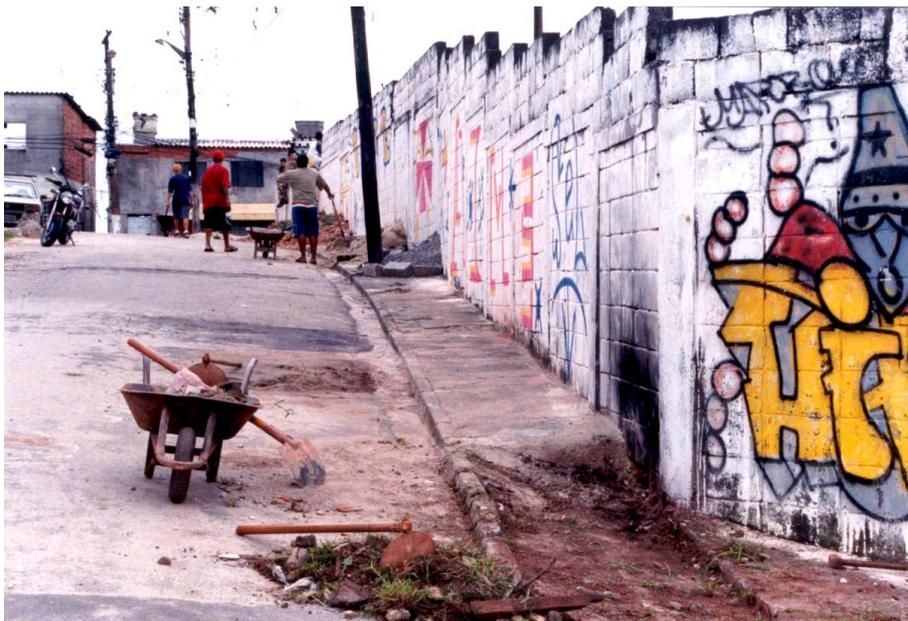
Chácara – Agosto de 2003.



Rua Engenheiro Armando Arruda – 20/12/2001.



Rua Engenheiro Armando Arruda – março de 2002.



Mutirão de Limpeza da Escola João Ernesto Faggin – janeiro de 2002.



Oficina de pintura dos muros / Escola João Ernesto Faggin – abril de 2002.

Anexo 43

Gráfico 1

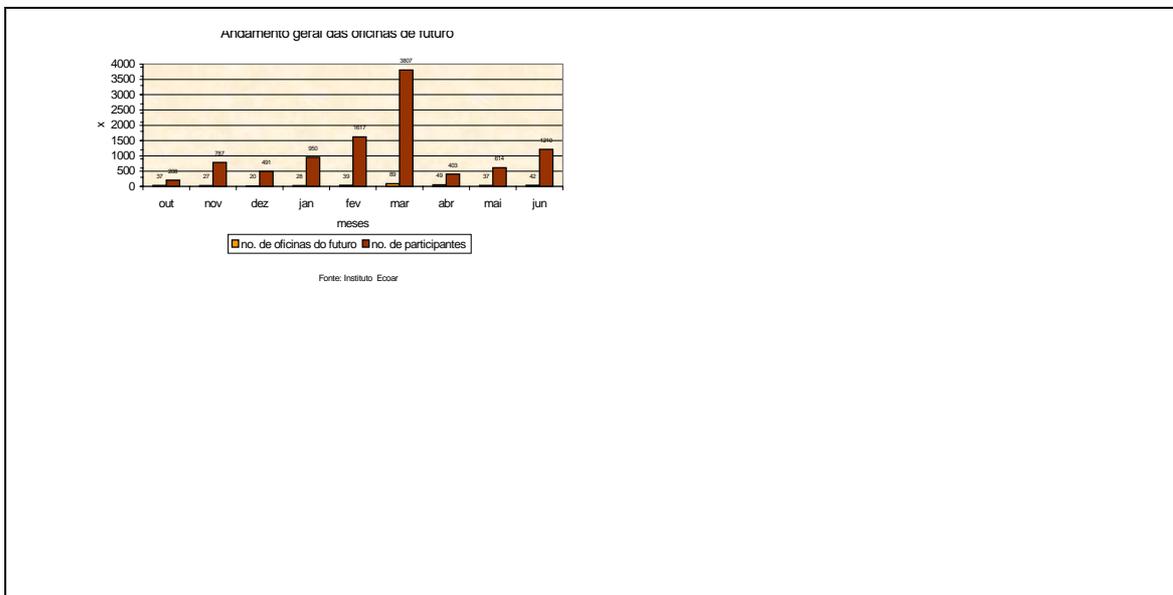


Gráfico 2

